

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

THAYNÁ DANTAS DE OMENA

FUNDAMENTOS DA SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

Maceió

2019

THAYNÁ DANTAS DE OMENA

FUNDAMENTOS DA SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Reivan Marinho de Souza

Maceió

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

O55f Omena, Thayná Dantas de.

Fundamentos da subordinação do trabalho ao capital / Thayná Dantas de Omena. – 2019.
134 f.

Orientadora: Reivan Marinho de Souza.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 124-126.

Anexo: f. 127-134.

1. Marx, Karl, 1818-1883. O capital. 2. Subordinação. 3. Teoria do trabalho como base do valor. I. Título.

CDU: 36:330.356



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Thayná Dantas de Omena** intitulada “**Fundamentos da subordinação do trabalho ao capital**”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 27 de setembro de 2019, às 9h, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

Reivan Marinho de Souza
Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

Artur Bispo dos Santos Neto
Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
Examinadora interna (PPGSS- FSSO - UFAL)

Andrade
Profa. Dra. Mariana Alves de Andrade
Examinadora externa (UPE)

A todos aqueles que enfrentaram, enfrentam e enfrentarão o capital e suas personificações. A todos aqueles que combateram, combatem e combaterão suas próprias barreiras individuais para dedicar-se à busca do conhecimento e à derrubada das barreiras que essa sociedade impõe e que impede o livre desenvolvimento de todos os indivíduos.

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos são dirigidos para as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para a conclusão e para o resultado final deste trabalho. A Marx, por toda sua contribuição teórica e pela segurança despertada em mim ao estudar uma de suas grandes obras. Aos integrantes do grupo de estudo de *O Capital* de 2016, cujas discussões vinham constantemente à memória. Aos colegas com quem pude dividir experiências e descobertas ao longo desses dois anos e meio de mestrado, em especial ao também cunhado Rafa, à Maria, à Priscilla e à Nanda, que resolveu a questão da mais-valia obtida por um método especial. Aos amigos: Iago, com quem tenho compartilhado o entusiasmo da descoberta; à Paulinha, por ouvir todos os meus dramas e felicidades; a Marcellinha, Apa, Uelber, Day e Talvanes, pelo acalento e inspiração que trazem à minha alma, justamente por serem quem são; a toda ajuda e companhia de Letícia; a Rodrigo, presente nas minhas memórias mais bonitas, por tudo; a Jimena, pelo apoio e por dividir suas reflexões teóricas e sobre a vida. Aos professores: a Edlene, por contribuir para a descoberta do meu objeto e para o avanço na leitura imanente; a Sergio, por todo suporte teórico e emocional mais que essencial; a Reivan, minha orientadora, por toda a dedicação nas orientações, por respeitar meus limites, pela convivência amigável, e por sua docência verdadeiramente preocupada com os alunos; a Mariana, por toda atenção dada e por toda reflexão compartilhada; a Artur, por me ajudar a desfazer equívocos; e a Irene, pelas aulas de alemão e outras discussões. Às servidoras da UFAL, Quitéria e Livia, por toda assistência e atenção. A minha família: a Iole, minha pequena-grande-irmã e minha companheira pra todas as horas; a painho, pelo cuidado e pelo suporte financeiro, principalmente durante os 12 meses sem bolsa; à mainha, por todo carinho e por me ajudar na revisão da introdução. A minha família estendida, em especial: a Lipe, meu amor e minha paz, pelo apoio mais que essencial durante os piores e os melhores momentos da minha vida; à Moema, a criança mais incrível do “universo inteiro” e que tenho a sorte de ter perto; a Martiniano e à Dona Ivete, com quem desde sempre me senti acolhida. A importante ajuda de Silvana e Diogo. A Capes/Fapeal, por permitir financeiramente que essa pesquisa fosse desenvolvida.

Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça,
assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão.

Karl Marx

RESUMO

Esta dissertação apresenta os fundamentos do desenvolvimento da subordinação do trabalho ao capital desde a sua gênese até sua consolidação no modo de produção capitalista. A gênese é considerada neste trabalho a partir do momento em que o capital adentra a produção e passa a explorar diretamente o trabalhador assalariado e sua consolidação, a partir do momento em que o capital executa seu comando sobre a produção social total. A partir disso, apresentamos as diferentes condições sob as quais a exploração do trabalho ocorre com o intuito de demonstrar a historicidade da subordinação a qual os trabalhadores foram subjugados. Partindo dos fundamentos da subordinação contidos em *O Capital* (livro primeiro) de Karl Marx, extraídos através do procedimento metodológico da leitura imanente, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca do objeto de pesquisa e complementamos com textos de autores como Maurice Dobb e Leo Huberman. Através desse estudo, pudemos observar que a subordinação do trabalho pelo capital assume diferentes configurações na produção, no entanto, ela tem por base dois métodos de exploração do trabalho pelo capital, quais sejam, a extração da mais-valia através do prolongamento da jornada de trabalho e a extração da mais-valia através do aumento da produtividade do trabalho, que só ocorre por meio da alteração da base técnica e/ou dos agrupamentos sociais.

Palavras-chave: Capital. Subordinação. Trabalho. Produção capitalista

ABSTRACT

This dissertation presents the fundamentals of the development of the subjection of labour to capital from its genesis to its consolidation into the capitalist mode of production. The genesis is considered in this work from the moment when capital enters production and begins to directly exploit the wage worker and its consolidation, from the moment that capital execute its command over total social production. From this, we present the different conditions under which the exploitation of labour occurs in order to demonstrate the historicity of the subjection to which workers have been subjugated. Starting from the foundations of subjection contained in *The Capital* (book one) by Karl Marx, extracted through the methodological procedure of immanent reading, we carry out a bibliographical research on the object of research and complement it with texts by authors such as Maurice Dobb and Leo Huberman. Through this study, we could observe that the subjection of labour by capital assumes different configurations in production, however, it is based on two methods of exploitation of labour by capital, namely, the extraction of surplus value through the extension of the working day and the extraction of surplus value through the increase in labor productivity, which only occurs through the alteration of the technical basis and/or social groupings.

Key Word: Capital. Subjection. Labour. Capitalist production

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DUPLO ASPECTO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA	17
2.1	A natureza geral do trabalho.....	18
2.2	O caráter dúplice da produção capitalista.....	28
3	A GÊNESE DA SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL	39
3.1	As primeiras formas da acumulação capitalista	40
3.2	A base da acumulação primitiva do capital	50
3.3	A cooperação capitalista em geral	69
3.4	Cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho.....	81
4	A CONSOLIDAÇÃO DA SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL	91
4.1	A Revolução Industrial e a maquinaria	92
4.2	A subordinação do trabalho ao capital na grande indústria.....	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXO	127

1 INTRODUÇÃO

A reprodução da sociedade capitalista, cujo sistema de produção é regido pelo capital, é determinada pelo conjunto dos complexos sociais que a constituem, como, por exemplo, a educação, a política, a economia, etc. Do mesmo modo, o desenvolvimento da subordinação do trabalho ao capital é resultado da interação de um conjunto de fatores, além dos fatores econômicos; porém, nesta pesquisa, demos ênfase às transformações econômicas que se restringem à esfera da produção durante a gênese e a consolidação do modo de produção capitalista. Propusemo-nos a acompanhar essas modificações a partir da subordinação direta do trabalho ao capital, isto é, a partir do momento que o capital entra na produção e dá início a exploração direta do trabalhador livre assalariado até o momento em que consolida seu comando sobre a produção – sem deixar de mencionar as formas de exploração indireta do trabalho pelas formas parasitárias de capital.

A pesquisa realizada teve como objetivo o esclarecimento de como a exploração direta do trabalho pelo capital se constituiu ao longo do desenvolvimento da produção capitalista, apresentando as diferenças e semelhanças entre seu período de germinação e de consolidação. Para isso, abordamos as modificações na produção a partir de *O Capital* (livro primeiro), uma das mais importantes obras de Karl Marx. Durante o percurso que traçamos, perpassamos o final do modo de produção feudal até chegar à produção capitalista madura, com a grande indústria. Em cada fase da produção capitalista, veremos que a forma assumida pela produção, a relação entre o capitalista e o trabalhador, a relação entre o trabalhador e as condições de trabalho e a relação entre os próprios trabalhadores passam por modificações. Antes do modo de produção capitalista, capital e trabalho coexistiram em alguns lugares e períodos históricos de modo esporádico. Entretanto, em nenhum desses momentos, a relação entre eles correspondeu à relação estabelecida na produção capitalista madura.

Com o modo de produção capitalista consolidado, a interação entre capital e trabalho alcança um novo patamar: a subordinação do trabalho ao capital atinge um ponto no qual a produção social total é dominada inteiramente pelo capital e a produção passa a atender essencialmente o apetite ilimitado do capital por mais-trabalho alheio. Quando entra na

produção, o capital desenvolve uma relação mais íntima com o trabalho e passa a assumir algumas funções que antes pertenciam ao trabalhador individual. De acordo com o economista marxista Maurice Dobb¹ (1977), em *A Evolução do Capitalismo*, a produção foi, em geral, uma atividade individual, na qual o trabalhador realizava o processo de trabalho sozinho, a sua maneira, a seu tempo e independente de outras pessoas. Enquanto o trabalho é realizado desse modo, o trabalhador detém e controla todas as funções necessárias para a realização do trabalho; mais tarde, essas funções são separadas e distribuídas entre indivíduos que ocupam posições diferentes na produção, modificando a forma de realização do processo de trabalho. A partir do aparecimento das primeiras formas de produção capitalista, o capital assume a função de orientador, depois a função de direção e supervisão da produção enquanto a cooperação se converte, ao mesmo tempo, na base da produção capitalista. No entanto, como o trabalho realizado em conjunto é posto pelo capital como meio para sua acumulação, o caráter cooperativo da produção capitalista será determinado pela relação coercitiva e antagonica que o capital estabelece com o trabalho.

O desenvolvimento da apropriação da produção pelo capital, dessa relação coercitiva, supõe a perda do controle da atividade pelo próprio trabalhador e essa perda se dá historicamente ao longo da evolução da subordinação do trabalho ao capital. O capital, em sua forma moderna, impõe aos homens a obediência às suas necessidades de reprodução, e o faz ao desenvolver seu próprio sistema de produção completamente dominado pelo valor de troca, sempre no intuito de extrair o maior *quantum* possível de mais-trabalho alheio. A relação coercitiva que o capital estabelece com o trabalho se modifica ao longo do desenvolvimento social e se manifesta através das condições de exploração do trabalho, através das formas histórico-concretas da subordinação do trabalho ao capital e no nível de controle do capital sobre a produção correspondente a elas.

De acordo com Dobb (1977), a subordinação da produção ao capital que aparece nos períodos iniciais do modo de produção capitalista e o aparecimento de uma nova relação entre capitalista e produtor é suficiente para demarcar o fim do antigo modo de produção feudal e o início de um novo. Contudo, embora o capitalista já tenha se tornado o dono dos meios de produção e o comprador da força de trabalho desde o início do atual modo de produção, a

¹ Mantivemos a escrita original dos trechos retirados diretamente de Dobb (1977), o que significa a existência da língua portuguesa utilizada na época em alguns momentos desse trabalho.

intervenção do capitalista na produção não exerce de início nenhuma modificação no processo real de trabalho. Isto é, o capitalista não altera nenhuma das condições objetivas e subjetivas do processo de trabalho propriamente dito. Nesse primeiro momento, o capitalista se apodera diretamente do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada e, para aumentar a quantidade de riquezas obtida por meio da exploração do trabalhador, ele só pode alongar a duração do processo de trabalho. Isso acontece porque o capital pode exercer seu domínio sobre o trabalho sem realizar modificações nele.

Entretanto, se existisse apenas essa forma de subordinação do trabalho ao capital através do prolongamento da jornada de trabalho pelo capitalista, o capital não poderia ter se estendido nem aprofundado tanto o seu poder sobre a sociedade, como acontece hoje. Já por volta do século XVI, no início desse modo de produção, outra forma de subordinação do trabalho ao capital que se realiza através da alteração das condições objetivas e/ou subjetivas do processo de trabalho e do aumento da produtividade do trabalho se desenvolve na Inglaterra de modo significativo ainda que em germe. Essa forma, com o objetivo de aumentar a quantidade de riqueza extraída dos trabalhadores, vai, aos poucos, levando a outro nível a subordinação do trabalho pelo capital. Mais tarde, no final do século XVIII e início do XIX, no começo da grande indústria, as alterações nas condições de existência do trabalho se converte em regra no modo de produção capitalista. A partir daí, esse método de subordinação do trabalho ao capital se torna usual para extrair uma maior quantidade de *mais-trabalho* e traz à tona o caráter dinâmico desse modo de produção.

O aparecimento desse último método não suprime o método de exploração da força de trabalho que se dá através do prolongamento da jornada de trabalho. Ao contrário, esses métodos da exploração do trabalho interagem e impulsionam um ao outro. Essas são, portanto, as duas formas da subordinação do trabalho ao capital: uma se dá através do prolongamento da jornada de trabalho e não altera o processo real de trabalho, e a outra se dá através das modificações no processo real de trabalho, de suas condições objetivas e/ou subjetivas e o conseqüente aumento da força produtiva do trabalho. Com o objetivo de apreendermos as alterações na organização social da produção de nosso tempo, nos propusemos a examinar os fundamentos da subordinação do trabalho ao capital desde sua gênese até sua consolidação, o que impõe a captura do real desenvolvimento das formas de subordinação do trabalho ao capital. Esses métodos de exploração da força de trabalho alheia que caracterizam o modo de produção capitalista se desenvolvem já no início desse modo de

produção e mantêm uma inter-relação que se altera a cada fase do desenvolvimento da produção capitalista.

Algumas das recentes alterações na produção compõem nossos desafios históricos, como, por exemplo, a “precarização do trabalho” na contemporaneidade, os impactos da inserção da inteligência artificial sobre a massa de trabalhadores sob o domínio do capital, a necessidade de pensarmos acerca de uma nova e possível forma de organização social da produção em face do esgotamento desse modo de produção, a necessidade de analisarmos criticamente as experiências das “sociedades pós-capitalistas” (Mészáros) que mantiveram a subordinação do trabalho ao capital sob novas formas, etc. Para compreendê-los e enfrentá-los, é preciso que nos apropriemos dos fundamentos da subordinação do trabalho ao capital. Isso se faz necessário porque as formas de exploração do trabalho pelo capital de hoje nada mais são do que formas complexas e desenvolvidas das formas simples que constituem os fundamentos dessa exploração. Assim, ao apreendermos o que há de mais essencial, de invariável, na subordinação do trabalho ao capital, poderemos entender melhor suas formas históricas e particulares mais recentes e as condições que elas exigem para se manterem, tornando-nos mais capazes para lidar com os desafios contemporâneos da humanidade.

Nesta dissertação, nosso objetivo foi apenas o de nos aproximarmos dos fundamentos da subordinação do trabalho ao capital a partir da obra *O Capital*, de Marx. Decidimos buscar o essencial acerca da subordinação do trabalho ao capital em *O Capital* (livro primeiro) e complementar com outros autores, como Maurice Dobb, Leo Huberman, Eric Hobsbawm, Roman Rosdolsky, etc. com o intuito de mapear e apresentar o objeto de pesquisa. A tradução da edição brasileira do livro primeiro de *O Capital* que utilizamos foi a da Coleção *Os Economistas* da Editora Nova Cultural, publicada em 1985. Essa edição foi traduzida a partir da 4ª edição alemã, que foi publicada “em 1890, sete anos após a morte de seu autor”; de acordo com Lessa, “Engels organizou o que se tornou o texto definitivo do Livro I, a quarta edição alemã, acrescentando notas e observações que julgou imprescindíveis” (LESSA, 2011, p. 24). Também utilizamos *O Capital: livro I, capítulo VI (inédito)*², publicado pela Livraria Editora Ciências Humanas em 1978, quando observamos

² Sobre essa obra, é oportuno observar que, de acordo com Sergio Lessa (2011, p. 27), a utilização dos manuscritos do capítulo VI (inédito) de Marx em detrimento de seu texto publicado, *O Capital (livro I)* por autores contemporâneos tem cancelado a distinção entre proletariado e trabalhadores assalariados.

que os trechos esclareciam e complementavam as assertivas de *O Capital* (livro) acerca da subordinação do trabalho pelo capital.

Como optamos por analisar um objeto a partir de uma obra principal, decidimos utilizar o procedimento metodológico da leitura imanente a fim de compreender os nexos entre as categorias, o que configura nossa pesquisa enquanto teórica, bibliográfica. Partindo do pressuposto da teoria social de Marx de que o trabalho é, em última instância, categoria fundante da totalidade da reprodução social, é sabido que, para investigar a subordinação do trabalho ao capital, é imprescindível que voltemos a nos apropriar da crítica da Economia Política produzida pelo autor. Ao admitirmos esse pressuposto ontológico, todas as outras mediações e o restante das interações entre os inúmeros complexos do ser social devem ser observadas a partir do trabalho e não poderia ser diferente já que partimos do texto de Karl Marx para compreender o objeto da pesquisa.

Marx se dedicou a analisar como o capital se estabeleceu no comando da produção e como passou a controlar a totalidade da reprodução da sociedade capitalista. Segundo Mészáros (*apud* SANTOS NETO, 2015, p. 20), Marx estava “imbuído da grande tarefa histórica de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à ‘produção do capital’”. Com esse objetivo em mente, ainda segundo Mészáros, “ele tratou com sarcasmo todos aqueles que queriam ‘reformular’ o sistema existente de distribuição, enquanto mantinham fetichisticamente intacto o modo de produção do capital” (MÉSZÁROS *apud* SANTOS NETO, 2015, p. 20). Conforme Santos Neto, as medidas para reformar o capital eram inócuas, restritas à circulação, e “deixavam intacto todo o processo sociometabólico de produção e reprodução” (SANTOS NETO, 2015, p. 20), isso porque o essencial das relações de distribuição na esfera da circulação expressa as relações de produção. É preciso atingir não só a distribuição, mas, a essência da produção capitalista; é preciso atingir o antagonismo entre o capital e o trabalho em seu núcleo a fim de superar o modo de produção capitalista, bem como o próprio capital. *O Capital* de Marx é em grande parte produto de seu esforço e intuito de contribuir para que a humanidade se liberte do poder que o capital adquiriu ao desenvolver seu próprio modo de produção.

Se pudermos simplificar e sintetizar sobre do que trata o primeiro livro de *O Capital*, Marx se dedica a explicar qual é a origem da riqueza na sociedade capitalista, qual é a fonte

do “lucro”³ do capitalista. Essa foi uma das principais questões da Economia Política clássica. Entre o nascimento de Marx em 1818 e seus primeiros passos nesse campo da ciência, por volta de 1840, a Economia Política clássica vive sua decadência. Diferente dos economistas clássicos, vivendo em outro momento histórico e influenciado pelas novas contradições sociais de sua época, Marx consegue revelar esse processo de decadência e aplica à mercadoria força de trabalho a lei do valor-trabalho, desenvolvida entre final do século XVIII e início do século XIX por economistas clássicos, como David Ricardo, seu principal expoente. Ao aplicar a teoria do valor-trabalho à força de trabalho, ele revela de onde vem o lucro da nova sociedade capitalista: da exploração do trabalhador pelo capital (NETTO; BRAZ, 2012, p. 31-5).

Embora já tivesse sido descoberto que o trabalho era medida da riqueza e determinava o valor das mercadorias, Marx revela algo novo: ele descobre que é o fato da mercadoria força de trabalho ser comprada por um valor e poder gerar valor novo em grandeza muito maior do que a grandeza de seu próprio valor que enriquece o capitalista. Dessa forma, ele explica a origem do enriquecimento dos capitalistas de um modo diferente tanto dos defensores da sociedade em que vivemos, quanto dos críticos da sociedade burguesa que faziam parte de escolas socialistas anteriores a Marx. Marx expõe a verdadeira causa do enriquecimento dos capitalistas: a “remuneração do capitalista” não se dá em decorrência de sacrifícios e benfeitorias dos burgueses, nem por meio de trapaça, mas, por meio de uma troca legal entre o capitalista e o trabalhador, segundo as mesmas leis de qualquer outra compra e venda de mercadorias. De acordo com Rosa Luxemburgo Isso é o que há de essencial no livro primeiro de *O Capital* (LUXEMBURGO, 2009). Além disso, Marx esclarece nesse livro como o modo de produção capitalista nasce, se desenvolve e se consolida ao passo que os últimos resquícios do modo de produção feudal são destruídos ou subordinados a ele. De acordo com um artigo publicado em 1872 no *Jornal Correio Europeu* de Petersburgo, o valor científico da pesquisa realizada em *O Capital* “reside no esclarecimento das leis específicas que regulam nascimento, existência, desenvolvimento e morte de dado organismo social e a

³ Colocamos lucro entre aspas porque o lucro, no sentido usual do termo, não é idêntico ao quantum de mais-valia extraído na produção. Porém, detalhes como esse e outros, como a diferença entre preço e valor, merecem um espaço maior do que este para serem apresentados, ficando para outro momento. Para uma introdução a questões como essa ver *Salários, Preço e Lucro* de Marx (1980) e *Economia Política: uma introdução crítica*, de Netto e Braz (2012).

sua substituição por outro, superior. E o livro de Marx tem, de fato, tal mérito” (CORREIO EUROPEU *apud* MARX, 1985a, p. 20).

Nosso estudo sobre a subordinação do trabalho ao capital a partir de *O Capital* possui algumas limitações que precisam ser apresentadas. Ele se restringe a acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção que marcam o início e a consolidação da produção capitalista, mais precisamente a subordinação do trabalho ao capital, até a forma que ela se apresenta na grande indústria. Nosso estudo não alcança as formas históricas e particulares da subordinação do trabalho ao capital dos séculos XX e XXI, incluindo as formas presentes nas sociedades pós-capitalistas. No entanto, o estudo dos fundamentos da subordinação do trabalho ao capital contidos em *O Capital*, nos fornece as bases para uma investigação dos processos de produção mais recentes, como já afirmamos. Outra limitação é que não nos propusemos a compreender o restante das relações sociais capitalistas, nem mesmo pudemos dar conta de toda a abrangência do que ocorre no campo da economia, pois nos dedicamos a acompanhar apenas as mudanças que ocorrem na produção, não nos estendemos à circulação, a qual envolve a rotação do capital e figura como fase importante e imprescindível para a produção e reprodução do sistema como um todo.

Também deixamos para outro momento o acompanhamento, ao longo do desenvolvimento da subordinação do trabalho ao capital, da inter-relação entre as mudanças políticas e sociais e as alterações na esfera da produção, a fim de nos dedicarmos mais profundamente às modificações que o trabalho sofre na produção. Longe de desenvolver a história do modo de produção capitalista, procuramos apresentar como o capital passa a subordinar o trabalhador durante o desenvolvimento histórico real e deixamos de fora um exame cuidadoso do Estado, da cidadania, da democracia burguesa, etc., que ocultam ideologicamente o antagonismo principal entre capital e trabalho.

Além disso, não pudemos esclarecer se de fato há diferença entre subordinação, subsunção, dominação e dependência do trabalho ao capital e, se há, como elas se inter-relacionam. Esse esclarecimento ficará para uma fase posterior da pesquisa. Em relação à subsunção e à subordinação do trabalho ao capital, a linha da fronteira entre elas não está demarcada nesse texto, e, por isso, elas se confundem. No entanto, alguns autores, como Daniel Romero, defendem que é preciso distingui-las. Romero afirma que, “enquanto categoria usada por Marx, subsunção não deve ser trocada pelo termo subordinação sem uma consideração específica e tampouco pelo termo submissão, sob risco de não corresponder a sua real determinação” (ROMERO, 2005, p. 19). No entanto, não conseguimos distingui-las

tal como sugere o autor e preferimos utilizar na maioria das vezes o termo subordinação, devido à escolha dos tradutores Regis Barbosa e Flávio R. Kothe da edição brasileira de *O capital* utilizada como base de nossa pesquisa, como anteriormente mencionado. Sem poder analisar, nesse primeiro momento, a história da vida de Marx e sua relação com a evolução dessas categorias em seus textos, e sem poder realizar o estudo inteiro da obra em alemão por conta da falta de conhecimento sobre essa língua, optamos por seguir a edição brasileira para desenvolver a análise do objeto de pesquisa. Apenas utilizamos subsunção, quando ela aparece na edição brasileira de *O Capital* ou na edição do *Capítulo VI Inédito*.

Ao comparamos a referida edição brasileira de *O Capital* com o texto da versão original da 4ª edição alemã, percebemos que há algumas questões de tradução que teríamos que compreender para afirmar se há ou não diferença entre subordinação ou subsunção. Durante o mestrado, pudemos iniciar essa análise quando constatamos o seguinte: na versão brasileira, o vocábulo *subordinação* aparece 12 vezes, enquanto *subsunção* aparece apenas uma vez; já na versão original em alemão, encontramos a palavra *Subsumtion* (subsunção) quatro vezes no mesmo lugar dos vocábulos subordinação na edição brasileira, encontramos *Unterordnung* (subordinação) sete vezes correspondendo aos lugares do vocábulo subordinação na edição brasileira, e encontramos *Horigkeit* (servidão) uma vez onde também há a palavra subordinação na brasileira; além disso, na edição alemã, *Subsumtion* aparece cinco vezes. Para acompanhar essas constatações, o leitor pode recorrer ao Quadro 1 no anexo localizado no fim desta dissertação. Comparando as edições, pudemos concluir que a palavra *Subsumtion* é traduzida apenas uma vez para o vocábulo correspondente no português, *subsunção*⁴, nas outras quatro vezes os tradutores utilizaram o vocábulo subordinação para traduzi-la⁵. Não sabemos o porquê dessa opção dos tradutores. No entanto, observamos também a primeira edição francesa revisada por Marx, em que encontramos *Subsumtion* traduzida por *subordination* uma vez⁶ coincidindo com um dos casos da edição brasileira, mas também encontramos o termo *Subsumtion* traduzido por *subordination* quando a edição brasileira utiliza subsunção⁷. Para nós, esses desencontros entre a versão original e as traduções brasileira e francesa só reforçam o tratamento que fornecemos a problemática de se

⁴ Conferir a coluna esquerda e a do meio no Quadro 1, caso n.: 13.

⁵ Conferir a coluna esquerda e a coluna do meio no Quadro 1, casos n.: 4,7,8,10.

⁶ Conferir as três colunas do Quadro 1, caso n.: 4.

⁷ Conferir as três colunas do Quadro 1, caso n.: 13.

há ou não correspondência entre o conteúdo dos vocábulos subordinação e subsunção, o de utilizarmos nessa primeira aproximação com o objeto os termos subsunção e subordinação sem distingui-los um do outro, enquanto sinônimos.

Uma última advertência ao leitor: quando Marx trata da maquinaria e da grande indústria e examina os meios pelos quais a ferramenta é transformada em máquina, isto é, sobre as diferenças entre a máquina e o instrumento manual, ele nos dá uma advertência que serve também como princípio interpretativo para analisarmos os vários momentos semelhantes em que nos deparamos ao longo de toda a obra do autor. Marx diz: “Aqui só se trata de grandes traços característicos, genéricos, pois linhas fronteiriças abstratamente rigorosas separam tão pouco as épocas da sociedade quanto as da história da Terra” (MARX, 1985b, p. 7). Quando nos deparamos com as transições do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, e no interior desse, com o seu surgimento e sua consolidação embora “as linhas divisórias sociais” mudem e encontremos uma heterogeneidade de fenômenos singulares, é possível que encontremos tendências que se destacam “representando um domínio crescente do capital sobre a produção” (DOBB, 1977, p. 157).

Nos próximos capítulos, buscamos as tendências mais gerais que configuram os fundamentos da subordinação do trabalho ao capital.

2 DUPLO ASPECTO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Antes de mergulharmos no desenvolvimento histórico que compreende o processo de subordinação do trabalho ao capital durante os primeiros passos do modo de produção capitalista e durante sua consolidação, apresentamos, neste capítulo, as categorias fundamentais para acompanharmos esse desenvolvimento, como, por exemplo, as categorias processo de trabalho, mercadoria e processo de valorização de capital. Apresentamos um elemento fundamental para a apreensão da subordinação do trabalho ao capital: o duplo aspecto que a produção assume quando o capital converte o processo de trabalho em meio para sua valorização. Com isso, a produção capitalista pode ser observada a partir de dois pontos de vista, quais sejam: o ponto de vista do processo de trabalho e o ponto de vista do processo de valorização de capital.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a produção vai se convertendo também em processo de valorização de capital. Contudo, para que tal conversão se generalize na produção, é preciso que algumas condições sejam postas. Tais condições são

estabelecidas durante o período da acumulação primitiva de capital e só se consolidam, junto ao caráter dúplice da produção social total, com a grande indústria, o que ocorre por volta do século XIX, quando o capital industrial produtivo se consolida no comando da produção e assume o controle na maior parte dos ramos de produção. As condições históricas e particulares da subordinação do trabalho ao capital que contribuem para o estabelecimento do modo de produção capitalista e seu caráter dúplice são apresentados nos próximos capítulos, a partir do início da produção capitalista. Neste capítulo, apresentamos, de modo abstrato, o que ocorre na produção quando esta se converte também em processo de valorização de capital.

Ao apresentarmos a natureza geral do processo de trabalho, é importante observarmos os diferentes elementos que o compõem, imprescindíveis à realização de qualquer forma de produção, além de compreendermos o trabalho enquanto consumo produtivo dos meios de produção pelo trabalhador. Em seguida, expomos o que ocorre na produção quando o capital estabelece um relacionamento extremamente íntimo com o processo de trabalho diferente de qualquer outro momento histórico e, assim, o converte em processo para sua autovalorização. Nesse momento, observaremos como se manifesta o caráter dúplice da produção capitalista; aqui, é importante observar de que forma os diferentes elementos do trabalho contribuem para a valorização de capital e atentarmos para a produção enquanto consumo da força de trabalho pelo capital.

2.1 A natureza geral do trabalho

A categoria trabalho e seus elementos (objeto de trabalho, meio de trabalho e atividade orientada a um fim) são fundamentais para que se possa apreender historicamente o processo de subordinação do trabalho ao capital. Marx (1985a, p. 153) revela o trabalho como “condição natural eterna da vida humana”, como “condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza”. Mesmo com a subordinação do trabalho ao capital, o trabalho e seus elementos simples e abstratos se mantêm intactos. No entanto, ao longo dos séculos, durante o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a interação entre esses elementos se modifica. O processo de subordinação do trabalho ao capital vai modificando as formas historicamente concretas desses elementos e a qualidade da interação entre eles até atingir o estágio que culmina na inversão dessa relação entre o trabalho (a atividade orientada a um fim) e os outros elementos do processo de trabalho (objeto de trabalho e meio de trabalho).

Para explicitarmos a evolução dessa inversão que se desenvolve a partir do duplo caráter da produção capitalista e que se traduz no domínio das condições de trabalho (objeto e

meio de trabalho) sobre o trabalho (a atividade orientada a um fim), é preciso que observemos primeiro o processo de trabalho sob sua natureza geral, isto é, o processo simples de trabalho. Faremos isso neste item, no qual apresentaremos a “categoria universal”⁸ do trabalho e seus elementos. Segundo afirma Marx (1985a),

O processo de trabalho, [...] em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1985a, p. 153).

Aqui, ao tratar do processo simples de trabalho, Marx se refere à condição de existência dos seres humanos presente em todas as formas de sociedade, ao trabalho como processo entre o homem e a Natureza. Essa natureza geral do trabalho não se altera durante o desenvolvimento da sociedade humana, nem mesmo da sociedade capitalista. De acordo com o autor, o processo de trabalho enquanto “produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob o seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independente de qualquer forma social determinada” (MARX, 1985a, p. 149). Marx se refere primeiro ao trabalho independente de suas formas históricas particulares, independente, inclusive, da forma que o trabalho assume na sociedade capitalista, a de trabalho assalariado ou trabalho abstrato⁹.

⁸ Vimos em Barradas (2014, p. 28) que o trabalho se trata de categoria universal.

⁹ O trabalho assalariado ou abstrato se trata forma de trabalho necessária à reprodução do capital, à produção capitalista de mercadorias. Contudo, essa forma que o trabalho adquire no modo de produção capitalista não altera a natureza geral do trabalho. As relações estabelecidas entre o trabalho (do ponto de vista de sua natureza geral) e o trabalho abstrato (enquanto uma das formas particulares do trabalho) consistem em complexas articulações concretas, estabelecidas historicamente. No entanto, podemos analisar a relação entre eles de modo geral e abstrato no atual modo de produção. Para isso, devemos levar em consideração que: 1) ainda que a grande maioria dos processos de trabalho tenha se convertido em processo de autovalorização de capital no modo de produção capitalista, essa conversão não altera as características do processo de trabalho, nem o substitui, apenas implica na transformação do processo de trabalho em meio para a autovalorização do capital; 2) há casos em que um processo de trabalho é realizado sem que o produtor direto seja um trabalhador assalariado, sem que o capital subordine o trabalhador – mesmo que o trabalho assalariado tenha se generalizado com a consolidação desse modo de produção, há exceções; 3) no modo de produção capitalista, o trabalho abstrato abrange muito mais atividades do que somente aquelas que caracterizam o trabalho – intercâmbio dos seres humanos com a Natureza para a produção dos meios imprescindíveis a sua sobrevivência (LESSA, 2011). Desse modo, entre o trabalho e o trabalho abstrato não há como existir uma relação de identidade, mas, apenas de superposição, e mais, de “superposição parcial” (LESSA, 2011, p. 338-9). Para compreender a relação entre o trabalho e o trabalho abstrato em um nível mais detalhado, ver Lessa (2011).

Enquanto condição de existência da vida humana, o processo de trabalho consiste na atividade necessária que homens e mulheres realizam continuamente para, no mínimo, se manterem vivos. Ele consiste na relação do ser humano com a Natureza para a produção de valores de uso, isto é, coisas, bens, capazes de satisfazer as necessidades humanas. Conforme Marx, a “utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1985a, p. 45). A produção de valores de uso visa atender, ser útil, às necessidades dos seres humanos. A continuidade da reprodução social só pode se realizar enquanto as necessidades mais básicas dos indivíduos forem atendidas, portanto, a produção dos meios de subsistência e de produção necessários para manter os indivíduos vivos figura como pressuposto da reprodução social.

Por volta de 1845 e 1846, Marx e Engels escreviam juntos:

[...] os homens têm de estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2009, p. 40-1).

De acordo com os autores, o trabalho ou a produção de valores de uso para a satisfação dessas necessidades humanas tem de se realizar cotidianamente, além de consistir no primeiro ato histórico da humanidade. Encontramos umas das características mais fundamentais do ser social no simples ato cotidiano de trabalhar. Para Marx, de acordo com Lessa, “não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e meios de subsistência imprescindíveis a cada sociedade” (LESSA, 2011, p. 132). Por esse e outros motivos, a apropriação racional da matéria natural para a produção dos meios necessários à vida humana, o trabalho, constitui a categoria fundante¹⁰ da humanidade. Depois de esclarecida a função social que o trabalho exerce – a de produção de valores de uso necessários e indispensáveis à vida social – apresentamos os seus elementos simples e abstratos.

¹⁰ Para se aprofundar nas razões de o trabalho ser a categoria fundante do ser social em Marx e em Lukács, ver, respectivamente, parte II de *Trabalho e proletariado: no capitalismo contemporâneo* de Lessa (2011) e *Mundo dos Homens: trabalho e ser Social* também de Lessa (2012). Ver também *A Ideologia Alemã* (2009), de Marx e Engels, nesse texto, os autores organizam pela primeira vez a base de sua concepção histórica.

Partindo do conjunto das categorias articuladas entre si em *O Capital*, verificamos que Marx define com precisão os elementos do trabalho. Segundo o filósofo alemão (MARX, 1985a, p. 150), “os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”. Dentre os três elementos, trataremos primeiro do objeto de trabalho.

Há dois tipos de objeto de trabalho: o preexistente por natureza e a matéria-prima. Tudo aquilo que é apenas desprendido do solo ou da água e utilizado em um processo de trabalho constitui objetos de trabalho preexistentes por natureza. Marx nos fornece os seguintes exemplos de objetos de trabalho desse tipo: “[...] o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão”. Em sentido amplo, a terra – que, do ponto de vista econômico, abrange o solo e a água, de acordo com Marx – se configura enquanto “fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem, é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano”. Sendo assim, ela se apresenta como “despesa original” de objetos de trabalho prontos (MARX, 1985a, p. 150). Se o processo de trabalho se restringisse a somente desprender coisas da Natureza para satisfazer as necessidades humanas, haveria apenas esse primeiro tipo de objeto de trabalho. No entanto, um processo de trabalho pode possuir como objeto coisas que já passaram por “uma modificação mediada por trabalho”, coisas que já foram filtradas “por meio de trabalho anterior”. Esse tipo de objeto de trabalho é denominado pelo autor de matéria-prima. A matéria-prima, que já foi produto resultante de um processo de trabalho, vai passar novamente por outro processo de trabalho. Podemos encontrar esse segundo tipo de objeto de trabalho, por exemplo, quando o “minério já arrancado” “vai ser lavado” (MARX, 1985a, p. 150), quando a madeira já abatida da floresta virgem vai ser transformada em mesa pelo marceneiro; quando o peixe que já foi pescado vai ser transformado em uma moqueca pelo cozinheiro.

Conforme aponta o filósofo alemão, o objeto de trabalho é matéria-prima – isto é, já foi produto de trabalho anterior – em todos os ramos da indústria, exceto na indústria extrativista, como, por exemplo, na mineração, pesca, caça e na agricultura em terras virgens. Enquanto matéria-prima, o objeto de trabalho “pode constituir a substância principal de um produto ou só entrar em sua formação como matéria auxiliar” (MARX, 1985a, p. 152). No caso de uma produção propriamente química, essa distinção não é necessária porque a matéria-prima principal e auxiliar se confundem, “porque nenhuma das matérias-primas aplicadas reaparece como substância do produto”. De acordo com Marx, a matéria-prima

auxiliar, a qual entra na formação do produto final sem ter lugar de destaque, pode ser: consumida pelo meio de trabalho, como ocorre com o carvão consumido pela máquina a vapor e com óleo consumido pela roda; acrescentada à matéria-prima principal para modificá-la, como ocorre com o cloro acrescentado ao linho para branqueá-lo e com a tinta acrescentada à lã para tingi-la; ou apoiar a execução do processo de trabalho, como ocorre com as coisas utilizadas para aquecer e iluminar o local onde o processo de trabalho se realiza (MARX, 1985a, p. 152).

Esses são os tipos de objeto do trabalho que encontramos em *O Capital*: ou ele faz parte da Natureza e é apenas desprendido dela durante o processo de trabalho, ou ele se trata de Natureza já transformada e que vai passar novamente pela mediação do trabalho. Sendo assim, respectivamente, o objeto de trabalho ou configura uma coisa preexistente na Natureza ou uma matéria-prima (principal ou auxiliar).

Depois de apresentados os tipos de objeto de trabalho, apresentaremos agora o meio de trabalho, outro elemento simples e abstrato do processo de trabalho. Segundo Marx,

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo. O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente – abstraindo a coleta de meios prontos de subsistência, frutas, por exemplo, em que somente seus próprios órgãos corporais servem de meios de trabalho – não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Assim, mesmo o natural torna-se órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural [...] (MARX, 1985a, p. 150).

Diferente do objeto de trabalho, o meio de trabalho é um objeto diretamente apoderado pelo trabalhador (sem contarmos com a coleta de meios de subsistência prontos, pois, nesse caso, são os órgãos do próprio trabalhador que lhe servem de meio de trabalho enquanto a coisa diretamente apoderada pelo trabalhador é o objeto de trabalho). O meio de trabalho também difere do objeto de trabalho porque ele conduz a atividade do trabalhador sobre o objeto e não sofre a ação em si, como ocorre com o objeto de trabalho. Todas as coisas cujas propriedades o trabalhador utiliza a fim de que elas atuem sobre outra coisa – o objeto de trabalho – para a produção de um valor de uso e é diretamente apropriada pelo trabalhador, se configuram como meios de trabalho. Essa é sua definição geral.

Existem diferentes tipos de meios de trabalho. Dentre os “meios de trabalho mesmos” existentes, encontramos duas espécies distintas: há aqueles que o filósofo denomina

de meios mecânicos de trabalho, que comporiam o “sistema ósseo e muscular da produção”, como, por exemplo, o tear e o fuso; e, há aqueles que “apenas servem de recipientes do objeto de trabalho”, que comporiam o “sistema vascular da produção, como, por exemplo, tubos, barris, cestas cântaros etc.”. De acordo com Marx, estes últimos só começam a desempenhar papel significativo na fabricação química. Mas, há ainda outro tipo de meio de trabalho a ser considerado. Quando compreendemos os meios de trabalho em seu sentido amplo, todas as condições objetivas necessárias para a realização do processo de trabalho estão incluídas nesse conceito. Sendo assim, os meios de trabalho não consistem apenas em coisas que medeiam a atuação do trabalhador sobre o objeto, servindo de condutor do processo. Em sentido amplo, todas as condições objetivas sem as quais o processo de trabalho “não pode decorrer ao todo ou só deficientemente” fazem parte dos meios de trabalho, mesmo que não participem diretamente dele. Conforme Marx, “o meio universal de trabalho desse tipo é a própria terra, pois ela dá ao trabalhador o *locus standi* e ao processo dele o campo de ação”. Além dela, edifícios de trabalho, canais e estradas, etc. são exemplos de meios de trabalho desse tipo, mas que já foram mediados pelo trabalho (MARX, 1985a, p. 151). Ao tratar desse tema, Marx aponta que a terra aparece também como “arsenal original de meios de trabalho”, isso é assim porque ela fornece ao trabalhador “a pedra que ele lança, com que raspa, prensa, corta etc.” e, também, “a própria terra é um meio de trabalho”¹¹ (MARX, 1985a, p. 150).

Conforme Marx, “considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção [...]”. Apesar do objeto de trabalho e do meio de trabalho serem meios de produção, existem algumas diferenças entre eles, uma delas é que os meios de trabalho demonstram mais facilmente do que os objetos de trabalho, se contêm em si trabalho anterior. Identificar a diferença entre objetos de trabalho preexistentes por natureza e os que já são matéria-prima por conter vestígio de trabalho anterior não é tão simples. Por exemplo, no caso de animais e plantas que, segundo Marx, “se costumam considerar produtos da Natureza, não são apenas produtos talvez do trabalho do ano passado, mas, em suas formas atuais, produtos de uma transformação continuada por muitas gerações, sob controle humano e mediada por trabalho

¹¹ No entanto, antes mesmo de a terra servir de meio de trabalho (em seu sentido estrito) na agricultura, houve necessariamente vários processos de trabalho anteriores responsáveis tanto pela produção de meios de trabalho necessários à realização da agricultura, quanto pelo igualmente exigido desenvolvimento de um nível relativamente alto da força de trabalho para a realização da agricultura (MARX, 1985a, p. 150).

humano”. No caso dos meios de trabalho, identificar essa diferença torna-se mais fácil porque “a grande maioria deles mostra até ao olhar mais superficial os vestígios de trabalho anterior” (MARX, 1985a, p. 151-2), como, por exemplo, um machado ou uma pedra lascada.

Essa peculiaridade dos meios de trabalho em face dos objetos de trabalho permite que eles funcionem como “medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana” e como “indicadores das condições sociais nas quais se trabalha”. De acordo com Marx, do mesmo modo que ossos fósseis são importantes para conhecer animais que já não existem mais, os restos dos meios de trabalho são importantes para analisar formações socioeconômicas que já desapareceram (MARX, 1985a, p. 151). Essa importância parece se expressar através do fato de que o período pré-histórico fora dividido “em idade da pedra, do bronze e do ferro, segundo o material das ferramentas e das armas” (MARX, 1985a, p. 151, nota 5a). Por isso, o meio de trabalho figura como elemento de grande importância para analisarmos as alterações que a produção sofre em decorrência da subordinação ao capital, e as alterações pelas quais passa o processo de trabalho e a relação entre o trabalhador e os meios de trabalho. Por exemplo, na grande indústria, a inclusão da maquinaria, uma espécie de meio de trabalho, é uma das principais circunstâncias que altera o modo como o processo de trabalho vai se realizar e a relação entre o trabalhador e os meios de produção, determinando a consolidação da subordinação do trabalho ao capital.

Agora, passaremos à análise da “atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo”, o último dos três elementos do processo simples de trabalho que estamos apresentando.

Esse elemento encerra uma das características mais essenciais do trabalho: o fato de o trabalho conter uma atividade orientada a um fim é exatamente o que diferencia essa atividade social das ações instintivas realizadas pelos animais. Os animais também realizam uma forma de metabolismo com a Natureza, no entanto, sua atividade não busca alcançar uma finalidade que já está contida em sua mente assim como pretende a atividade que o trabalhador realiza em seu metabolismo com ela ¹². Marx expõe isso de modo muito claro em

¹² Esse objetivo preexistente na cabeça do ser humano interligado a sua atividade fundam, em última instância, o ser social, diferenciando-o do ser natural orgânico. É Lukács quem desenvolve a fundo essa implicação ontológica da categoria do trabalho de Marx. Essa discussão sobre a diferença entre o metabolismo dos animais com a natureza e dos seres humanos com ela implica na discussão acerca do caráter fundante do trabalho. Ver *Mundo dos homens: trabalho e ser social*, onde Lessa (2012) trata a teleologia, esse objetivo preexistente na cabeça do ser humano, como elemento exclusivo da sociedade humana e que integra o complexo do trabalho.

O capital, neste trecho que é frequentemente utilizado para explicar o que é o trabalho no campo da teoria marxista:

Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] *Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem.* Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. *No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo* [...] (MARX, 1985a, p. 149-150, grifos nossos).

Conforme Marx expõe, no final do processo de trabalho, o trabalhador obtém um resultado, um produto, que ele havia idealizado previamente em sua cabeça. Esse produto resultante no final do processo de trabalho é, segundo o autor, “um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma” (MARX, 1985a, p. 151). Contudo, não se trata de uma mera modificação da forma natural da coisa. Essa transformação da matéria natural é pretendida pelo trabalhador desde o início de sua atividade. Durante esse processo de adaptação da forma da matéria natural às necessidades humanas, a atividade efetuada pelo trabalhador se une ao seu objetivo previamente idealizado. Dessa maneira, ao final desse processo, encontramos o seguinte resultado: o “trabalho está objetivado” e o “objeto trabalhado” (MARX, 1985a, p. 151).

A união do objetivo do trabalhador com a matéria natural não anula as propriedades naturais do produto resultante do processo de trabalho, apenas as reorganiza ao modificar a forma da matéria natural. No processo de trabalho de uma mesa, “a forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física” (MARX, 1985a, p. 70). Desse modo, no processo de trabalho não há uma relação de independência para com as leis naturais nem uma superação delas, mas sim uma apropriação das leis da natureza pelos seres humanos para a satisfação das necessidades humanas, resultando em um produto social, produzido pelo homem, mas que mantém suas propriedades naturais. Nesse sentido, Marx afirma que “ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias” (MARX, 1985a, p. 50-1).

Durante esse processo, o próprio trabalhador se modifica de uma maneira essencialmente social, as relações sociais de produção também se alteram (mas de modo mais

mediado), e também se altera o restante das relações sociais da formação socioeconômica a que o trabalhador pertence se modifica (de modo mais mediado ainda). Assim, nesse processo “entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, *por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza*” (MARX, 1985a, p. 149, grifos nossos), o homem altera a sua própria natureza. Isso é o que diferencia de fato a espécie humana das outras espécies de animais. Tendo em vista que temos por pressuposto o trabalho como fundante do ser social, é preciso que compreendamos a natureza geral do processo de trabalho para que possamos analisar qualquer fenômeno social, inclusive, o da subordinação do trabalho ao capital.

Na relação entre o homem e a Natureza, o trabalhador deve confrontar a matéria natural como uma força natural colocando-a em confronto com as forças naturais da sua própria corporalidade. O ser humano “põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida” (MARX, 1985a, p. 149). O trabalhador deve sujeitar a matéria natural por intermédio de sua parte natural – seu corpo biológico, a fim de condicionar a matéria natural a sua finalidade. Essa é uma das características fundamentais do “trabalho em geral”. O trabalhador tem que utilizar sua figura natural (seus próprios órgãos corporais) em conjunto ou não com as propriedades naturais (mecânicas, físicas e químicas) das coisas para atuar sobre o objeto de trabalho. Isso é assim porque o ser humano só pode transformar a natureza por meio de processos físicos, químicos ou mecânicos desencadeados por seu corpo natural, essa é única maneira de o ser humano agir sobre a natureza. Se ele prolonga ou não sua figura natural por meio de um meio de trabalho, o trabalho permanece como um processo entre o ser humano e a Natureza. Nesse processo, o ser humano desenvolve as potencialidades latentes da matéria natural e, ao mesmo tempo, tem que dominar suas próprias forças naturais (MARX, 1985a, p. 150).

Sendo assim, de modo geral, o processo de trabalho é orientado para a produção de valores de uso capazes de satisfazer as necessidades humanas. Os meios de produção de um processo de trabalho também são valores de uso, coisas que satisfazem necessidades humanas, sendo assim, não é somente no final do processo de trabalho que encontramos um valor de uso como resultado, além de o processo de trabalho ter por finalidade a produção de um valor de uso, ele mesmo é composto por valores de uso. A função que um valor de uso exerce no processo de trabalho pode ser de: objeto de trabalho preexistente, matéria-prima principal ou auxiliar, meio de trabalho mecânico ou não, e de resultado. Sua função depende

do lugar que ele ocupa no processo produtivo. De acordo com Marx, o mesmo produto pode ser resultado de um processo de trabalho e meio de produção de outro processo de trabalho e pode ser matéria-prima para vários processos de trabalho diferentes, por exemplo, quando a uva colhida se torna matéria-prima do vinho no primeiro caso, e, no segundo caso, a uva colhida serve para a produção de vinho e para a produção de suco de uva. Ademais, o mesmo produto pode exercer inclusive diferentes funções no mesmo processo de trabalho, como ocorre na engorda do gado, em que o gado é ao mesmo tempo matéria-prima e meio de obtenção do estrume (MARX, 1985a, p. 151-2).

Até aqui, observando a natureza geral do processo de trabalho, é o *trabalhador que se apodera* do meio de trabalho a fim de atuar sobre outras coisas em conformidade com *seu próprio objetivo*, com *sua finalidade*. É *ele quem coloca* o meio de trabalho entre ele e o objeto de trabalho, e, *quem utiliza* as propriedades naturais da coisa ou do complexo de coisas que lhe serve de meio para a sua atividade. É o *trabalhador quem acrescenta* o natural a seus próprios órgãos corporais prolongando sua figura natural. Sendo assim, é o trabalhador quem *exerce seu domínio* sobre as propriedades naturais das coisas para atuar sobre outras coisas e atingir o fim idealizado. É ele quem regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Em resumo, é o trabalhador que se encontra no controle do processo de trabalho.

Isso é assim quando observamos a forma geral do processo de trabalho, que se apresenta de modo semelhante ao trabalho realizado individualmente. Conforme Marx (1985a), ao observarmos a produção do ponto de vista do processo de trabalho, os meios de produção funcionam “como simples meio e material para a sua [do trabalhador] atividade produtiva racional”. Desse ponto de vista, a relação entre o trabalhador e os meios de produção se dá da seguinte forma: o trabalhador utiliza os meios de produção, consumindo-os como “elementos materiais de sua atividade produtiva” (MARX, 1985a, p. 244). Portanto, os meios de produção funcionam aqui como “fatores objetivos do trabalho vivo”. Desse modo, o trabalho mesmo aparece como consumo produtivo de valores de uso, como “trabalho produtivo”. Os valores de uso que não servem ao processo de trabalho são inúteis e “sucumbe[m] à força destruidora do metabolismo natural”. Porém, quando são apropriadas pelo trabalho vivo – que se apodera dos corpos dessas coisas como se fossem seus –, este os transforma “de valores de uso apenas possíveis” em “valores de uso reais e efetivos” (MARX, 1985a, p. 151-3).

Os valores de uso ou são consumidos durante o consumo individual como meios de subsistência do indivíduo vivo ou ingressam no consumo produtivo, no trabalho, “como

meios de subsistência do trabalho, da força de trabalho ativa do indivíduo” (MARX, 1985a, p. 153). No processo de trabalho, os meios de produção são valores de uso que constituem elementos materiais do trabalho e são devorados pelo trabalhador, por meio de um processo de consumo produtivo cujo resultado é um produto diferente do consumidor. No consumo produtivo, os meios de produção constituem as condições de existência objetivas do trabalho, e o trabalho vivo, a força de trabalho ativa, em movimento, funciona como condição subjetiva do trabalho. Essa classificação das condições de trabalho em objetivas e subjetivas será importante para acompanharmos o próximo item.

Apresentamos, no próximo item, o que ocorre com o processo de trabalho e seus elementos apresentados acima na produção capitalista, de um modo geral e abstrato, sem nos prendermos, nesse momento, às particularidades históricas de cada fase da produção.

2.2 O caráter dúplice da produção capitalista

No item anterior, apresentamos o processo de trabalho e seus elementos, presentes em todas as formas de sociedade, e o processo de trabalho enquanto consumo produtivo dos meios de produção pela força de trabalho ativa do trabalhador, isto é, pelo trabalho vivo. De acordo com Marx, as condições invariáveis do trabalho humano, seus momentos gerais, como, por exemplo, a divisão apresentada acima do processo de trabalho em meios de produção, de um lado, opostos à atividade do trabalhador, de outro lado, “são independentes de todo caráter histórico e especificamente social de produção” (MARX, 1978, p. 53). Tais momentos gerais são “determinações absolutas do trabalho *humano* em geral”, válidas para todas as formas que o trabalho possa desenvolver ao longo do desenvolvimento social (MARX, 1978, p. 53, grifo do autor). Como o trabalho assume formas distintas, podemos observá-lo tanto a partir de suas determinações absolutas quanto a partir de suas determinações específicas, que caracterizam uma forma particular de um dado momento da história humana.

Mesmo levando isso em consideração, as determinações absolutas do processo de trabalho que apresentamos anteriormente se aproximam muito mais das determinações do trabalho realizado individualmente do que das determinações do trabalho realizado no modo de produção capitalista. Quando o trabalho é puramente individual, o trabalhador exerce um conjunto de inúmeras funções, as quais permitem que ele controle a si mesmo durante o processo de trabalho. Segundo Marx, “na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na

apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado” (MARX, 1985b, p. 105).

Isso ocorre porque, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, a relação entre o trabalhador e o processo de trabalho executado por ele vai se tornando cada vez mais complexa. Novas mediações vão influenciando essa relação e, por consequência, a forma que a produção assume e o comando desta. No caso da produção capitalista, a mediação da mercadoria no processo de trabalho, na extensão e na profundidade em que se apresenta, fornece à produção um caráter duplo. O duplo aspecto da produção capitalista aparece precisamente em decorrência da conversão do trabalho em meio da valorização de capital. Dessa forma, como já dito, a produção capitalista deve ser observada a partir de duas perspectivas distintas: a partir do ponto de vista do processo de trabalho e do ponto de vista do processo de valorização de capital. Já tratamos do processo de trabalho no item anterior, agora, iremos analisar a produção capitalista do ponto de vista da valorização de capital.

Tudo isso só ocorre se alguns elementos já tiverem se desenvolvido na história e se algumas condições já tiverem se estabelecido. Dentre os elementos necessários para possibilitar essas condições, há alguns que não só precedem essa conversão como surgem muito antes dela: além do trabalho, temos o mais-trabalho (trabalho excedente), a mercadoria, a propriedade privada, as classes sociais, o Estado, a circulação de mercadorias, o dinheiro e sua circulação, o próprio capital em formas antediluvianas (comercial e usurária), etc. Em um estudo mais aprofundado e mais abrangente de nosso tema, seria interessante investigar a fundo esses elementos, mas, agora, não nos dedicaremos a investigar todos eles. Porém, como nos propusemos a apresentar os fundamentos da subordinação do trabalho ao capital em *O Capital*, é imprescindível que ao menos apresentemos o que é, para Marx, a mercadoria, mediação fundamental para a conversão do trabalho em processo de valorização de capital. É preciso que as condições objetivas e subjetivas do processo de trabalho tenham sido transformadas em mercadorias, isto é, estejam disponíveis no mercado, para que ele se converta em processo de valorização de capital. O processo de transformação dos meios de produção e da força de trabalho em mercadoria será apresentado no próximo capítulo, quando trataremos do período da acumulação primitiva de capital. Por ora, apresentaremos o que é a mercadoria a fim de esclarecer porque a produção mediada por ela apresenta caráter dúplice.

O produto só pode se tornar mercadoria quando deixa de ser produzido como “meio de subsistência imediato para o próprio produtor” (MARX, 1985a, p. 140). Nos inícios da história humana, isso ocorre quando diferentes comunidades, antes isoladas uma das outras,

passam a entrar em contato e os seus produtos desenvolvidos em condições distintas estimulam o intercâmbio entre elas. A partir do contato entre comunidades distintas, seus produtos passam a ser transformados em mercadoria. De lá para cá, para que um valor de uso se transforme em mercadoria é indiferente sob qual modo de produção foram produzidos os produtos que ingressam na circulação como mercadorias, “seja com base na comunidade primitiva ou na produção escravista ou na pequena produção camponesa e pequeno-burguesa ou na capitalista” (MARX, 1988a, p. 232). No modo de produção capitalista, todos os produtos ou a maioria deles são transformados em mercadorias (MARX, 1985a, p. 140).

Dessa maneira, a forma mercadoria se converte em forma geral do produto na sociedade capitalista, o que significa que não só o resultado do trabalho configura uma mercadoria, mas as próprias condições de existência objetivas e subjetivas do trabalho são também mercadorias. A produção capitalista de mercadorias exige a conversão de todos os elementos do processo de trabalho em mercadoria, incluindo a força de trabalho. Apesar de tudo, todos os produtos que ingressam ou resultam do trabalho sob a forma mercadoria permanecem sendo valores de uso. Mesmo quando uma coisa útil adquire a forma mercadoria, ela ainda detém sua capacidade de atender, ser útil, às necessidades humanas. Nas palavras de Marx, a mercadoria é “antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie”. Portanto, a mercadoria permanece sendo um todo de muitas propriedades naturais (químicas, físicas, mecânicas) úteis aos indivíduos (MARX, 1985a, p. 45).

Sendo assim, a mercadoria é, antes de tudo, um valor de uso. Mas, nem todo valor de uso existente na sociedade configura uma mercadoria, como por exemplo, o ar, as matas não cultivadas, o solo virgem, etc., conforme aponta Marx. Para que possa adquirir a forma mercadoria, o valor de uso ou a coisa útil tem que ter sido manipulada pelos seres humanos por meio do trabalho, pois não há mercadoria sem a mediação do trabalho. É preciso também que o valor de uso tenha sido produzido para outros, é preciso que ele seja valor de uso social. Desse modo, ainda que haja mediação do trabalho, se o trabalhador produz para ele mesmo um valor de uso, não há como o produto resultante desse processo de trabalho assumir a forma mercadoria. Além de ter sido mediado pelo trabalho e produzido para outras pessoas e não para o próprio trabalhador, é preciso que o valor de uso seja “transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca”, conforme adendo de Engels (MARX, 1985a, p. 49). Engels acrescentou essa última condição para que um produto possa adquirir a forma mercadoria em *O Capital* (4ª edição) a fim de diferenciar o trigo sob a forma mercadoria do

trigo sob a forma de dízimo (produzido pelo camponês para o clérigo) e do trigo sob a forma de tributo (produzido pelo camponês para o senhor feudal), pois, segundo este autor, sua omissão estava originando frequentemente “o mal-entendido de considerar que, para Marx, vale como mercadoria todo produto que é consumido por outro, que não o produtor” (MARX, 1985a, p. 49, nota 11a).

Portanto, um valor de uso não pode constituir uma mercadoria se ele não se insere em uma relação de troca. A mediação da troca fornece à mercadoria um duplo aspecto, exclusivo a ela: ser valor de uso e valor de troca ao mesmo tempo. Se a produção adquire um duplo aspecto no modo de produção capitalista é porque ele decorre desse duplo caráter da mercadoria, o qual, por sua vez, é proveniente do duplo aspecto do trabalho que é representado na mercadoria: ser trabalho útil e ser trabalho humano abstrato. De acordo com Marx (1985a, p. 162), “a diferença obtida anteriormente da análise da mercadoria – realizada por Marx –, entre o trabalho enquanto criador de valor de uso e o mesmo trabalho enquanto criador de valor, apresenta-se agora como diferenciação dos diferentes aspectos do processo de produção”: ser processo de trabalho e processo de valorização de capital.

O aspecto de ser valor de uso da mercadoria se relaciona com a dimensão útil do trabalho, com o trabalho criador de valor de uso, conforme o apresentado no item acima. O valor de uso é o conteúdo material da riqueza em qualquer forma de sociedade e não depende da forma mercadoria para se apresentar. De acordo com Marx, “como valor de uso, não há nada de misterioso nela [na mercadoria], quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano” (MARX, 1985a, p. 70). Diferentemente do valor de uso, o valor está ligado à dimensão do trabalho abstrato e só se evidencia por meio da relação de troca entre as mercadorias, por meio do valor de troca. O valor de troca, por sua vez, é modo de expressão, a “‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível” (MARX, 1985a, p. 46).

Enquanto as propriedades corpóreas das mercadorias (químicas, físicas e mecânicas) são consideradas quando conferem utilidade às mercadorias, “é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias”. Do mesmo modo, é pela abstração das propriedades ou qualidades do trabalho, as quais caracterizam o trabalho útil, que o trabalho humano abstrato se diferencia da outra dimensão do trabalho representado na mercadoria. Conforme Marx, “também nos trabalhos que se representam nesses valores abstrai-se a diferença de suas formas úteis”. Portanto, sob o ponto

de vista da dimensão abstrata do trabalho ou do trabalho humano indiferenciado, “o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso” (MARX, 1985a, p. 46-52).

Enquanto criador de valor, a única qualidade do trabalho que deve ser levada em conta é a de ser dispêndio de força humana de trabalho. Por isso, o que importa aqui é sua quantidade, ou melhor, a duração desse dispêndio de força de trabalho, o tempo de duração do trabalho realizado, nada mais. Quando observado a partir do ponto de vista do processo de trabalho, o que importa é qual o modo de operar, o objeto, o meio e o resultado mais adequado, útil, para satisfazer a finalidade de um trabalho útil específico. Portanto, importa as características de cada tipo de processo do trabalho, sua natureza e conteúdo, e dos fatores do processo de trabalho envolvidos e a diferença qualitativa e a diversidade entre uma espécie de trabalho e outros tipos de trabalho produtivo. Já ao tratar dos processos de formação do valor e de valorização do valor, devemos observar o mesmo trabalho enquanto criador de valor, isto é, enquanto trabalho humano abstrato, trabalho humano igual, trabalho indiferenciado (MARX, 1985a, p. 46-70).

Assim é que, enquanto valores, as mercadorias com a mesma grandeza de valor “são coisas de igual substância, expressões objetivas do mesmo tipo de trabalho” (MARX, 1985a, p. 51), do trabalho indiferenciado. O conteúdo desse valor é formado por trabalho passado, trabalho objetivado ou trabalho morto e só se evidencia na sociedade capitalista. O valor é determinado pelo *quantum* de “trabalho social realizado, fixado, ou se preferirmos cristalizado”, isto é, é determinado pelo *quantum* de trabalho utilizado para a sua produção, pelo tempo de trabalho socialmente necessário (MARX, 1980, p. 29). A relação de igualdade entre as mercadorias é determinada precisamente pelo *quantum* do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Nessa situação, o valor de troca se constitui como a proporção adequada de um tipo de mercadoria que possui o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário cristalizado nela que outra mercadoria diferente dela possui e em uma dada proporção. Por possuírem o mesmo *quantum* de trabalho cristalizado nelas, mercadorias distintas são permutáveis entre si.

O denominado tempo de trabalho socialmente necessário se trata do tempo de trabalho necessário para a produção de um produto sob condições sociais de produção normais, o que quer dizer médias, para Marx. Segundo esse autor, “apenas o tempo de trabalho socialmente necessário conta como formando valor” (MARX, 1985a, p. 157). Em *Salário, Preço e Lucro*, Marx (1980) afirma que quando ele diz que o valor da mercadoria é

determinado pela quantidade de trabalho incorporada ou cristalizada nela, ele quer dizer que seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la num estado social dado, em certas condições sociais médias de produção admitindo uma intensidade e capacidade sociais médias no trabalho empregado.

Partindo do pressuposto de que o valor de uma mercadoria “é determinado pelo quantum de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção”, explicitaremos o processo de valorização de capital (MARX, 1985a, p. 155). Antes, é preciso destacar que só na forma capitalista de produção de mercadorias, a produção é “unidade do processo de trabalho e processo de valorização”. Em formas de produção de mercadorias distintas da capitalista, a produção de mercadorias é apenas “unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor” (MARX, 1985a, p. 162), isso ocorre quando a maior parte do produto está “orientada diretamente ao autoconsumo” e não se converte em mercadoria (MARX, 1985a, p. 140). Nesse momento, é possível que haja produção e circulação de mercadorias, no entanto, só a produção capitalista de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia e não apenas produção de mercadorias, pois a finalidade da produção passa a ser a produção da mais-valia para o capital e deixa de ser produzir para satisfazer as necessidades humanas. Essa é a principal diferença que devemos ter em mente, antes de iniciar a apresentação do processo de valorização.

Agora, passaremos a ela.

Primeiro, o capitalista tem que reunir em um local os meios de produção e a força de trabalho necessários para a realização da produção. Antes de reunir as condições do processo de trabalho, ele tem que encontrá-las sob a forma de mercadoria no mercado e comprá-las com seu dinheiro. Por isso, a circulação de mercadorias é fundamental para a transformação do trabalho em processo de valorização de capital. Ao adquirir no mercado as condições objetivas e subjetivas do trabalho, o capitalista não engana nem rouba o vendedor dos meios de produção, nem o trabalhador, vendedor de sua própria força de trabalho, porque ele não utiliza qualquer engodo ou artimanha, o capitalista compra em geral tais mercadorias pelo valor que elas valem. O salário do trabalhador corresponde, de fato, ao valor de sua força de trabalho, ao valor dos meios de subsistência do trabalhador, assim como o valor dos meios de produção corresponde ao valor necessário para a sua produção. Dessa maneira, o capitalista, para se apropriar do mais-trabalho alheio, realiza uma troca de equivalentes no mercado e age, portanto, de acordo com a lei do intercâmbio de mercadorias.

A apropriação capitalista do mais-trabalho alheio tem de ocorrer contínua e cotidianamente, assim como qualquer outro tipo de produção, visto que a “sociedade não pode parar de consumir” (MARX, 1985b, p. 153). De acordo com Marx, “qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem que ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases”; a visita do capitalista à esfera da circulação tem de ser constantemente renovada durante a reprodução da sociedade (MARX, 1985b, p. 153). Durante a reprodução da sociedade capitalista, o capitalista tem de visitar continuamente, no início e no final de todo ciclo produtivo, a esfera circulação, ao ter que adquirir, no início, os meios de produção e a força de trabalho necessária para a produção de suas mercadorias e, no final, ao ter que vender a mercadoria resultante do processo. Durante esse fluxo contínuo e cotidiano da reprodução capitalista, algo salta a vista: mesmo realizando a troca de equivalentes no mercado (trocando dinheiro por meio de produção e força de trabalho), o capitalista retira da circulação, ao final de todo o processo, com a venda da mercadoria final, mais valor do que lançou nela, este valor a mais é a mais-valia.

Ao final de um ciclo produtivo completo (circulação – produção – circulação), ocorre o seguinte:

O capitalista volta agora ao mercado e vende mercadoria, depois de ter comprado mercadoria. [...] E, não obstante, tira da circulação [...] mais do que nela lançou. Todo esse seguimento, a transformação de seu dinheiro em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção (MARX, 1985a, p. 160).

Através do consumo das mercadorias que adquiriu e empregou como capital, o capitalista adquire mais valor do que o investido na produção ao vender as mercadorias produzidas. O dinheiro utilizado pelo capitalista para adquirir as condições de realização do trabalho só se transforma em capital, em valor que deseja valorizar-se, durante a produção, durante o consumo da mercadoria força de trabalho pelo capitalista. Conforme Marx afirma, a circulação apenas introduz o processo de valorização e se faz necessária para que ele se realize porque a compra da mercadoria mais preciosa de todo esse processo – a força de trabalho – se dá no mercado, só é possível através da esfera da circulação. O capitalista precisa dela tanto para extrair, quanto para realizar a mais-valia obtida na produção com a venda da mercadoria final, pois, o dinheiro se transforma em capital na esfera da circulação e fora dela. É impossível que o “lucro” seja obtido sem a esfera da circulação.

Se o capitalista não infringe a lei do intercâmbio de mercadorias que vige na esfera da circulação, o seu “lucro” – a mais-valia – tem de ter origem de outra forma, isto é, pelo consumo da mercadoria. De acordo com Marx, o “lucro” do capitalista só pode ser obtido por meio do consumo de uma mercadoria especial que o capitalista teve “a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor”; essa mercadoria é a capacidade de trabalho ou força de trabalho (MARX, 1985a, p. 139). Ela é a chave para a compreensão do processo de valorização de capital, pois só a mercadoria força de trabalho é capaz de fornecer mais valor do que ela mesma vale quando consumida. Portanto, é o consumo da mercadoria força de trabalho que cria e é responsável pela mudança na grandeza de valor que se dá na produção e é realizada na circulação.

De acordo com Marx,

[...] o *trabalho passado* que a força de trabalho contém, e o *trabalho vivo* que ela *pode prestar*, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede que o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira (MARX, 1985a, p. 159, grifos nossos).

A força de trabalho contém trabalho passado e pode prestar trabalho vivo. Esses são aspectos totalmente diferentes. Os meios de trabalho e objeto de trabalho (meios de produção) apenas transferem o trabalho passado neles contido ao serem consumidos durante o processo de trabalho, porque eles só contêm trabalho passado e não podem prestar trabalho vivo. Já a força de trabalho é a única mercadoria que é fonte de mais valor do que ela mesma custa: “O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho” (MARX, 1985a, p. 159).

Conforme assegura Marx, “os diferentes fatores do processo de trabalho tomam parte de diferentes modos na formação do valor do produto” (MARX, 1985a, p. 165). Através da atividade do trabalhador, os meios de produção transferem e conservam seus valores no novo valor de uso resultante do processo de trabalho, enquanto o próprio trabalho acrescenta tempo de trabalho, isto é, acrescenta novo valor à forma antiga do valor de uso fornecendo-lhe uma nova forma. Nesse processo, tanto a transferência e conservação do valor, quanto à geração do

valor, ocorrem devido ao trabalho realizado pelo trabalhador, mas elas se referem a diferentes momentos do processo de trabalho e se relacionam com diferentes elementos do trabalho.

Não só o último trabalho realizado pelo trabalho vivo deve ser considerado no cálculo do valor de troca da mercadoria, mas também o tempo de trabalho incrustado, objetivado, nos meios de produção. O valor dos meios de produção consumidos apenas reaparece no produto. Daí que a parte do capital adiantado que corresponde aos meios de produção é denominado de capital constante. Como capital adiantado para gerar o valor do produto só consideramos o valor do meio de trabalho que se deprecia no processo, que ele perde por conta de seu funcionamento e transfere ao produto¹³ (MARX, 1985a, p. 173-4) e o valor do objeto de trabalho consumido. Já quanto à participação da força de trabalho no processo de valorização de capital: embora a parte do capital adiantada na compra da força de trabalho seja uma grandeza constante de valor sob circunstâncias dadas, porque assim como qualquer mercadoria seu valor é determinado pelo *quantum* de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, no processo de produção a força de trabalho é ação, trabalho vivo, movimento e, portanto, uma grandeza em fluxo, variável. Por isso, essa parte do capital adiantado que é convertida em força de trabalho é denominada de capital variável, porque *pode* produzir mais valor do que ela mesma vale, em um nível maior ou menor.

Apesar dos valores dos meios de produção desgastados constituírem parte do valor da mercadoria final, apenas a força de trabalho ativa valoriza de fato o capital investido. Abstraindo a transferência do valor dos meios de produção, vê-se que “a mais-valia é mera consequência da mudança de valor que ocorre com” “a parte do capital convertida em força de trabalho” (MARX, 1985a, p. 174), com a parte variável do capital. Dessa maneira, se o processo de formação de valor “apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização” (MARX, 1985a, p. 161). A produção de mais-valia ou o processo de valorização de capital tem início quando esse ponto é ultrapassado. Portanto, “o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto” (MARX, 1985a, p. 161).

¹³ Para facilitar o cálculo da variação do valor, o valor total do meio de trabalho utilizado no processo produtivo pode ser considerado; no entanto, caso seja considerado, teríamos que somá-lo tanto ao valor adiantado quanto ao do valor do produto final (MARX, 1985a, p. 174).

Considerando o processo puro de valorização de capital, quando o produto do processo prolongado de trabalho ultrapassa o valor adiantado em força de trabalho, finalmente, tem-se a produção de mais-valia, que é justamente o que enriquece o capitalista e garante a reprodução ampliada do capital. Neste sentido, citando Marx, Rosdoslky aponta que “o único valor que realmente se cria no processo de produção ‘é o valor acrescentado pela nova quantidade de trabalho. Este valor se divide em trabalho necessário, que reproduz o salário (...), e em mais-trabalho, que excede o trabalho necessário e cria a mais-valia” (ROSDOSLKY, 2001, p. 191).

De acordo com Marx,

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo (MARX, 1985a, p. 160-1).

Isso significa que a produção deixa de ser consumo das condições objetivas do trabalho pela força de trabalho ativa do trabalhador e se converte em consumo da força de trabalho pelo capitalista. O trabalhador deixa de dirigir e controlar sua própria atividade e modificar o processo de produção – a partir de sua finalidade de produzir um valor de uso – e se transforma em mero meio de valorização do capital, o qual vai dirigir e controlar todo o processo produtivo com o amadurecimento do modo de produção capitalista. Nessas circunstâncias, os meios de produção também adquirem outras funções. De acordo com Marx, “como o próprio trabalho, assim a matéria-prima e o produto aparecem aqui sob uma luz totalmente diferente da projetada pelo ponto de vista do processo de trabalho propriamente dito”: o objeto de trabalho serve como coisa que absorve o tempo de trabalho objetivado e o produto final serve agora apenas como “uma escala graduada que mede o trabalho absorvido” pelo objeto de trabalho (MARX, 1985a, p. 157).

Da mesma forma, a relação entre o capitalista e o produtor direto “está determinada pelo trabalho como simples fator do capital que se autovaloriza” (MARX, 1978, p. 52). O capitalista também é dono do produto resultante do processo de trabalho e a ele pertence agora a utilização da força de trabalho durante um dia e, também, o produto do trabalho. Ele adianta capital sob a forma de meios de produção e força de trabalho para produzir a mais-valia e assim dá continuidade ao processo de reprodução capitalista. Dessa forma, ele funciona como personificação do capital e tem que explorar as personificações do trabalho.

Com todo o exposto, vê-se que, no modo de produção capitalista, o processo de trabalho é “processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista” (MARX, 1978, p. 51-2) e deixa de ser consumo dos elementos materiais pela atividade do trabalho.

Ao se converter em mercadoria e num mero instrumento para a valorização do capital, a força de trabalho assume um papel de coadjuvante no processo produtivo. Agora, é o capital que emprega ao mesmo tempo um conjunto de trabalhadores e seus meios de produção, possibilitando que a produção se realize, tanto do ponto de vista do trabalho, quanto do ponto de vista do processo de valorização do capital. Conforme Marx, “tudo é diferente quando observamos o processo de produção do ponto de vista do processo de valorização” (MARX, 1985a, p. 244). A partir desse ponto de vista, ao sugar trabalho vivo, o valor sob a forma de meios de produção (trabalho morto) atua com o objetivo de se transformar em capital e de se autovalorizar como se ele mesmo tivesse vida. E, com a generalização da transformação do trabalho em meio para autovalorização do capital, o capital se torna sujeito de sua própria produção através de seu próprio movimento autônomo.

Para que o capital se acumule, a mais-valia adquirida ao final de um ciclo produtivo deve ser reinvestida e servir como capital para que o capital complete o seu movimento. Com a “aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital” (MARX *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 139), o capital é acumulado em um movimento necessariamente expansivo. Não nos detivemos na esfera da circulação e, por consequência, não nos detivemos no movimento de rotação do capital, pois nos restringimos a observar a subordinação do trabalho ao capital na esfera da produção. No entanto, parece-nos importante que não deixemos de mencionar, a fim de reforçar a importância da esfera da circulação, que até mesmo a grandeza do capital acumulado depende de ambas as esferas, produção e circulação, pois quanto maior a velocidade da circulação, isto é, da realização da mais-valia e da renovação da fase de produção, maior a valorização do capital em geral, de acordo com Alex Fiuza de Mello (1999, p. 95).

Neste item, apresentamos, de modo geral e abstrato, o que ocorre na produção para que ela adquira caráter dúplice: o processo de trabalho e seus elementos se convertem em meros meios para o processo de valorização de capital. É dessa forma que a exploração do trabalho pelo capital se apresenta de modo geral. Entretanto, ela assume características diferentes em cada fase do processo de maturação do modo de produção capitalista. Nos dois capítulos seguintes, apresentaremos como a subordinação do trabalho ao capital vai se processando historicamente a partir de sua gênese até sua consolidação, isto é, como as

condições de exploração do trabalho se manifestam histórica e particularmente até que o capital se consolide no comando da produção social total. No próximo capítulo, veremos sob quais formas, diretas e indiretas, o capital explora o trabalho durante o período de germinação do modo de produção capitalista. Além disso, exporemos o processo histórico que transformou os meios de produção e a força de trabalho em mercadorias, pressuposto da conversão do trabalho em processo de valorização de capital que acabamos de apresentar.

3 A GÊNESE DA SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

A gênese da subordinação do trabalho ao capital acompanha, grosso modo, o início do desenvolvimento do modo de produção capitalista. O capital inicia e consolida a criação de seu próprio modo de produção em momentos distintos e isso se expressa por meio das formas histórico-concretas da subordinação do trabalho. Essas formas histórico-concretas da subordinação do trabalho ao capital contêm relações distintas entre os trabalhadores e o capitalista, entre o trabalhador e as condições de produção – os meios e os objetos de trabalho – e ainda entre os próprios trabalhadores. Porém, durante o momento em que se processa a gênese da subordinação do trabalho ao capital, as primeiras formas capitalistas de produção e suas formas histórico-concretas detêm algumas características em comum que permitem que as diferenciemos das formas histórico-concretas contidas no período da consolidação dessa subordinação e da consolidação do modo de produção capitalista.

Comparando à produção capitalista da grande indústria após a revolução industrial com as primeiras formas dessa produção no sistema doméstico capitalista e na manufatura, estas continuam com o processo produtivo e os instrumentos utilizados na produção semelhantes aos utilizados na produção artesanal; isto é, o processo de trabalho se realiza de modo semelhante ao trabalho artesanal dos ofícios artesanais independentes e dos ofícios artesanais das corporações de ofícios da Idade Média. Mas, com a reestruturação radical da indústria moderna que ocorre com a grande indústria, desaparece por completo qualquer domínio do trabalhador sobre o processo de produção decorrente do antigo modo de trabalho artesanal. Além dessa diferença, há outras diferenças notáveis entre as primeiras formas capitalistas de produção e a produção industrial já madura na grande indústria que permitem que diferenciemos o período da gênese da subordinação do trabalho ao capital do período da consolidação.

Durante o período da gênese, a subordinação do trabalho ao capital se dá de forma incompleta, porque o trabalhador ainda detém algum controle sobre o processo produtivo, o que significa que, até aqui, o trabalho morto ainda não domina completamente o trabalho vivo; a cooperação capitalista baseada no artesanato e a cooperação capitalista baseada na divisão do trabalho correspondem às formas particulares do modo de produzir do capital, no entanto, elas ainda não alcançam a maior parte dos ramos de produção; a existência da indústria doméstica rural subsidiária impede a completa dependência dos trabalhadores ao mercado; e, a não generalização do trabalho assalariado livre e do modo de produzir do capital a todos os ramos produtivos faz com que a riqueza produzida diretamente pelo capital através da exploração do trabalho assalariado fique restrita a uma pequena parcela, limitando o domínio do capital sobre o trabalho.

Neste capítulo, apresentaremos o período da gênese da subordinação do trabalho ao capital e do modo de produção capitalista.

3.1 As primeiras formas da acumulação capitalista

As primeiras formas de acumulação de capital que aparecem na história se dão por meio das suas formas antediluvianas, do capital usurário e do capital comercial, mas não constituem as primeiras formas da acumulação capitalista. O capital comercial e o capital usurário são anteriores à produção capitalista. As formas antediluvianas de capital aparecem esporadicamente na humanidade muito antes da era do capital. Por meio dessas formas, “a mais-valia não é extraída do produtor por coação direta nem sucedeu a subordinação formal deste ao capital. O capital ainda não se apoderou aqui diretamente do processo de trabalho” (MARX, 1985b, p. 106). Enquanto não entra na produção e, portanto, não se apodera diretamente do trabalhador, o capital não subordina, nem mesmo formalmente, o trabalho – considerando a subordinação direta do capital, a partir do interior da produção –, ainda que o trabalho excedente não seja extraído por coação direta.

Nesses momentos, o capital – usurário ou comercial – suga parasitariamente os produtores autônomos dos ofícios e os que cultivam a terra. Seja na Antiguidade ou mesmo na transição que dá origem ao modo de produção capitalista, “a predominância dessa forma de exploração numa sociedade exclui o modo de produção capitalista” (MARX, 1985b, p. 106). De acordo com Marx, nessas situações, o capital detém funções subordinadas que não são determinantes da forma social geral (MARX, 1978, p. 54) e suas formas antediluvianas parasitam os produtores diretos autônomos, camponeses e artesãos.

O capital usurário “adianta aos produtores diretos, matérias-primas, instrumentos de trabalho ou ambos, sob forma de dinheiro” (MARX, 1978, p. 54). Através do adiantamento de meios de produção necessários à realização do trabalho pelo produtor direto, o capitalista recebe de volta os juros, a mais-valia. Desse modo, o usurário transforma dinheiro em capital, mas sem ingressar no processo de produção. O capital usurário se desenvolve a margem do modo de produzir. De acordo com Marx, o capital “cresce em parte graças à *atrofia* desse modo de produção, mas em parte é um meio de *atrofiá-lo*, ou de, nas condições mais desfavoráveis, mantê-lo como que vegetando” e continua: “Aqui, *ainda não* se realizou a subsunção formal do trabalho ao capital” (MARX, 1978, p. 54, grifos do autor). Da mesma forma, o capital comercial em sua forma pura – isto é, sem subordinar diretamente o trabalho, decorrente apenas da circulação – também não configura a subsunção formal do trabalho ao capital. Nesse momento, o comerciante “faz encomendas a uma série de produtores diretos, reúne a seguir seus produtos e os vende; nesta transação pode também adiantar-lhes matéria-prima, etc, ou mesmo dinheiro” (MARX, 1978, p. 54). Ainda que a relação capitalista moderna se desenvolva em parte a partir do capital comercial, o produtor direto permanece como vendedor de mercadorias no caso em que o capital comercial puro parasita outro modo de produção (MARX, 1978, p. 54).

Ao provocar o enfraquecimento e a destruição de antigos modos de produzir no final da Idade Média, o capital comercial e o usurário dão sua contribuição para o surgimento do atual modo de produção, mas não o criam. Ainda que a grande maioria da burguesia comercial e usuária quisesse apenas atender a seus interesses, isto é, continuar a acumular riquezas por meio do parasitismo em modos de produção antigos – e não quisesse desenvolver um modo de produção próprio –, tanto o capital comercial, quanto o usurário ajudam a criar as bases para o desenvolvimento da relação-capital. Mas não porque criam um modo de produção específico, mas porque provocam o enfraquecimento e a destruição de modos de produzir anteriores ao capital sob a forma moderna. Esse efeito dissolvente do capital usurário e do capital comercial não é algo que a burguesia (comercial e usuária) tenha planejado. As consequências desse efeito se dão por conta da própria natureza e reprodução dessas formas antediluvianas de capital.

Sobre isso, Marx afirma que “a usura tanto como o comércio exploram um modo de produção dado, não o criam, relacionam-se com ele de fora”, e continua: “A usura pode conservá-lo [o modo de produção] diretamente, para poder explorá-lo sempre de novo, é conservadora, apenas torna-o mais miserável”. Como consequência dessa exploração, a usura

provoca a formação de “uma fortuna monetária autônoma” e se apropria das condições de trabalho dos antigos donos, constituindo “uma poderosa alavanca para a formação dos pressupostos para o capital industrial” (MARX, 1988b, p. 108-9). De acordo com Marx, “a usura centraliza fortunas em dinheiro, onde os meios de produção estão dispersos. Ela não altera o modo de produção, mas suga-o como parasita e o torna miserável. Ela o esgota, enerva e força a reprodução a prosseguir em condições cada vez mais lastimáveis” (MARX, 1988b, p. 99). O capital usurário e suas personificações buscam sempre conservar o modo de produção que exploram, corroem e parasitam, pois dependem dele. Por depender do modo de produção que explora, ele não busca superá-lo, mas somente sugar o máximo possível da riqueza produzida. Essa é a forma de reprodução intrínseca a sua natureza.

Essa característica não é restrita ao capital usuário. Conforme nosso autor aponta, isso também ocorre com o capital comercial, sob sua forma autônoma, ele também dissolve as antigas relações de produção. Nas palavras de Marx (1988a):

O comércio repercute naturalmente mais ou menos sobre as comunidades entre as quais ele é praticado; submete a produção cada vez mais ao valor de troca ao tornar as satisfações e a subsistência mais dependentes da venda do que do uso direto do produto. Dissolve desta maneira as antigas relações. Aumenta a circulação monetária. Já não se apodera apenas do excedente da produção, mas rói pouco a pouco esta última e torna ramos inteiros da produção dependentes dele (MARX, 1988a, p. 236).

A velocidade e a eficácia com as quais o comércio dissolve as antigas relações, incluindo as de produção, são distintas; elas dependem da forma de organização da sociedade em que ele opera. Entretanto, de modo mais ou menos rápido, a produção se torna cada vez mais orientada ao valor de troca por meio do crescimento da importância da compra e venda de mercadorias e do peso do dinheiro na reprodução social, em detrimento de uma produção orientada à satisfação das necessidades dos próprios produtores diretos ou de terceiros. Porém, além do efeito dissolvente das formas antediluvianas de capital, é preciso que outras circunstâncias, como as que ocorreram durante o período da acumulação primitiva de capital, desenvolvam as condições propícias para o desenvolvimento da relação capitalista moderna – a qual corresponde ao momento em que o capital ingressa no processo de produção.

Ainda que não tenham criado diretamente para si um modo de produção específico, as formas antediluvianas de capital prepararam o terreno para a constituição do “capital industrial nascente” (Dobb) ou do “capital mercantil moderno” (Santos Neto). Dentre as consequências mais importantes do capital comercial e do usurário, temos: o aumento da

circulação de dinheiro e, por consequência, o aumento da fortuna em dinheiro e a ruína dos antigos modos de produção, seja por meio da apropriação das condições de trabalho dos antigos donos dos meios de produção, seja por meio do aumento da dependência destes em face dos comerciantes (com o desenvolvimento do sistema doméstico capitalista). Sendo assim, não há dúvidas de que o capital comercial e o usurário ajudam a pôr as bases para o desenvolvimento do capital industrial; primeiro, eles põem as bases para a formalização da subordinação do trabalho ao capital e, posteriormente, para a sua consolidação.

No entanto, capital comercial e capital usurário “se reproduzem dentro do modo capitalista de produção como formas secundárias e de transição” (MARX, 1978, p. 54). Isso ocorre, por exemplo, no moderno trabalho domiciliar que se situa como forma de produção secundária, subsidiária à forma de produção característica da grande indústria; e, também no final da Idade Média, quando capital usurário e capital comercial entram na produção e configuram formas transitórias de produção, entre o modo de produção feudal e o capitalista.

De acordo com Marx, a transição fica muito mais clara na relação que o capital comercial estabelece com o processo produtivo do que na relação que o capital usurário estabelece com ele (MARX, 1978, p. 54). Isso ocorre porque o capital mercantil ingressa paulatinamente na produção e vai adquirindo assim algum controle sobre o processo de trabalho. Por meio da inserção do capital mercantil já metamorfoseado (e não mais em seu estado de pureza enquanto capital proveniente apenas da circulação), terão início as primeiras formas de produção capitalista. Essas primeiras formas de produção capitalista coexistem com antigos modos de produzir e esse capital mercantil moderno corresponde em parte – como veremos logo abaixo em Maurice Dobb – ao capital industrial nascente.

Em comparação à forma mais madura encontrada na grande indústria, essas primeiras formas (que encontraremos no sistema doméstico capitalista e na manufatura) ainda não são responsáveis por uma parte significativa da totalidade da riqueza produzida, elas detêm uma contribuição secundária. Nesse momento da sociedade capitalista, a riqueza é adquirida principalmente pela parte do capital mercantil que parasita modos de produção pré-capitalistas, relacionando-se com eles de uma forma externa à produção. Conforme Santos Neto (2015, p. 53), “o sistema do roubo e da pilhagem é o *leitmotiv* do capital mercantil em sua fase inicial, mas paulatinamente ele precisa amoldar e determinar a produção, controlando

e organizando a produção como produção de mercadorias”. A riqueza da primeira fase do capital mercantil moderno advém do roubo e da pilhagem e da exploração¹⁴ – indireta – do trabalho escravo dos negros africanos e dos povos nativos das regiões colonizadas.

Entretanto, o capital mercantil vai ingressando pouco a pouco no modo de produção. Resumiremos brevemente, abaixo, como se dá esse processo historicamente a partir da economia camponesa e corporativa do final da Idade Média; já nos outros itens deste capítulo trataremos mais detalhadamente de outros aspectos desse mesmo processo.

Sob o predomínio da economia camponesa e de corporações, o mercado era local e a estrutura das corporações atendia bem a ele. No mercado local, onde “o produtor fabrica o artigo para o freguês que vem ao seu local de trabalho e lhe faz uma encomenda”, o mestre-artesão cumpre inúmeras funções: ele era responsável por procurar e negociar a matéria-prima, comandar oficiais e aprendizes, e vender o produto acabado para o consumidor. Ele era, portanto, “negociante ou mercador”, comandante e “comerciante lojista” (HUBERMAN, 1983, p. 119-120). O camponês independente – que cultivava para si mesmo – agia de modo semelhante ao mestre-artesão, sem que tivesse oficiais ou aprendizes para comandar, e podia produzir para ele e sua família seus principais meios de subsistência.

Até aqui o capital não havia ainda ingressado na produção, apenas a submetia de forma externa a ela, como capital parasitário, seja sob a forma comercial ou usurária. Segundo Maurice Dobb, a “pequena produção do trabalhador-proprietário, artesão ou camponês que não era ainda capitalista embora contivesse o embrião das relações capitalistas e mostrasse mesmo sinais de submeter-se ao capital de fora” (DOBB, 1977, p. 34). Aos poucos, o intermediário, que antes apenas vendia os artigos de artesãos e camponeses e enriquecia com a diferença de preços entre um lugar e outro, e, entre o que pagava ao produtor e ao que cobrava do consumidor, passa a intervir mais diretamente na produção, expressando assim o início do domínio direto do capital sobre o trabalho. Conforme Huberman (1983, p. 120),

¹⁴ Ver Gorender (2011) para detalhes sobre a atividade do mercador e sobre a função do capital mercantil nas colônias. De acordo com o autor, no Brasil, as funções da produção eram exercidas pelos plantadores e lavradores, enquanto as funções de financiamento para instalar novas plantagens ou ampliar os recursos produtivos e as funções de circulação – como, por exemplo, levar o produto até os consumidores ou ao menos até outro mercador ou o intermediário local – eram atribuições dos mercadores.

“esse método, pelo qual o intermediário emprega certo número de artesãos para trabalhar seu material em suas respectivas residências, é denominado sistema de produção ‘doméstica’”.

De acordo com esse autor,

No sistema de corporações, que surgira com a economia urbana, o capitalista tinha apenas um pequeno papel. Com o sistema de produção doméstica, surgido com a economia nacional, o capital passou a ter papel importante. Era necessário muito dinheiro para comprar a matéria-prima para muitos trabalhadores. Era necessário muito dinheiro para organizar a distribuição dessa matéria-prima e sua venda como produto acabado, mais tarde. Era o homem do dinheiro, o capitalista, que se tornava o orientador, o diretor do sistema de produção doméstica (HUBERMAN, 1983, p. 124).

Assim que o capital passa a comprar diretamente a força de trabalho e se apropriar diretamente do trabalho excedente, encontramos a subordinação formal do trabalho ao capital. Ela corresponde ao momento em que o próprio processo de trabalho se converte em instrumento do processo de valorização do capital e em que o capital se torna orientador da produção. Aqui, encontramos uma exploração direta do trabalho pelo capital. De acordo com Marx, isso ocorre quando o camponês independente que produzia para si mesmo vai trabalhar para outra pessoa enquanto trabalhador assalariado; quando um capitalista emprega como assalariados antigos artesãos do modo de produção corporativo; quando o mestre que detinha o conhecimento do ofício se opõe ao oficial somente por ser possuidor de capital, etc. (MARX, 1978, p. 51-2).

O antigo modo de produzir baseado na propriedade privada obtida pelo próprio trabalho era explorado indiretamente pelo capital, que subordinava a produção “de fora”. No entanto, essa economia ainda se encontrava sob a autoridade senhorial e/ou estava vinculada a instituições ou relações feudais. Contudo, mais tarde, esses artesãos independentes da Idade Média tendem a desaparecer dando lugar ao capitalista-mercador-intermediário-empresendedor, entre os séculos XV e XVIII (HUBERMAN, 1983, p. 125). Durante esse período, ocorrem algumas modificações: o mercado deixa de ser local e se torna mundial por volta do século XV, quando tem início uma maior dinamização e alargamento das fronteiras mercantis em decorrência da descoberta de novos territórios e do sistema colonial.

A expansão do mercado faz com que a estrutura das corporações de artesãos se torne antiquada para as novas necessidades e traz com ele a figura do intermediário que vai interferir na produção e pegar para si as atividades de mercador e comerciante, que deixam de ser atribuição do mestre-artesão, nas palavras de Huberman (1983): “O intermediário lhe entrega a matéria-prima e recebe o produto acabado. O intermediário coloca-se entre ele e o

comprador. A tarefa do mestre artesão passou a ser simplesmente produzir mercadorias acabadas tão logo recebe a matéria-prima” (HUBERMAN, 1983, p. 120). Essa forma de organização da produção caracteriza o sistema doméstico ou sistema caseiro. Dobb (1977) afirma que quando o grau de controle do mercador-comprador (o mesmo que intermediário para Leo Huberman) sobre o produtor atinge o ponto de modificar o caráter da própria produção, como, por exemplo, o número de produtores, os métodos de produção e a localização da produção, provoca-se uma alteração qualitativa real no modo de produção (DOBB, 1977, p. 162-3). Quando isso ocorre, surge o sistema doméstico sob a forma capitalista ou moderno sistema doméstico.

Entretanto, embora “uma parte da classe mercantil existente” tenha se apossado diretamente da produção, foi “uma parte dos próprios produtores” que “acumulou capital e passou a comerciar, e com o correr do tempo começou a organizar a produção numa base capitalista livre das restrições artesanais das guildas”¹⁵. Segundo Dobb, Marx afirma que esse último é o verdadeiro caminho revolucionário, pois o modo de produção de transição desenvolvido pela classe mercantil se converteu em um obstáculo ao modo de produção realmente capitalista (DOBB, 1977, p. 156). Inclusive, alguns autores afirmam que o ascetismo protestante da ideologia puritana calvinista derivada das seitas dos antigos mestres-artesãos cumpriu a função de contribuir para que o mestre-fabricante pudesse acumular riquezas e se tornar independente dos comerciantes ricos, cujo hedonismo impedia a concentração de riqueza necessária para dar início à indústria capitalista manufatureira¹⁶ (KOFLER, [1971?], p. 222-3).

Segundo Dobb (1977),

Embora o interesse crescente demonstrado por partes do capital mercantil no controle da produção – em desenvolver aquilo que podemos chamar um sistema deliberadamente construído de “exploração pelo comércio” – preparasse o caminho para esse desfecho, e possa em alguns casos tê-lo alcançado, tal estágio final geralmente parece, como Marx indicou, ter-se ligado ao surgimento *dentre as fileiras dos próprios produtores* um elemento

¹⁵ No século XIV, as guildas de mercadores continham parte dos habitantes das cidades, praticamente qualquer cidadão que comerciasse podia participar dela se contribuísse, porém geralmente, o cidadão possuía algum lote ou casa na cidade. O “comércio provavelmente não era mais do que uma fonte incidental de renda” e entre patrão e empregados havia pouca diferenciação social (DOBB, 1977, p. 111).

¹⁶ Ver discussão completa e mais detalhada acerca da origem da produção capitalista manufatureira no capítulo 12 (La cuestión de la génesis de la manufactura), em Kofler [1971?].

capitalista, meio-fabricante, meio-mercador, *que começou a subordinar e organizar aquelas próprias fileiras das quais saíra tão recentemente* (DOBB, 1977, p. 163, grifos nossos).

De qualquer forma, Dobb (1997) afirma que os dois caminhos para o desenvolvimento do capitalista industrial – a partir da classe mercantil monopolista e a partir da classe de produtores (mestres artesãos independentes, de corporações e trabalhadores assalariados) – “não continuam distintos em todo seu curso, porém muitas vezes se fundem por algum tempo, cruzando-se em diversos lugares” (DOBB, 1977, p. 157). Porém, só observamos Marx mencionar nos capítulos que estudamos de *O Capital* que não havia dúvidas de que “alguns pequenos mestres corporativos e mais ainda pequenos artesãos independentes ou também trabalhadores assalariados” haviam se transformado em capitalistas industriais, não observamos nenhuma menção a capitalistas provenientes da classe mercantil.

Conforme Dobb, sobre o capital mercantil:

[...] Marx indicou que êste, em seu estágio inicial, apresentava uma relação puramente externa quanto ao modo de produção, que permanecia independente e intocado pelo capital, sendo o mercador apenas “o homem que ‘remove’ os artigos produzidos pelas guildas ou camponeses”, para ganhar com as diferenças de preço entre as diversas zonas produtoras. Mais tarde, no entanto, o capital mercantil começou a ligar-se ao modo de produção, em parte a fim de explorá-lo mais eficientemente – para “deteriorar a situação dos produtores diretos... e absorver seu trabalho excedente com base no antigo modo de produção” – em parte para transformá-lo nos interesses de lucros maiores e no serviço de mercados mais amplos (DOBB, 1977, p. 156).

Quando o mercador exercia apenas a atividade de revender as mercadorias de um produtor direto a outro, e assim adquirir mais-valia ao comprar barato desses produtores e vender caro para os consumidores, o capital mercantil aparecia em sua forma mais pura, sem intervir na produção. Quando o mercador passa a exercer novas atividades atreladas mais diretamente à organização da produção, o capital mercantil também assume novas funções, além das antigas. Dentro do processo de produção, o capital passa a exercer um controle direto sobre o trabalho, o qual vai orientar e transformar o processo produtivo com o objetivo de extrair uma maior quantidade de mais-valia do que a adquirida de maneira puramente externa à produção. De outro lado, o capital mercantil entra na produção para poder sugar e parasitar ainda mais o antigo modo de produzir.

Dobb (1977) diz que o capital mercantil entra com maior volume, primeiro, nos comércios têxtil, de couro e de metais no século XVI. Esse século corresponde ao início da

era capitalista na Inglaterra. A indústria doméstica na Inglaterra foi, no século XVII, a forma mais típica da produção, ao invés da fábrica e da oficina manufatureira. No entanto, ela já era diferente do sistema de guildas: “na maioria dos casos, subordinara-se ao controle do capital e o artesão produtor perdera grande parte de sua independência econômica” e a situação do artesão já se aproximava daquela de um simples trabalhador assalariado. Nesse aspecto, “o sistema estava muito mais próximo da ‘manufatura’ do que dos artesanatos urbanos mais antigos” (DOBB, 1977, p. 163-180). A indústria doméstica capitalista, a qual se subordina ao controle do capital a partir de dentro do processo produtivo, “alcançou uma alteração apreciável no processo de produção, e a crescente hegemonia do capital sobre a indústria nesse período estava muito longe de ser apenas um crescimento parasita” (DOBB, 1977, p. 181). Mais tarde, quando os trabalhadores são reunidos em uma só oficina, o que possibilita uma supervisão mais rigorosa, essa alteração se torna ainda mais significativa.

Segundo Dobb, no século XVIII principalmente, podia ser encontrado um fabricante capitalista de roupa “empregando simultaneamente trabalhadores em suas casas e outros reunidos em um só lugar, operando teares que êle instalara numa única oficina” (DOBB, 1977, p. 181). Ainda assim, de um modo ou de outro, esse tipo de modo de produção ainda corresponde a uma pequena parte da produção total de riquezas desse período.

Mesmo a manufatura “só se apodera da produção nacional de forma muito fragmentária e sempre se baseia sobre os ofícios urbanos e sobre a pequena indústria doméstica rural como fundamento amplo” (MARX, 1985b, p. 284). A manufatura ainda precisa da indústria doméstica rural para o “processamento da matéria-prima”, por isso, de acordo com Marx, quando destrói a indústria doméstica em certo ramo de produção, faz surgir essa mesma indústria em outro ramo (MARX, 1985b, p. 284). No que se refere à manufatura, ela surge para atender as demandas comerciais do mercado expandido em razão das grandes descobertas do final do século XV. De acordo com Mello, ela “é a primeira cria madura, no âmbito da produção, resultante do processo de expansão e dinamização internacional e intercontinental das relações de troca, da progressiva universalização desses atos num processo ininterrupto e sempre crescente de renovação” (MELLO, 1999, p. 87).

Durante o período em que tem início a era capitalista e o desenvolvimento de formas particulares da acumulação do capital no sistema doméstico moderno e na manufatura, também ocorre a acumulação primitiva do capital.

A subordinação do trabalho ao capital na Inglaterra abrange a acumulação primitiva do capital. Ela começa antes mesmo do prelúdio da acumulação primitiva, que ocorre entre as

últimas décadas do século XV e as primeiras do XVI. De início, ela convive com diferentes modos de produção, inclusive com o do modo de produzir embasado na propriedade privada com bases no próprio trabalho que floresce no período de transição do modo de produção feudal para o capitalista. O modo de produzir permanece por um tempo do jeito que o capitalista o encontra, com seus elementos, humano e de coisas, mesmo o trabalho assalariado já esteja sob seu controle direto (MARX, 1985b, p. 106) e o trabalhador já execute o processo de trabalho para o capitalista e não mais para ele mesmo. Nesse momento, a situação social de mestres e artesãos tanto no campo, quanto na cidade são semelhantes; a acumulação de capital ainda permite a riqueza do povo e exclui a riqueza do capital, porque entra no fundo de consumo do trabalhador (MARX, 1985b).

A única coisa que se modifica é que o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho ao seu mestre. Só porque não possui a propriedade das condições de trabalho, o trabalhador trabalha para o capitalista. No entanto, o predomínio do modo de produzir artesanal permite que o trabalhador controle o processo de trabalho real.

A acumulação primitiva do capital que vai realizar, principalmente, a separação de toda força de trabalho de todos os meios de produção e de subsistência, além de permitir a concentração de capital na metrópole com a riqueza roubada ou explorada nas colônias. Todo o processo da acumulação primitiva vai por as bases para a acumulação de fato capitalista. Com a modificação do próprio modo de produzir, o capital vai aumentar o grau de controle sobre o processo de trabalho e sobre o trabalhador e, agora, a produção capitalista passa a exigir algumas condições para se realizar. A transformação do modo de produzir tem início quando a grandeza do capital investido na produção aumenta, por volta da segunda metade do século XVI. Só quando a grandeza do capital investido ultrapassa, em muito, o máximo feudal é que encontramos as primeiras formas de produção capitalista de fato. Nesse momento, surgem a cooperação capitalista e, mais tarde, a cooperação baseada na divisão do trabalho – e com elas as primeiras alterações no processo de trabalho real. Esta última caracteriza o período manufatureiro propriamente dito e está presente na manufatura madura, enquanto a primeira aparece nas primeiras formas de produção capitalista propriamente dita no início da manufatura. Apesar do aumento da subordinação do trabalho ao capital nessas formas de organização da produção, tanto na cooperação capitalista baseada no artesanato quanto na baseada na divisão manufatureira do trabalho, o trabalhador ainda exerce certo grau de controle significativo sobre o processo de trabalho em decorrência da sobrevivência de traços do antigo trabalho artesanal. Na cooperação baseada no artesanato, a forma de produzir do

indivíduo não é alterada, o trabalho artesanal é predominante. Na cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho, embora o trabalho individual seja alterado, a base da produção permanece sendo o trabalho artesanal dos antigos ofícios.

Até o fim do período manufatureiro, o modo de produção especificamente capitalista ainda não está estabelecido porque não se tornou a forma geral, socialmente dominante, do processo de produção. Nesse início, o modo capitalista de produzir figura como “método particular para a produção da mais-valia relativa” e atua apenas “na medida em que se apodera de indústrias até então apenas formalmente subordinadas ao capital, portanto em sua propagação. Segundo, ao serem revolucionadas continuamente as indústrias que já se encontram em seu poder, mediante a mudança dos métodos de produção” (MARX, 1985b, p. 107). Nos próximos itens, compreendendo o período da gênese do modo de produção capitalista desde as primeiras indústrias¹⁷ em que o capitalista se apropria diretamente do processo de trabalho até o fim do período manufatureiro, iremos expor algumas das principais características do período da acumulação primitiva do capital, da cooperação capitalista em sua figura simples (com base no artesanato) e da cooperação capitalista que tem por base a divisão manufatureira do trabalho.

3.2 A base da acumulação primitiva do capital

A acumulação primitiva reúne algumas condições necessárias para que a produção capitalista se desenvolva, colocando as bases para que a relação-capital apareça, para que o capitalista em formação possa reunir os meios necessários para efetivar o processo de trabalho. Por meio do capitalista, que é capital personificado, o capital vai subordinar o processo de trabalho, e, assim, ele mesmo desenvolverá lentamente as suas próprias condições de existência, sem depender de qualquer outro modo de produzir sobre o qual o trabalhador detenha o controle. Dentre as condições necessárias, três se destacam: a transformação dos meios de produção em capital; a transformação da força de trabalho em mercadoria, isto é, do trabalho em trabalho assalariado; e, a formação do próprio capitalista industrial.

¹⁷ Aqui, “indústria” não tem o sentido de “fábrica” que surge com o desenvolvimento da forma da produção denominada grande indústria, mas sim o sentido de ramo da produção, distinto da agricultura, e responsável pela produção de muitos produtos, podendo abarcar tanto as fábricas, quanto as oficinas dos artesãos, a indústria doméstica rural, etc.

Embora a acumulação primitiva prepare as condições necessárias para o desenvolvimento da subordinação do trabalho ao capital, esse capital não é desde o início capital industrial. Somente depois na grande indústria ele aparece como capital industrial propriamente dito. O capital mercantil moderno é o primeiro a subordinar o trabalhador e a exercer certo controle sobre a produção, impondo desde o primeiro momento algumas alterações no modo de produzir. No início, essas alterações são de caráter puramente formal, a única coisa que se altera em relação às antigas oficinas artesanais é que o trabalhador não trabalha mais para si, mas sim para o capitalista. Depois, as alterações passarão a afetar a organização da produção, irão atingir, por exemplo, o número de trabalhadores, os métodos de produção e de acumulação de capital.

Neste item, veremos como os meios de produção, incluindo a terra, e os meios de subsistência são transformados em capital, como o proletariado, os senhores de terras, os arrendatários capitalistas e o capitalista industrial se formam e por quais métodos da acumulação primitiva de capital, a classe dos capitalistas é elevada à classe dominante. As classes fundamentais da sociedade moderna se formaram a partir dos vários momentos fundamentais que determinam a acumulação primitiva. A formação do capitalista industrial e do proletário moderno, necessária à produção capitalista, não foi apenas decorrência da atuação do capital ou de uma acumulação de riquezas, nem é apenas consequência da expropriação do povo do campo. No caso da formação do capitalista industrial, como a acumulação de riquezas por meio do capital mercantil exerce papel importante, observaremos outros momentos da acumulação primitiva além da expropriação do campesinato.

Do mesmo modo que Marx, destacaremos a seguir os métodos fundamentais que configuram a acumulação primitiva de capital. No capítulo em que trata da acumulação primitiva, Marx (1985b, p. 263) apresenta os acontecimentos históricos que provocaram os revolucionamentos necessários para ascensão da classe capitalista à classe dominante e para formação de “proletários livres como os pássaros”, entre os séculos XV e XVIII na Inglaterra, a fim de caracterizar o fenômeno que examinamos: a acumulação primitiva de capital.

A acumulação primitiva do capital precede a acumulação capitalista, que se dá através da produção capitalista, trata-se de “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (MARX, 1985b, p. 261). Ela corresponde à base historicamente necessária para o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista; de acordo com Marx, “ao invés de resultado histórico, é fundamento histórico da produção especificamente capitalista” (MARX, 1985b, p. 195). A

seguir, veremos que, embora possa parecer que a acumulação primitiva se caracteriza como mera acumulação de riquezas, mais do que isso, ela é acúmulo de condições para a produção capitalista. De acordo com Marx (1985b, p. 263):

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica.

O lançamento de grandes massas humanas no mercado é uma das principais condições para o desenvolvimento do capitalismo e da acumulação capitalista. A expropriação violenta do povo do campo provoca a separação entre o trabalhador e seus meios de produção, ela é, portanto, o que mais caracteriza a acumulação primitiva de capital. Isso é assim porque tanto a concentração dos meios de produção nas mãos dos capitalistas, de um lado, quanto à formação de trabalhadores “livres” (livres dos meios de produção e de subsistência), de outro, fazem parte das condições fundamentais para a realização do processo de trabalho sob o domínio do capital e o surgimento do modo de produção especificamente capitalista. Essa separação constitui a base da dependência do trabalhador ao capital e se configura entre o último terço do século XV e o fim do século XVIII (MARX, 1985b, p. 271). A acumulação primitiva, portanto, também perpassa todo esse período. Visto que a expropriação da base fundiária do produtor rural é a base da acumulação primitiva, nós nos deteremos mais intensamente nesse momento da acumulação primitiva inglesa.

A acumulação primitiva se dá sob a forma clássica na Inglaterra, por isso Marx utilizou a história inglesa para explicitá-la. Percebe-se que a forma da transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, na Inglaterra, se manifesta de modo que a interação dos elementos envolvidos nessa transição pode ser compreendida mais claramente. De acordo com Chasin (2000), os casos que se configuram como clássicos são “mais coerentes, mais congruentes ou consentâneos, no plano da sua própria totalidade”. No caso da totalidade da sociedade capitalista, por exemplo, “as diversas *partes* fundamentais imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra *racional*, no nível da máxima racionalidade historicamente possível” (CHASIN, 2000,

p. 43). O conjunto de fatores e circunstâncias da história inglesa se apresentou sob uma forma que permitiu que aos seres humanos compreendessem de modo mais claro quais foram as condições necessárias para o desenvolvimento das primeiras formas de produção capitalista e da produção estritamente capitalista. Por exemplo, uma dessas circunstâncias encontradas na Inglaterra é o florescimento e a eliminação da propriedade privada baseada no próprio trabalho, que revela a importância da separação do produtor direto de suas condições de trabalho para o desenvolvimento da produção capitalista.

Passemos, então, à história da acumulação primitiva inglesa.

Para que possamos compreender a evolução da transformação da exploração feudal em exploração capitalista “não precisamos volver a um passado tão longínquo” (MARX, 1985b, p. 263). Segundo Marx, a era capitalista só tem início no século XVI, embora “os primórdios da produção capitalista” sejam encontrados de modo esporádico em algumas cidades mediterrâneas nos dois séculos anteriores (MARX, 1985b, p. 263). Contudo, não é preciso partir da análise da servidão para apreender a transformação da sociedade feudal em sociedade capitalista, pois onde a produção capitalista surge “a servidão já está abolida há muito tempo”; Marx afirma que “na Inglaterra, a servidão tinha na última parte do século XIV de fato desaparecido” (MARX, 1985b, p. 263). Entretanto, para acompanharmos o nascimento do modo de produção capitalista, é preciso partir da análise do modo de produzir cuja propriedade privada é baseada no próprio trabalho, já após a servidão inglesa.

Até o século XV, a classe dos trabalhadores assalariados que havia surgido na última metade do século XIV “estava fortemente protegida pela economia camponesa autônoma no campo e pela organização corporativa da cidade”. Durante os séculos XIV e XV, essa classe dos trabalhadores constituía uma pequena parte da população inglesa (MARX, 1985b, p. 277). Nesse momento, a maior parte da sociedade era formada por “camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse a etiqueta feudal que ocultasse sua propriedade” (MARX, 1985b, p. 263). O florescimento das cidades junto com as pequenas explorações camponesas – “interrompidas apenas aqui e ali por domínios senhoriais maiores” – permitiam a “riqueza do povo” e excluía “a riqueza de capital” (MARX, 1985b, p. 264).

Entre o ápice do desenvolvimento da Idade Média e a era capitalista, a propriedade privada individual floresce e atinge o auge do desenvolvimento sob a forma de propriedade privada baseada no próprio trabalho, a qual se manifesta na propriedade da terra pelo camponês e na propriedade dos instrumentos de trabalho pelo artesão. A transformação do trabalhador em dono de suas condições de trabalho foi imprescindível para a transformação da

exploração feudal inglesa em capitalista (MARX, 1985b, p. 262). Em outros países, a história da acumulação primitiva foi diferente. Por exemplo, não houve na Itália um desenvolvimento da propriedade privada individual como houve na Inglaterra. De acordo com Marx, na Itália, a produção capitalista também aparece onde ocorre a dissolução das relações de servidão; no entanto, o “servo é emancipado aqui antes de ter-se assegurado, por prescrição, qualquer direito à base fundiária. Sua emancipação transforma-o, pois, imediatamente num proletário livre como os pássaros, que, porém, já encontra os novos senhores nas cidades [...]” (MARX, 1985b, p. 263, nota 189).

Sobre a propriedade privada obtida com o próprio trabalho, Marx afirma o seguinte:

Na verdade, esse modo de produção existe também durante a escravidão, a servidão e outras relações de dependência. Mas ela só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada, onde o trabalhador é livre proprietário privado das condições de trabalho manipuladas por ele mesmo, o camponês da terra que cultiva, o artesão dos instrumentos que maneja como um virtuose (MARX, 1985b, p. 292-3).

Esse florescimento da propriedade privada atinge sua forma clássica entre o final do século XIV e o final do século XV, que se caracteriza pela “fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho” (MARX, 1985b, p. 293). Aqui a produção se dá de forma distinta da forma capitalista, porque quando esta se consolida, ela se põe sobre a completa separação do trabalhador e suas condições de trabalho e repõe essa mesma separação. No modo de produzir em que a propriedade privada é baseada no próprio trabalho, o trabalhador, dono de seus instrumentos, conduz todo o processo e determina o que, como e quando vai ser produzido, a fim de atender uma necessidade humana específica. Já no modo de produção capitalista consolidado, o processo de trabalho se subordina inteiramente às necessidades do capital; o capital vai determinar o que, como e quando produzir uma mercadoria a fim de atender as necessidades de autovalorização do capital.

Esse tipo de propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção “é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre” (MARX, 1985b, p. 293) e esta pressupõe a separação do trabalhador individual de suas condições de trabalho, que estavam fundidos anteriormente; pressupõe que o trabalhador esteja sem qualquer relação de dependência direta, como a servidão e a escravidão. Ela impõe a exploração do trabalho alheio por meio da concentração dos meios de produção; e, uma relação de dependência do trabalhador ao capital que decorre das condições de produção e reprodução capitalista. Essa exploração é mediada por contrato

de trabalho entre dois indivíduos iguais e livres, proprietários de mercadorias, sendo um deles possuidor dos meios de produção e o outro, da mercadoria força de trabalho.

O período da acumulação primitiva na Inglaterra não compreende somente a “libertação da servidão e da coação corporativa” do produtor direto (MARX, 1985b, p. 262), ele passa necessariamente pelo processo de expropriação do trabalhador que havia se tornado proprietário de suas condições de trabalho. Os “recém-libertados” da servidão e do regime das corporações “só se torna[ra]m vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados” (MARX, 1985b, p. 262). A seguir, veremos quais acontecimentos e grupos sociais foram responsáveis, na Inglaterra, pela eliminação das antigas garantias de existência dos produtores diretos, e, por conseguinte, pela criação da relação-capital.

A propriedade privada baseada no próprio trabalho, a garantia principal do produtor direto, é eliminada durante o período da acumulação primitiva. A eliminação da base fundiária do produtor direto é o que mais caracteriza esse período da história do domínio do capital sobre o trabalho. Tendo em vista que a expropriação do camponês é o cerne do processo que caracteriza a acumulação primitiva, examinaremos a seguir os vários métodos que provocam tal expropriação.

Segundo Marx, durante a última metade do século XIV e no século XV, a classe dos assalariados

estava fortemente protegida pela economia camponesa autônoma no campo e pela organização corporativa da cidade. No campo e na cidade, mestres e trabalhadores estavam socialmente próximos. *A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificadamente capitalista.* O elemento variável do capital predominava fortemente sobre o constante. A demanda de trabalho assalariado crescia, portanto, rapidamente com toda a acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado seguia apenas lentamente. Grande parte do produto nacional, convertida mais tarde em fundo de acumulação do capital, ainda entrava no fundo de consumo do trabalhador (MARX, 1985b, p. 277, grifos nossos).

Esse é o momento em que a subordinação do trabalho ao capital é apenas formal, pois o modo de produção do artesão continua o mesmo, não há nenhuma modificação no processo real de trabalho, nem mesmo nas condições objetivas do processo de trabalho. Muda apenas que o trabalhador passa a trabalhar para o capitalista. O capitalista adquire a força de trabalho e os meios de produção da maneira que os encontra no mercado. O fabricante-capitalista exerce função de trabalhador e de capitalista ao mesmo tempo, enquanto ainda não foi

liberado do trabalho manual. Contudo, o poder do capital ainda não detém uma força significativa na sociedade, porque as relações sociais no campo – que são maioria nessa época – entre os produtores e seus senhores e patrões estavam subordinadas à ordem feudal, de um modo ou de outro (DOBB, 1977, p. 33-34). Nesse período, abstraindo a mais-valia proveniente da circulação de mercadorias no mercado mundial (que constitui a origem principal da riqueza nesse momento), a única forma de aumentar a produção da mais-valia por meio da exploração direta do trabalho alheio assalariado, é através do prolongamento da jornada de trabalho. Tendo em vista o aumento da demanda de trabalho e a pouca oferta de mão-de-obra desse período, o aumento na acumulação de capital resulta no aumento da demanda de trabalho assalariado.

Entre o final do século XV e as primeiras décadas do século XVI, essa situação socioeconômica e, por consequência, a situação dos trabalhadores assalariados começa a passar por transformações. Nesse momento, ocorre “o prelúdio do revolucionamento [...] que criou a base do modo de produção capitalista”: enquanto “uma massa de proletários livres como os pássaros” está sendo “lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (MARX, 1985b, p. 264), a situação entre os mestres e artesãos que estavam socialmente próximos começa a se modificar. Marx afirma que há um abismo entre os séculos XV e XVI e que “de sua idade de ouro, a classe trabalhadora inglesa caiu sem transição, como Thornt diz acertadamente, à idade de ferro” (MARX, 1985b, p. 265). A propriedade fundiária é arrancada da população rural e autônoma transformando-a em “proletariado livre” através de métodos violentos, enquanto a propriedade se transforma em propriedade capitalista. Segundo Sismondi (*apud* MARX, 1985b, p. 293, nota 251), nessa nova situação da sociedade, procurou-se “separar toda espécie de propriedade de toda espécie de trabalho”.

Marx aponta que a ascensão dos capitalistas industriais ao posto de classe dominante não foi apenas “fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes”, afinal, os “cavaleiros da indústria só conseguiram desalojar os cavaleiros da espada explorando acontecimentos em que não tiveram a menor culpa” (MARX, 1985b, p. 262), como, por exemplo, a usurpação das terras comunais pelos grandes senhores feudais; o roubo dos bens da Igreja por meio da Reforma Protestante; a usurpação legal de terras imposta pelos proprietários fundiários; o roubo dos domínios do Estado em grande escala com a Revolução Gloriosa; a apropriação de terras por meio das leis de cercamento da terra comunal e a concentração dos arrendamentos nas mãos dos grandes arrendatários.

Apresentaremos a seguir todos esses acontecimentos.

Um dos primeiros acontecimentos que proporcionaram a expropriação da base fundiária dos produtores diretos foi a violenta expulsão do campesinato e a usurpação das terras comunais realizada pelos grandes senhores feudais. De acordo com Marx, não foi a realeza absolutista a principal responsável pela expulsão dos camponeses de suas terras, mas sim o grande senhor feudal que, se contrapondo à realeza e ao Parlamento, expulsou os camponeses de suas terras para pastorear ovelhas a fim de se tornar fornecedor da matéria-prima das manufaturas de lã, por volta do último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. A propriedade dos camponeses e trabalhadores foi devastada, assim como nos diz Marx, quando relata que “as habitações dos camponeses e os cottages dos trabalhadores foram violentamente demolidas ou entregues à ruína” (MARX, 1985b, p. 264).

Conforme o autor,

Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa. Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal (MARX, 1985b, p. 264).

De acordo com Marx (1985b, p. 264), o objetivo do grande senhor feudal era utilizar as terras para o pastoreio de gado, principalmente de ovelhas, em razão do “florescimento da manufatura flamenga de lã e a conseqüente alta dos preços da lã”. Segundo Marx, “a transformação de terras de lavouras em pastagens de ovelhas” demarca a nova qualidade dos grandes senhores de terras, enquanto “a velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes” (MARX, 1985b, p. 264).

Conforme nosso autor, o revolucionamento gerado pela usurpação das terras comunais aterroriza a legislação diante das transformações da produção e do empobrecimento da população. Nesse momento, o Parlamento e a realeza tomam atitudes para impedir ou diminuir a velocidade dessas transformações. Por exemplo, “um decreto de Henrique VII, de 1489, c. 19, proibiu a destruição de todas as casas camponesas, às quais pertenciam pelo menos 20 acres de terra. Num decreto 25, de Henrique VIII, a mesma lei é renovada”. Mais tarde, “um decreto de 1533 se queixa de que alguns proprietários possuíam 24 mil ovelhas e limita seu número a 2 mil”. Contudo, as “queixas do povo e a legislação que, a partir de

Henrique VII continuamente, por 150 anos, se voltava contra a expropriação dos pequenos arrendatários e camponeses” não pode impedir essa tendência (MARX, 1985b, p. 265).

O roubo dos bens da Igreja decorrente da Reforma Protestante e a própria Reforma se tratam de outros acontecimentos da história inglesa que contribuíram para dissolver a sociedade feudal e alçar os capitalistas industriais à classe dominante da nova sociedade. Conforme nosso filósofo, “o processo de expropriação violenta da massa do povo recebeu novo e terrível impulso, no século XVI, pela Reforma e, em consequência dela, pelo roubo colossal dos bens da Igreja” (MARX, 1985b, p. 266). A contribuição da Reforma Protestante na Inglaterra enquanto método para a criação da base do modo de produção capitalista reside no fato de que “a propriedade da Igreja constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade. Ao cair aquela, estas não poderiam ser mantidas” (MARX, 1985b, p. 267).

De acordo com Marx:

Na época da Reforma, a Igreja Católica era a proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa. A supressão dos conventos etc. lançou seus moradores na proletarização. Os próprios bens da Igreja foram, em grande parte, dados a rapazes favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações. A propriedade legalmente garantida a camponeses empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada (MARX, 1985b, p. 266).

Seu impacto, portanto, consiste na eliminação das relações de propriedade que tinha por suporte a propriedade feudal da Igreja Católica. Segundo Huberman (1983), “a Igreja foi a maior proprietária de terras no período feudal” e a “mais poderosa, maior, mais antiga e duradoura que qualquer coroa. Tratava-se de uma era religiosa e a Igreja, sem dúvidas, tinha um poder e prestígio espiritual tremendos. Mas, além disso, tinha riqueza, no único sentido que prevalecia na época – em terras” (HUBERMAN, 1983, p. 22). A Reforma Protestante tem como um de seus resultados a expropriação dos bens da Igreja, principalmente de suas terras. Desse modo, o ataque à propriedade da Igreja, a grande proprietária feudal, reverberou sobre uma grande quantidade de indivíduos: moradores de conventos, os súditos hereditários da Igreja Católica e os camponeses pobres foram expurgados das antigas terras da Igreja. Estes últimos também perderam parte do dízimo que lhes cabia. Tudo isso rebaixou a condição de vida da massa de pessoas que eram direta e indiretamente dependentes da propriedade da Igreja.

No final do século XVII, serão os proprietários de terras que vão impor a usurpação de modo legal ao abolirem a constituição feudal do solo e se isentarem de antigas obrigações

para com o Estado, a fim de adquirirem a forma moderna da propriedade privada das terras. Dessa vez, os proprietários de terras realizam a usurpação das terras em que viviam os camponeses sem infringir a lei. Nas palavras de Marx (1985b):

Sob a restauração dos Stuarts, os proprietários fundiários impuseram legalmente uma usurpação, que em todo o continente realizou-se sem rodeios legais. Eles aboliram a constituição feudal do solo, isto é, jogaram as obrigações que o gravavam sobre o Estado, “indenizaram” o Estado por meio de impostos sobre o campesinato e o resto da massa do povo, vindicaram a moderna propriedade privada de bens, sobre os quais possuíam apenas títulos feudais, e outorgaram, finalmente, aquelas leis de assentamento (*laws of settlement*) [...] (MARX, 1985b, p. 267-8).

Além da usurpação, foi garantido que o Estado tivesse outra fonte de receita, por meio de impostos sobre os camponeses e sobre o restante da população. Ao mesmo tempo, os proprietários fundiários desvinculam-se legalmente das obrigações para com o Estado decorrentes da posse da terra, reclamando para si a propriedade privada moderna.

Posteriormente, mas agora sem a observância da legislação, a Revolução Gloriosa inaugura, no final do mesmo século, o roubo dos domínios do Estado em grande escala. Com Guilherme III de Orange, a Revolução Gloriosa figura como um marco no que se refere ao processo de separação do trabalhador individual de suas condições de trabalho dada a extensão da expropriação da terra. Ela coloca no poder “extratores de mais-valia fundiários e capitalistas”. Juntos, eles

Inauguraram a nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas. Tudo isso ocorreu sem nenhuma observância da etiqueta legal (MARX, 1985b, p. 268).

Segundo Marx, os capitalistas burgueses auxiliaram o roubo colossal do domínio do Estado pelos proprietários fundiários, “visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo etc.” (MARX, 1985b, p. 268). A transformação da terra em mercadoria, o aumento da oferta de mão-de-obra livre e da área agrícola para exploração capitalista são fatores importantíssimos para a criação da relação-capital e para o desenvolvimento da relação de dependência do produtor direto para com o mercado, o que significa dizer para com o capital.

Outro acontecimento que impulsionou a separação do trabalho de seus meios de produção foi a apropriação das terras do povo legitimada pela legislação no século XVIII. Marx (1985b) afirma que este é o “progresso do século XVIII”: a conversão das leis em meios para a usurpação das terras dos pequenos proprietários que, junto com sua família, viviam do trabalho que produziam nela. As leis para o cercamento da terra comunal (*Bills for Inclosures of Commons*), sob “a forma parlamentar do roubo”, institui a própria lei como “veículo do roubo das terras do povo”, fossem elas cultivadas ou não. Além da usurpação por meio da própria lei, os grandes arrendatários empregavam “paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados” (MARX, 1985b, p. 269).

Durante todo esse processo em que ocorre a transformação dos pequenos camponeses em proletários, devido à série de acontecimentos expostos acima, encontramos também o grande proprietário fundiário, que aparece junto com a propriedade privada moderna. Conforme o autor que estudamos, somente o grande proprietário de terras é formado diretamente pela expropriação do povo do campo, além do proletariado. Porém, ocorre também, de modo indireto, ao longo do processo de expropriação da base fundiária dos camponeses e trabalhadores, a formação do arrendatário capitalista e do capitalista industrial.

O arrendatário capitalista surge de “um processo lento, que se arrasta por muitos séculos” e que transforma servos e pequenos proprietários livres – estes não dão origem apenas aos trabalhadores assalariados – em arrendatários. De acordo com Marx, os servos “encontravam-se em relações de propriedade bastante diferentes e foram, por isso, emancipados também sob condições econômicas muito diferentes”. Marx continua: “Na Inglaterra, a primeira forma de arrendatário é o *bailiff*”, que é também um servo. Depois, no século XV, o arrendatário que substitui o *bailiff* é bem parecido com o camponês, mas ele explora mais trabalho assalariado e recebe do *landlord* “sementes, gado e instrumentos agrícolas”. Ele mesmo se transforma em *metayer*, que é um meio arrendatário, porque “aplica uma parte do capital agrícola” ao lado do *landlord*. Nesse caso, a divisão do produto global e a proporção estão estabelecidas por contrato. O *metayer* “desaparece rapidamente na Inglaterra, para dar lugar ao arrendatário propriamente dito, o qual valoriza seu próprio capital pelo emprego de trabalhadores assalariados e paga uma parte do mais-produto em dinheiro ou *in natura*, ao *landlord* como renda da terra” (MARX, 1985b, p. 280-1).

Portanto, em resumo, primeiro, alguns servos se tornam também arrendatários e configuram o *bailiff*; depois, o *bailiff*, que é servo e arrendatário ao mesmo tempo, vai ser substituído por algo próximo ao camponês, recebendo gado, sementes e instrumentos do

proprietário de terra e explorando trabalho assalariado; depois, ele se transforma no *metayer*, uma espécie de meio arrendatário, que aplica a parte do capital agrícola junto com o proprietário de terra, de acordo com o estabelecido por contrato; e por fim, encontramos o arrendatário capitalista propriamente dito que valoriza seu próprio capital, por meio da exploração de trabalhadores assalariados, e paga ao proprietário de terras uma parte do trabalho excedente apropriado dos trabalhadores, sob a forma de renda da terra.

De acordo com Marx, “a situação do arrendatário e seu campo de produção permanecem igualmente medíocres” durante a maior parte do século XV, enquanto camponeses independentes e servos que também são trabalhadores assalariados enriquecem com seu próprio trabalho. Porém, isso muda para o arrendatário a partir do último terço desse século devido à revolução agrícola. As mudanças na agricultura, que ocorrem a partir do último terço do século XV e vão até o fim do século XVI, enriquecem o arrendatário e empobrecem o povo do campo na mesma velocidade. Quanto ao arrendatário: “A usurpação das pastagens comunais etc. permitiu-lhe grande multiplicação de seu gado, quase sem custo, enquanto o gado fornecia-lhe maior quantidade de adubo para o cultivo do solo” (MARX, 1985b, p. 281).

No século XVI acresce ainda um momento decisivamente importante. Naquela época, os contratos de arrendamento eram longos, frequentemente por 99 anos. A contínua queda em valor dos metais nobres, e, portanto, do dinheiro, trouxe ao arrendatário frutos de ouro. Ela reduziu, abstraindo as demais circunstâncias anteriormente mencionadas, o salário. Uma fração do mesmo foi acrescentada ao lucro do arrendatário. O constante aumento dos preços de cereal, lã, carne, enfim de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem sua colaboração, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, foi contraída em valores monetários ultrapassados. Assim, ele se enriquecia, ao mesmo tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord* (MARX, 1985b, p. 281).

A usurpação das pastagens comunais junto com a queda em valor dos metais nobres e o aumento do preço dos produtos agrícolas no século XVI enriqueceram consideravelmente os arrendatários capitalistas. A usurpação forneceu-lhes gado e adubo para o cultivo, sem custo; a queda em valor dos metais reduziu o valor do salário pago aos trabalhadores assalariados e também o valor acordado da renda da terra a ser pago ao proprietário de terra, fazendo com que o arrendatário lucrasse dos dois lados com a queda em valor dos metais; além disso, o aumento nos preços dos produtos agrícolas também o enriqueceu.

Enquanto os arrendatários capitalistas começavam a enriquecer no campo, nas cidades o capitalista industrial nascente começa a aparecer, isso ocorre simultaneamente à

expropriação dos camponeses. Porém, sua formação se dá de modo diferente da formação lenta e gradual do arrendatário capitalista. Diferente da evolução gradativa de alguns servos até o arrendatário capitalista, o capitalista industrial surge bem mais rapidamente, impulsionado pela rápida concentração de capital resultante da acumulação primitiva. Segundo Marx, as necessidades comerciais do novo mercado mundial criados pelas grandes descobertas do final do século XV exigiu um rápido surgimento do capitalista industrial. O capital usurário e o comercial foram impedidos pela constituição feudal no campo e pela constituição corporativa nas cidades de se converter em capital industrial. Mas, com a expropriação e a expulsão do povo do campo e a dissolução das relações feudais, esse impedimento logo cessou (MARX, 1985b, p. 285).

Em pouco tempo, algumas mudanças se estabeleceram e o capital industrial nascente foi ganhando espaço e maior peso na sociedade. O peso do capital industrial na sociedade cresce até o ponto em que o capitalista industrial se torna a classe que domina o processo produtivo. Em 1832, Marx diz que Th. Hodgskin, autor de um escrito anônimo, escrevia:

Atualmente, toda a riqueza da sociedade vai para as mãos do capitalista (...) ele paga ao proprietário da terra a renda, ao trabalhador o salário, ao coletor de imposto e dízimo seus direitos e guarda grande parte, na realidade a maior parte, que aumenta cada dia, do produto anual do trabalho para si mesmo. O capitalista pode agora ser considerado o proprietário de toda a riqueza social em primeira mão, apesar de que nenhuma lei tenha lhe concedido o direito a essa propriedade [...] (HODSGSKIN *apud* MARX, 1985b, p. 285).

Até chegar a esse ponto, alguns dos capitalistas industriais eram antes, “sem dúvida, alguns pequenos mestres corporativos e mais ainda pequenos artesãos independentes ou também trabalhadores assalariados”. Estes se transformaram “em pequenos capitalistas e, mediante exploração paulatinamente mais ampliada do trabalho assalariado e a correspondente acumulação, em capitalistas *sanas* [sic]¹⁸ *phrase*” (MARX, 1985b, p. 284-5).

Para se transformarem em pequenos capitalistas foi preciso que houvesse em suas mãos alguma grandeza considerável de capital para adquirir os meios para efetivar o processo de trabalho. Alguns conseguiram enriquecer por meio do próprio trabalho, outros, através da expropriação de antigos modos de produção em outros territórios. Porém, de um modo ou de

¹⁸ Na edição que utilizamos, está escrito desse modo. No entanto, o termo correto é *sans phrase*, no sentido de “sem disfarce”, como apontam os tradutores em nota.

outro, direta ou indiretamente, eles enriqueceram por meio das novas relações comerciais impulsionadas pelo mercado mundial, por meio da expropriação das riquezas das novas terras descobertas e do surrupiamento de seus povos nativos. Marx destaca a importância do sistema colonial e da escravização no Novo Mundo para a escravidão encoberta, assalariada, na Europa. O sistema colonial foi um dos métodos fundamentais da acumulação primitiva e que permitiu o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A importância das colônias (principalmente das escravistas) no Novo Mundo durante o processo da acumulação primitiva para o desenvolvimento do capitalismo europeu ocidental reside na acumulação da riqueza extraída delas, através de meios distintos. Essa riqueza permitiu a formação e desenvolvimento dos capitalistas e do capital industriais.

De acordo com Marx,

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades *monopolia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. *Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital* (MARX, 1985b, p. 287, grifos nossos).

Essa extração de capital na América colonial foi realizada tanto pela exploração de metais preciosos nas minas, quanto pelo roubo, pela pilhagem e pela exploração, por meio da escravização, dos negros africanos levados ao continente americano e de seus povos nativos.

No período manufatureiro propriamente dito, era a supremacia comercial de um país que fornecia a ele a supremacia industrial. Como as colônias asseguravam o escoamento para as mercadorias produzidas pelas manufaturas e o monopólio de mercado uma acumulação potenciada, vê-se que o sistema colonial e os acordos mercantilistas exerceram papéis importantes para a expansão e o desenvolvimento dessas manufaturas da economia central. Ademais, conforme a passagem acima, todo o tesouro apresado, quaisquer que fossem seus meios de obtenção, refluía para a metrópole, era acumulado nos bolsos de seus capitalistas e transformava-se em capital ao serem investido em novo empreendimento.

Em síntese:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 1985b, p. 285).

Além do sistema colonial, Marx menciona o sistema da dívida pública, o moderno sistema tributário, o sistema de crédito e o sistema protecionista. Todos esses métodos do período da acumulação primitiva do capital possuem algo em comum: “baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência”. Marx destaca a participação do poder do Estado, a qual consiste na “violência concentrada e organizada da sociedade” durante o processo da acumulação primitiva, durante a transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista. Segundo o autor, a participação do Estado ativa essa transformação do modo feudal de produção em capitalista, acelera esse processo de modo artificial, encurtando-o (MARX, 1985b, p. 285-6). Conforme Marx afirma, a história da expropriação dos produtores diretos – permeada e impulsionada pela violência estatal – “está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 1985b, p. 262).

Todos esses acontecimentos compõem a expropriação e expulsão intermitente dos camponeses e trabalhadores do campo, junto com o sistema colonial e outros métodos e momentos da acumulação primitiva do capital, e constituíram os meios violentos pelos quais o novo modo de produção se configurou. Como resultado de todo esse processo, encontramos postas as condições que possibilitam o surgimento e o desenvolvimento da acumulação de fato capitalista. Dentre elas, está a formação das classes sociais necessárias para a efetivação da produção capitalista no campo e na cidade que pudemos acompanhar até aqui. Observamos que a expropriação dos trabalhadores de suas condições de trabalho dá origem à massa de proletários; que essa mesma expropriação origina, diretamente, o grande senhor de terras por meio da usurpação das terras camponesas e dos trabalhadores; que, de modo indireto, o arrendatário capitalista também resulta dessa expropriação e da revolução agrícola do século XVI; e, que o capitalista industrial nascente emerge principalmente com o estímulo do mercado mundial e a acumulação de riquezas do sistema colonial, sistema protecionista etc., na metrópole.

O mesmo processo que provoca a formação das classes sociais mais fundamentais da sociedade capitalista provoca também a transformação dos meios de subsistência e de produção em capital, a criação do mercado interno para a indústria capitalista com a destruição da indústria subsidiária rural, que só se completa com a generalização da grande indústria. De acordo com nosso autor, “a expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno” (MARX, 1985b, p. 283). Precisamos ainda esclarecer de que forma isso ocorre.

Como resultado desse processo, poucos grandes arrendatários concentraram em suas mãos as terras, nas quais pequenos proprietários e arrendatários mantinham a si e a sua família “[...] com o produto das terras cultivadas por eles, com ovelhas, aves, porcos etc. (...) que cria[va]m na terra comunal, tendo portanto pouca oportunidade de comprar meios de subsistência” (DR. PRICE *apud* MARX, 1985b, p. 270). Com a concentração dos arrendamentos, os antigos pequenos arrendatários e proprietários precisavam agora necessariamente da mediação do mercado para adquirir seus meios de subsistência. A concentração dos arrendamentos forçou as pessoas a terem de “ganhar sua subsistência trabalhando para os outros” e “ir ao mercado para comprar tudo de que precisam” (DR. PRICE *apud* MARX, 1985b, p. 270). Tudo isso, fez com que cidades e manufaturas crescessem. Por meio da concentração de terras, a dependência do trabalhador frente ao mercado se constituía concomitantemente ao fluxo de uma massa de pessoas que partiam do campo em direção às cidades em busca de emprego e aumentavam a oferta de mão-de-obra para as manufaturas (DR. PRICE *apud* MARX, 1985b, p. 270).

Do mesmo modo, Marx também afirma que “à rarefação do povo independente, economicamente autônomo, do campo correspondeu o adensamento do proletariado industrial” (MARX, 1985b, p. 282) e a necessidade da mediação do mercado para que o trabalhador em sua nova situação pudesse adquirir os seus meios de subsistência, que haviam se tornado agora elemento do capital. O autor esclarece:

Com a liberação de parte do povo do campo, os alimentos que este consumia anteriormente também são liberados. Eles se transformam agora em elemento material do capital variável. O camponês despojado tem de adquirir o valor deles de seu novo senhor, o capitalista industrial, sob a forma de salário. Assim como os meios de subsistência, foram afetadas também as matérias-primas agrícolas nacionais da indústria. Transformaram-se em elemento do capital constante (MARX, 1985b, p. 282).

Vê-se, portanto, que o mesmo processo que transforma o camponês em trabalhador assalariado, transforma também os meios de produção e subsistência em capital e cria o mercado interno para a indústria capitalista. Os meios de produção que antes pertenciam aos produtores diretos são monopolizados pelos capitalistas industriais. Os meios de subsistência que eram consumidos pelos próprios produtores diretos e que atendiam às suas necessidades ou as de terceiros são transformados em capital ou elementos materiais do capital. Esse mesmo processo vincula o trabalhador ao mercado de trabalho, obrigando-o a vender voluntariamente sua força de trabalho em troca de um salário, vincula-o também ao mercado

interno da indústria capitalista, onde esse salário será trocado pelos meios de subsistência necessários a sua sobrevivência. O capitalista também vai precisar ir ao mercado para adquirir os meios necessários para realizar a produção, que são: a força de trabalho e os meios de produção (objeto e meio de trabalho), visto que estes são agora mercadorias.

Conforme Marx:

De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em trabalhadores assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam, ao mesmo tempo, para este último seu mercado interno. Antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias-primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado. Fio, pano, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas encontravam-se ao alcance de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu autoconsumo – transformam-se agora em artigos de manufatura, cujos mercados são constituídos justamente pelos distritos rurais (MARX, 1985b, p. 283).

A expropriação ou separação do produtor direto de suas condições de trabalho se configura como a base da relação de dependência dos trabalhadores para com a classe dos capitalistas. A expulsão da massa do povo do campo para a cidade foi imprescindível para a criação da produção capitalista. Esse foi o principal método que, ao lançar os trabalhadores autônomos no mercado com apenas a propriedade de sua força de trabalho, converteu-os em trabalhadores assalariados necessários ao desenvolvimento do atual modo de produção e transformou os meios de produção em capital.

De acordo com Marx, a expropriação do produtor direto de seus meios de produção polariza o mercado com dois tipos de possuidores de mercadorias, com dois tipos de proprietários privados iguais e livres: de um lado têm-se agora trabalhadores livres, possuidores somente de sua própria força de trabalho, e, de outro, possuidores de dinheiro.

Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedades das condições da realização do trabalho. [...] Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1985b, p. 262).

A produção capitalista ou a relação-capital só pode se desenvolver depois que o mercado se encontra polarizado, entre possuidores de dinheiro e possuidores de força de

trabalho. Durante o processo de separação do trabalhador dos seus meios de produção os meios de subsistência e de produção são convertidos em capital e o produtor direto é convertido em trabalhador assalariado. Essas foram as condições necessárias para o surgimento do modo de produção capitalista. Marx afirma que “a assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1985b, p. 262).

Essa separação entre produtor e meio de produção – entre o produtor e seus objetos e meios de trabalho – tem de se renovar constantemente, não se restringe à pré-história do capital, mas tem de ser conservada e reproduzida diariamente. Conforme Marx, “considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução”. Tendo em vista que “se a produção tem forma capitalista, então a terá a reprodução” e que “as condições da produção são ao mesmo tempo condições da reprodução” (MARX, 1985b, p. 153), podemos entender a separação do trabalhador de seus meios de trabalho tanto como condição de produção, quanto condição de reprodução. É necessário que ela ocorra continuamente para que os dois diferentes tipos de possuidores de mercadorias se encontrem no mercado e para que, assim, seja possível que a continuidade da relação-capital. Marx afirma que “tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente” (MARX, 1985b, p. 262). Aquela separação se faz necessária para a continuidade da reprodução do capital e do seu modo de produção, e continuará sendo necessária enquanto o capital dominar nossa sociedade.

Enquanto não está apoiada sobre seus próprios pés, de início, a continuidade dessa relação só foi possível por meio de violência extra econômica direta e da força repressiva do Estado, que forçava os trabalhadores “a se venderem voluntariamente”. O povo do campo recém-expropriado, expulso de suas terras e “transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” – essa disciplina foi denominada de legislação sanguinária. Embora a dependência do trabalho ao capital comece a se constituir logo após as condições fornecidas pela acumulação primitiva, ela ainda não pode se realizar somente em decorrência das “leis naturais da produção”. De acordo com Marx, a legislação sanguinária começou sob o reinado de Henrique VII e continuou com o Henrique VIII – os mesmo que procuraram impedir a velocidade da usurpação das terras comunais também por

meio de leis –, Eduardo VI, Elisabeth, etc. e somente foram revogadas no começo do século XVIII. Marx afirma que a manufatura não absorveu com a mesma velocidade as massas expulsas e que alguns não conseguiram se adaptar rapidamente à nova forma de vida depois de sua forma de vida anterior lhes ter sido roubada e transformaram-se em vagabundos e assaltantes (MARX, 1985b, p. 275-277).

A acumulação primitiva do capital se constitui enquanto fundamento necessário da acumulação capitalista a todo vapor, na grande indústria, e também como base da acumulação capitalista que se realiza no sistema doméstico capitalista e na manufatura. Ao longo do largo período em que a acumulação primitiva do capital se apresenta entre os séculos XV e XVIII aproximadamente, tem-se simultaneamente o desenvolvimento de formas de produção capitalistas. Portanto, a acumulação primitiva coincide, em parte, com “o período manufatureiro propriamente dito, que, grosso modo, dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII” (MARX, 1985a, p. 267). Há quem afirme que o período manufatureiro faz, ele mesmo, parte da acumulação primitiva do capital, como ocorre em Maurice Dobb, por exemplo. Em *A Evolução do Capitalismo*, o autor afirma que a acumulação primitiva compreende duas fases, uma primeira fase responsável pela dissolução dos antigos modos de produção (caracterizada pelo sistema colonial, pelo sistema protecionista, etc.), e a segunda, que se passa logo em seguida a essa, de intervenção direta do capital na produção (DOBB, 1977), fase que abarca a manufatura.

De um modo ou de outro, há consenso sobre a acumulação primitiva do capital fornecer as bases para a acumulação capitalista, mas as dissonâncias podem aparecer quanto à questão de quando a acumulação de fato capitalista aparece. Com base no material estudado, vimos que, durante o período em que a acumulação primitiva ocorre, há também o início da era capitalista e o desenvolvimento de formas particulares de produção capitalista, que consistem na produção encontrada no sistema doméstico ou na manufatura, seja sob a cooperação capitalista simples seja sob a cooperação capitalista baseada na divisão manufatureira do trabalho. Se a primeira forma de cooperação aparece no início da manufatura e no sistema doméstico capitalista, a segunda forma de cooperação aparece durante a manufatura já madura ou durante a manufatura propriamente dita.

Nos próximos itens deste capítulo, observaremos como a subordinação do trabalho ao capital e a relação entre o capitalista e produtor direto se dá mais concretamente nessas formas de organização da produção capitalista, ainda que o modo de produção capitalista não tenha amadurecido completamente e dado origem à produção estritamente capitalista.

3.3 A cooperação capitalista em geral

Neste item, além de apresentarmos o que é a cooperação capitalista para Marx, observaremos até que ponto as modificações decorrentes da subordinação do trabalho ao capital alcançam o processo de trabalho com a cooperação capitalista baseada no artesanato.

No início do domínio do capital sobre o trabalho, o capitalista utiliza a força de trabalho, os meios de trabalho propriamente dito e os objetos de trabalho do modo que ele os encontra no mercado, sem qualquer alteração no modo de produção provocada pelo capital. Mesmo quando a cooperação capitalista simples aparece, o capital ainda encontra “preexistente seu material humano e de coisas”¹⁹ (MARX, 1985a, p. 267). Porém, algumas modificações passam a atingir o modo de produção, sem alterar a forma como o trabalhador individual trabalha. Mesmo que a cooperação simples não modifique em geral “o modo de trabalho do indivíduo” (MARX, 1985a, p. 283), Marx demonstra que, enquanto forma específica do processo de produção capitalista, a cooperação capitalista simples (baseada no artesanato) “é a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital” (MARX, 1985a, p. 265). Embora o modo de trabalho do indivíduo não seja alterado, as modificações que alcançam o processo de trabalho são suficientes para que, a partir da cooperação, parte da produção total se converta em produção de fato capitalista.

Demonstraremos como isso ocorre ao longo desse item.

Antes de tudo é preciso esclarecer que a forma de organização do trabalho que caracteriza a cooperação pode ser encontrada em diferentes momentos da história humana. De acordo com R. James, citado por Marx, o mesmo poder de comando dos reis e teocratas antigos “sobre as mãos e braços de quase toda a população não agrícola” foi conferido ao capitalista individual ou combinado na sociedade moderna (JAMES *apud* MARX, 1985a, p. 265). Além da presença da figura do capitalista, todas as outras formas de cooperação se distinguem da forma capitalista devido às circunstâncias em que aparecem.

¹⁹ O texto de Daniel Romero (1996) nos ajudou a compreender que “cooperação capitalista simples” em Marx pode também se referir à “cooperação baseada no artesanato”. Em *O Capital*, encontramos uma vez o termo “cooperação baseada no artesanato” em um trecho no qual Marx afirma que “a maquinaria supera a cooperação baseada no artesanato e a manufatura baseada na divisão do trabalho artesanal” (MARX, 1985b, p. 70).

Diferente da cooperação “como a encontramos nas origens culturais da humanidade, predominantemente nos povos caçadores ou eventualmente na agricultura da comunidade indiana”, a cooperação capitalista se dá sob a vigência da propriedade privada e não da “propriedade comum das condições de produção”. Agora, o indivíduo isolado não se encontra mais tão ligado à tribo ou à comunidade. No mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas, a propriedade privada também está presente, mas a cooperação se baseia “em relações diretas de domínio e servidão, na maioria das vezes na escravidão”. Já a “forma capitalista, ao contrário, desde o princípio pressupõe o trabalhador assalariado livre, que vende sua força de trabalho ao capital”. Além de tudo, a cooperação capitalista se diferencia das outras porque “se desenvolve em oposição à economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios, possuindo esta forma corporativa ou não”. A “cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, *em contraposição* ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres” (MARX, 1985a, p. 265, grifos nossos).

Conforme Marx afirma, no final do capítulo em que trata sobre a cooperação, “*em sua figura simples, até agora considerada*, a cooperação coincide com a produção em maior escala, porém não constitui nenhuma forma característica fixa de uma época particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista” (MARX, 1985a, p. 266, grifos nossos). Todavia, embora a cooperação não constitua uma forma característica fixa de uma época e continue constituindo “a forma básica do modo de produção capitalista”²⁰, a sua figura simples aparece “como forma particular *ao lado* de suas formas mais desenvolvidas” (MARX, 1985a, p. 266, grifos nossos), como, por exemplo, ao lado da cooperação baseada na divisão do trabalho.

Marx aponta que a organização do trabalho pode ser encontrada sob uma configuração semelhante a da cooperação simples, “no máximo”, nos começos artesanais da manufatura. Marx afirma que: “A cooperação simples continua sendo ainda a forma predominante nos ramos de produção em que o capital opera em grande escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhem papel significativo” (MARX, 1985a, p. 266). Sendo a cooperação simples a forma básica do modo de produção capitalista e existindo ramos de produção em

²⁰ Por ser a forma básica da produção capitalista, Liana Barradas (2014) caracteriza a cooperação como “unidade capitalista de produção”.

que nem a maquinaria e nem divisão do trabalho marcam significativamente a produção em grande escala, podemos continuar a afirmar a existência da cooperação simples se ainda houver ramos produtivos nessas condições.

Passaremos agora à caracterização da cooperação capitalista simples.

Comparando a economia capitalista com a economia camponesa, a diferença entre elas reside apenas na massa de trabalhadores e no volume de meios de produção concentrados no momento no qual a cooperação aparece e nada mais. Nesses momentos, conforme Marx, a cooperação “coincide com a produção em maior escala”. A agricultura em grande escala “corresponde ao período manufatureiro e se distingue substancialmente da economia camponesa apenas pela massa de trabalhadores empregados ao mesmo tempo e pelo volume dos meios de produção concentrados” (MARX, 1985a, p. 266) – ao menos, de início. Também de acordo com o filósofo alemão, no que se refere ao modo de produção, nos inícios artesanais da manufatura, a única distinção entre ela e a indústria artesanal das corporações é quantitativa: a manufatura emprega ao mesmo tempo um número maior de trabalhadores. Marx afirma que “A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada” (MARX, 1985a, p. 257).

Esse momento em que um grande número de trabalhadores produz um só tipo de mercadoria sob as ordens do mesmo capitalista corresponde ao aparecimento da cooperação capitalista, ao do início da forma de produção capitalista, como veremos mais abaixo. Nas palavras do autor:

A produção capitalista começa [...] de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1985a, p. 257).

Ainda que a diferença seja quantitativa de início, logo essa diferença quantitativa vai desembocar em uma diferença de qualidade. Com a ampliação da oficina, tanto a produção se transforma em capitalista, quanto o próprio mestre-artesão (pequeno-mestre) se transforma em capitalista. O capitalista industrial se converte em capitalista a partir de um pequeno mestre corporativo, de um pequeno artesão independente ou mesmo de um trabalhador assalariado, conforme vimos no item anterior. Primeiro, eles se transformam em pequeno capitalista e depois em capitalista *sans frase*. Tais transformações pressupõem que “a soma mínima adiantada para a produção” pelo antigo mestre-artesão ou por outro tipo possuidor de dinheiro

ou de mercadorias ultrapasse “de muito o máximo medieval” (MARX, 1985a, p. 243). Conforme Marx, isso comprova a “exatidão da lei descoberta por Hegel, em sua Lógica, de que modificações meramente quantitativas em certo ponto se transformam em diferenças qualitativas” (MARX, 1985a, p. 243). Para que se transformem em capitalista, é preciso apenas que a soma de dinheiro ou mercadoria ultrapasse determinada grandeza.

A produção capitalista começa onde certa grandeza mínima de capital permite a utilização simultânea de muitos trabalhadores num mesmo local, superior ao número empregado nas oficinas artesanais medievais. Essa grandeza do capital tem de ser muito superior a certa grandeza máxima medieval de capital que podia ser investida nas oficinas sem que o mestre-artesão se transformasse em capitalista. O sistema de corporações tentou coibir a transformação da produção medieval nas oficinas em produção capitalista. Conforme apresenta Marx, “o sistema corporativo da Idade Média procurou impedir coercitivamente a transformação do mestre-artesão em capitalista, limitando a um máximo muito reduzido o número de trabalhadores que um mestre individual podia empregar” (MARX, 1985a, p. 243).

Destaque-se que, enquanto o mestre-artesão for, ele próprio, “seu trabalhador” e tiver de “participar diretamente do processo de produção”, ele “será apenas um meio-termo entre capitalista e trabalhador, um ‘pequeno-patrão’”. Somente quando certo “grau de desenvolvimento da produção capitalista” passa a exigir que o mestre-artesão – ou outro possuidor de dinheiro e mercadoria – empregue todo o seu tempo para a apropriação do trabalho alheio, controlando esse trabalho e vendendo os produtos resultantes dele, ele se converte realmente em capitalista e funciona como “capital personificado” (MARX, 1985a, p. 243). A função de capitalista não é exercida se a finalidade da produção do mestre-artesão continua a ser sua subsistência, isto é, enquanto ele precisar trabalhar para sobreviver. A acumulação de riquezas por meio da apropriação da mais-valia produzida por outros trabalhadores é o que caracteriza a produção capitalista. Portanto, a figura do capitalista industrial nascente e a produção capitalista apenas emergem quando a grandeza do capital investido na produção puder empregar um número de trabalhadores suficientes para liberar o mestre-artesão do trabalho manual, isto é, liberá-lo da produção, restringindo sua atividade

para a apropriação, para o controle²¹ do trabalho alheio e para a venda dos produtos do trabalho alheio (MARX, 1985a, p. 243).

Logo depois que a produção capitalista tem início, ocorre uma alteração a partir do aumento da quantidade de trabalhadores trabalhando ao mesmo tempo em um mesmo local, ainda que o material humano e de coisas – isto é, a força de trabalho e os meios de produção – tenham sido herdadas de um modo de produção anterior.

Segundo Marx, “[...] dentro de certos limites, ocorre uma modificação”. Os desvios individuais de diferentes grandezas de forças de trabalho da mesma espécie “compensam-se e desaparecem, tão logo se tome um número maior de trabalhadores em conjunto”. Conforme aponta Marx, a “jornada total de trabalho de um número relativamente grande de trabalhadores simultaneamente empregados, dividido pelo número de trabalhadores é em si e para si uma jornada de trabalho social média”. Sendo assim, a jornada de trabalho de cada trabalhador “existe como parte alíquota da jornada de trabalho global”, sem que seja preciso que os trabalhadores “colaborem entre si”. Mesmo que “toda conexão entre seus trabalhos consista apenas em trabalharem para o mesmo capitalista”, a jornada de trabalho de cada indivíduo será ainda assim jornada de trabalho social média. Ao explorar, desde o início, trabalhadores cuja jornada de trabalho consiste em jornada de trabalho social média, o capitalista individual se apropria da mesma massa de valor que qualquer outro capitalista que ponha em movimento uma mesma quantidade de trabalhadores (MARX, 1985a, p. 257-8).

Dessa forma, quem quer que seja o capitalista e quaisquer que sejam seus trabalhadores, se ele emprega “muitos trabalhadores, ao mesmo tempo, pondo assim em movimento, desde o início, trabalho social médio”, ele realiza a taxa geral da mais-valia, a lei geral da valorização, e exerce a função de capitalista. Isso só ocorre desse modo porque a grandeza de capital investida do capitalista permite a utilização de um número relativamente grande de trabalhadores. Marx destaca que, ao contrário, se a quantidade de trabalhadores do

²¹ Mais tarde, a função de controle do trabalho será transferida a uma espécie de trabalhador assalariado. Mais tarde ainda, essa transferência de funções do capitalista atinge o ponto em que todas as funções sociais do capitalista na produção e transporte são repassadas para um trabalhador assalariado. Conforme Engels afirma, já no último quarto do século XIX: “Hoje as funções sociais do capitalista estão todas a cargo de empregados assalariados, e toda a atividade social do capitalista se reduz a cobrar as suas rendas, cortar os seus cupões e jogar na Bolsa, onde os capitalistas de toda espécie arrebataam, uns aos outros, os seus capitais” (ENGELS, 1985, p. 68).

capitalista de seu exemplo for dividida igualmente e empregada por pequenos-mestres, “será uma casualidade que cada mestre produza a mesma massa de valor e portanto realize a taxa geral de mais-valia”. Também será uma casualidade que o trabalho do trabalhador conte como trabalho médio e sua força de trabalho como força de trabalho média. Desse modo, em geral, os desvios individuais da força de trabalho “se compensariam para a sociedade, mas não para o mestre individual”. Alguns mestres se apropriariam de uma taxa maior de mais-valia e outros de uma taxa menor em relação à taxa geral da mais-valia (MARX, 1985a, p. 257-8).

Em resumo: com a cooperação capitalista, a transformação que o emprego de um número relativamente grande de trabalhadores, ao mesmo tempo provoca no processo de trabalho, constitui “uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho”, ainda que não haja a alteração do modo de trabalho do indivíduo, nem da força de trabalho e dos meios de produção encontrados no mercado. Basta somente que os trabalhadores tenham sido empregados pelo mesmo capitalista e trabalhem num mesmo local; não é preciso nem mesmo que eles cooperem entre si. Essa revolução nas condições objetivas na produção em grande escala deriva do fato de que parte dos meios de produção passa a ser consumida em comum, simultânea ou alternadamente, no processo de trabalho. Com isso, “cresce a escala dos meios de produção utilizados em comum” e aumenta a exploração de seu valor de uso sem afetar seu valor de troca (MARX, 1985a, p. 258-9).

O consumo em comum de parte dos meios de produção não culmina num aumento do valor na mesma proporção que seu volume e de seu uso. Isso só pode ocorrer porque o aumento da força produtiva não afeta o tempo de trabalho, mas apenas a quantidade de valor de uso produzida durante um determinado tempo. Aqui, devemos levar em conta que o valor e o valor de uso são diferentes aspectos da mercadoria e que se relacionam com os dois diferentes aspectos do trabalho, o de ser trabalho útil concreto e o de ser trabalho abstrato. Só assim é possível entender como o desenvolvimento da força produtiva do trabalho promove o crescimento da massa de riqueza material e, ao mesmo tempo, promove o decréscimo simultâneo da grandeza de valor dessa massa de riqueza aumentada, pois o aumento da massa da riqueza material corresponde ao valor de uso e a diminuição da grandeza de valor dessa massa ao valor – diferentes aspectos da mercadoria.

O aumento da força produtiva do trabalho sob o domínio do capital pode se dar através de vários métodos, mas na cooperação capitalista simples se dá, principalmente, pela economia dos meios de produção decorrente da utilização de uma grande quantidade de força de trabalho em um só local pelo capitalista. Conforme o autor,

Meios de produção utilizados em comum cedem parte menor do seu valor ao produto individual, seja porque o valor global que transferem se reparte simultaneamente por uma massa maior de produtos, seja porque, comparados com meios de produção isolados, entram no processo de produção com um valor que, embora seja absolutamente maior, considerando sua escala de ação, é relativamente menor. Com isso diminui um componente do valor do capital constante, diminuindo também, portanto, na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria. O efeito é o mesmo que se os meios de produção da mercadoria fossem produzidos mais baratos. Essa economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos. E eles adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em contraste com os meios de produção dispersos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou pequenos patrões, mesmo quando os muitos apenas trabalham no mesmo local, sem colaborar entre si. Parte dos meios de trabalho adquire esse caráter social antes que o próprio processo de trabalho o adquira (MARX, 1985a, p. 259).

No que diz respeito ao processo de valorização: comparando com a situação em que os meios de produção e os trabalhadores encontram-se isolados uns dos outros nas pequenas oficinas, o capital constante diminui a sua grandeza no valor total da mercadoria devido à concentração dos elementos do processo de trabalho em um só local. Produz-se o mesmo efeito se os meios de produção de mercadorias fossem produzidos mais baratos: tem-se a diminuição do componente de valor que corresponde à parte que se conserva, presente no capital constante investido. Até aqui, só os meios de produção utilizados em comum possuem caráter social, depois, serão os trabalhadores que cooperarão diretamente e assim tornarão social o processo de trabalho.

Existem ainda diversos outros meios que provocam um aumento na produtividade com a cooperação capitalista, além da economia de parte dos meios de produção pelo seu uso comum. A razão comum entre esses diversos meios é a criação de uma força que é maior do que as somas das forças individuais, de uma força social decorrente do emprego de uma jornada de trabalho combinada. A jornada de trabalho combinada é o elemento comum em todas essas diferentes situações específicas em que a cooperação capitalista aparece. Vejamos isso nas palavras de Marx (1985a):

Em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil. Se, conforme o caso, ela obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho, ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial de produção em relação à escala da produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por

provocar a emulação entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie (MARX, 1985a, p. 261-2).

Em qualquer dessas situações em que a cooperação capitalista aparece, ela só pode se desenvolver porque algumas circunstâncias essenciais a precederam. Primeiro, o emprego simultâneo de trabalhadores em cooperação só é possível porque a força de trabalho já havia sido transformada em mercadoria e estava disponível em grande quantidade para ser consumida pelo capitalista industrial. Outras circunstâncias também são exigidas para que os trabalhadores possam cooperar diretamente uns com os outros. Os trabalhadores só podem cooperar se estiverem juntos em um mesmo local, e mais ainda para que isso se realize na sociedade em que o capital sob sua forma moderna impera, é preciso que “o mesmo capitalista os empregue simultaneamente e, portanto, compre ao mesmo tempo suas forças de trabalho”. Além da compra simultânea das forças de trabalho, de seu emprego simultâneo e de sua “aglomeração em determinado local” pelo capitalista, é necessária a “concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de capitalistas individuais” (MARX, 1985a, p. 262). Como na cooperação capitalista simples o aumento da força produtiva do trabalho e a consequente exploração mais lucrativa do trabalho pelo capital dependem do emprego de uma maior quantidade de trabalhadores, não é difícil compreender a necessidade de tais condições. A grande quantidade de força de trabalho disponível possibilita a transformação de muitos processos de trabalho individuais, antes dispersos e independentes entre si, em um processo de trabalho social combinado. No entanto, para que uma grande quantidade de força de trabalho seja empregada ao mesmo tempo por um mesmo capitalista, é preciso que haja uma concentração de grandes quantidades de meios de produção nas mãos do capitalista individual. Esta condição se trata de condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados.

Tanto para empregar muitos trabalhadores, quanto para concentrar os meios de produção, é preciso que uma grande soma de dinheiro esteja nas mãos do capitalista. Conforme afirma Marx, o “valor global dessas forças de trabalho ou a soma dos salários dos

trabalhadores [...] tem de estar reunido, portanto, no bolso do capitalista antes de as próprias forças de trabalho serem unidas no processo de produção” (MARX, 1985a, p. 262). Também o valor global dos meios de produção tem de estar no bolso do capitalista.

Inicialmente certa grandeza mínima de capital individual pareceu ser necessária para que o número de trabalhadores simultaneamente explorados, portanto a massa de mais-valia produzida, fosse suficiente para libertar o próprio empregador do trabalho manual, para fazer do pequeno patrão um capitalista e estabelecer assim formalmente o capital como relação. Esse mínimo aparece agora como condição material para a transformação de muitos processos de trabalho individuais, dispersos e independentes entre si em um processo de trabalho social combinado (MARX, 1985a, p. 262).

No processo de transição entre a sociedade feudal e a sociedade capitalista, certa grandeza mínima de capital individual foi necessária para que o pequeno patrão se transformasse em capitalista e, assim, o trabalhador passasse a trabalhar para o capitalista e não mais para si, estabelecendo a subordinação formal do trabalho ao capital. Todavia, agora, na cooperação capitalista, essa grandeza mínima se torna condição material, alterando as condições do processo real de produção, para transformar muitos processos de trabalho individuais, dispersos e independentes entre eles em um só processo de trabalho social. Quando a grandeza mínima de capital individual se transforma em condição material da produção a partir da cooperação, surge também a forma de produção de fato capitalista (que só tem início depois que o capitalista é liberado do trabalho manual) (MARX, 1985a, p. 243).

Essa é uma das transformações que o processo de trabalho real sofre a partir do surgimento da cooperação capitalista. De acordo com Marx (1985a),

o comando do capital sobre o trabalho parecia originalmente ser apenas consequência formal do fato de o trabalhador trabalhar, em vez de para si, para o capitalista e, portanto, sob o [domínio do] capitalista. Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha (MARX, 1985a, p. 262-3).

A cooperação ocorre quando muitos trabalhadores trabalham em um só lugar e se caracteriza pela “autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence” (MARX, 1985a, p. 280). Ainda que o modo de trabalho do indivíduo não seja alterado, se compararmos com o trabalho antes isolado, disperso e independente, veremos que a cooperação, com sua jornada de trabalho combinada e a conversão do comando do capital em exigência real da produção,

transforma o trabalhador individual e independente – do modo que o descrevemos na forma geral do processo de trabalho – em mero membro de um mecanismo global. Os conhecimentos, a compreensão e a vontade que o produtor autônomo desenvolve – as potências intelectuais da produção – “agora passam a ser exigidos apenas pela oficina em seu conjunto”. Nessa situação, “o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho” (MARX, 1985a, p. 283) e se torna imprescindível à realização da produção.

O comando do capital se torna indispensável, porque, de acordo com Marx,

Todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais e executa as *funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total*, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos. *Um violinista isolado dirige a si mesmo, uma orquestra exige um maestro*. Essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo (MARX, 1985a, p. 263, grifos nossos).

A partir daí, a direção do capitalista se torna necessária para executar funções gerais – como dirigir, superintender e mediar – provenientes do movimento do corpo produtivo geral, o qual, como destaca Marx, é diferente dos órgãos autônomos do corpo produtivo. A direção do capitalista cumpre o objetivo de harmonizar todas as atividades individuais do corpo produtivo total. O comando do capital sobre o trabalho se converte em uma das exigências do processo real de trabalho, sem a qual ele não pode ser executado.

A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração (MARX, 1985a, p. 263).

Em razão de muitos indivíduos trabalhem juntos, exige-se naturalmente uma direção que harmonize todas as atividades individuais. Mas, no caso da produção capitalista, ela cumpre uma função a mais: permitir a exploração do trabalho alheio. Marx destaca que a necessidade da direção do capitalista sobre o trabalho não decorre apenas da natureza do processo social de trabalho que, como vimos, precisa da direção do capitalista para coordenar o movimento do corpo produtivo geral. Essa necessidade surge ao mesmo tempo como uma função de exploração de um processo social de trabalho, determinado pelo antagonismo entre o capitalista e os trabalhadores assalariados. A direção capitalista se faz necessária porque

com “a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso [cresce] necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência”. A direção capitalista também se faz necessária porque, com o aumento do “volume dos meios de produção, que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia, cresce a necessidade do controle sobre sua adequada utilização” (MARX, 1985a, p. 263).

É preciso ressaltar sempre que,

[...] a cooperação dos assalariados é mero efeito do capital, que os utiliza simultaneamente. A conexão de suas funções e sua unidade como corpo total produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão de seus trabalhos se confronta idealmente portanto como *plano*, na prática como autoridade do capitalista, como *poder de uma vontade alheia*, que *subordina sua atividade ao objetivo dela* (MARX, 1985a, p. 263, grifos nossos).

Dessa forma, a “direção capitalista é, pelo seu conteúdo, dúplice, em virtude da duplicidade do próprio processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, por outro, processo de valorização do capital” (MARX, 1985a, p. 263). Ela aparece como plano que conecta as funções dos trabalhadores assalariados ao observarmos o processo sob o ponto de vista do processo social de trabalho e aparece como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia que subordina a atividade dos trabalhadores ao objetivo dela, se observarmos o processo de produção enquanto processo de valorização.

A posição de comando industrial que o capitalista vai ocupar não decorre de seu conhecimento ou de suas habilidades pessoais, mas do volume de capital que ele possui, assim como afirma Marx, “o capitalista não é capitalista porque ele é dirigente industrial, ele torna-se comandante industrial porque ele é capitalista” (MARX, 1985a, p. 264). De início, a direção capitalista não precisa de alteração no modo de produção, mas apenas da polarização dos dois tipos de possuidores de mercadorias no mercado decorrente da acumulação primitiva do capital. Porém, mais tarde, essa direção do capitalista vai se decompor. Conforme Marx, “com o desenvolvimento da cooperação em maior escala”, a direção despótica “desenvolve suas formas peculiares” (MARX, 1985a, p. 263).

Nesse processo, o capitalista transfere

a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de

oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers*) e suboficiais (capatazes, *foremen*, *overlookers*, *contre-mâîtres*) durante que o processo de trabalho comandam em nome do capital. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva (MARX, 1985a, p. 264).

Um modo de produção no qual o produtor direto fica com todo o produto resultante de seu trabalho não precisa de estímulos para que o produtor se esforce (CAIRNES *apud* MARX, 1985a, p. 264, nota 21a). Mas, isso é diferente se o modo de produção se caracteriza pela expropriação de parte do produto de quem o produziu. Enquanto o primeiro modo de produção dispensa o trabalho de superintendência, o segundo exige esse tipo de trabalho. A vigilância, portanto, é uma necessidade própria da produção capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio.

Por fim, destacamos que, dada a existência da subordinação do trabalho ao capital, o capitalista apenas precisa reunir um maior número de trabalhadores que comanda em um mesmo lugar para modificar o processo real de trabalho, provocando um aumento da força produtiva do trabalho. Ele o faz por meio da cooperação, quando a força social do trabalho aparece como força do capital. A cooperação é condição para “a transformação do processo de trabalho em um processo social”, e enquanto forma social do processo de trabalho, serve como “um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente” (MARX, 1985a, p. 266). Ela dá origem ao processo social da produção e ao aumento da força produtiva do trabalho, mas é posta pelo capital. Até aqui, o trabalhador só vende sua força de trabalho ao capitalista porque ele foi expropriado dos seus meios de produção. Caso esses meios lhes fossem devolvidos, os trabalhadores poderiam executar individualmente o ofício por inteiro.

Diferentemente, a cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho impede que a força individual de trabalho exerça seu ofício se não for comprada pelo capitalista. O processo de trabalho passa por modificações que chegam ao ponto de impedir que o trabalhador manufatureiro possa produzir um produto por inteiro, minando a sua autonomia. Assim, “o trabalhador que domina uma profissão completa pode trabalhar e encontrar seu sustento em qualquer lugar; o outro” – “o trabalhador de manufatura”, acrescenta Marx – “é apenas um acessório e, separado de seus colegas de trabalho, não possui nem capacidade nem independência, sendo forçado, portanto, a aceitar a lei que se considere correta lhe impor” (STORCH *apud* MARX, 1985a, p. 283, nota 65). Com as alterações no modo de produção decorrentes do período manufatureiro propriamente dito, a força de trabalho individual “apenas funciona numa conexão que existe somente depois de sua venda, na oficina do

capitalista”. De acordo com Marx, “incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista”. A divisão manufatureira do trabalho torna indispensável para a finalização de um processo de trabalho específico, indivíduos que executem as diferentes fases ou operações necessárias a todo o processo; torna necessário o agrupamento e a combinação de trabalhadores pelo capitalista na oficina manufatureira, para a produção de uma mercadoria completa. Ainda de acordo com Marx, “a divisão do trabalho marca o trabalhador manufatureiro com ferro em brasa, como propriedade do capital” (MARX, 1985a, p. 283). A seguir, passaremos à apresentação da divisão manufatureira do trabalho.

3.4 Cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho

A cooperação baseada na divisão do trabalho, nas palavras de Marx, “predomina durante o período manufatureiro propriamente dito, que, grosso modo, dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII”. No entanto, a cooperação baseada na divisão do trabalho não aparece apenas na manufatura, ainda que seja no período manufatureiro que ela adquira “sua forma clássica” (MARX, 1985a, p. 267). Vimos, no item anterior, que a cooperação simples aparece em outros momentos históricos diferentes da fase capitalista, do mesmo modo, outras formas de divisão do trabalho se desenvolveram na sociedade humana. A divisão do trabalho também está presente na cooperação capitalista simples e em outros períodos da história humana.

Primeiro, a divisão do trabalho se desenvolve dentro de uma tribo²², e depois, dentro de uma família, sobre uma “base puramente fisiológica”, evoluindo “naturalmente das diferenças de sexo e idade”. Nesse momento, essa base fisiológica da divisão do trabalho “amplia seu material com a expansão da comunidade, com o crescimento da população e notadamente com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo pela outra”

²² No corpo do texto de *O Capital* de Marx, encontramos o trecho: “Dentro de uma família, e com desenvolvimento ulterior, dentro de uma tribo, origina-se uma divisão do trabalho que evolui naturalmente das diferenças de sexo e de idade [...]”. Marx afirma nas entrelinhas dessa passagem que a tribo se trata de um desenvolvimento posterior à família. No entanto, na 3ª edição de *O Capital*, Engels acrescenta a esse trecho uma nota de rodapé (50a), na qual ele afirma que depois de profundos estudos sobre as condições primitivas do homem, Marx conclui que “foi a tribo a forma primitiva, naturalmente desenvolvida da socialização humana [...]”, e que as formas de famílias se desenvolveram depois (MARX, 1985a, p. 277).

(MARX, 1985a, p. 277). A população cresce e se diversifica, e incorpora outros grupos humanos subjugados a ela, ao mesmo tempo em que a divisão do trabalho acompanha essas modificações na extensão e na diversidade da população.

Como “comunidades diferentes encontram meios diferentes de produção e meios diferentes de subsistência em seu meio ambiente natural” – como afirma Marx –, “seu modo de produção, modo de vida e produtos são portanto diferentes”. Quando essas comunidades distintas passam a se relacionar entre si, elas passam, por consequência, a entrar em contato com distintos produtos. Esses produtos vão sendo intercambiados e, assim, convertem-se progressivamente em mercadorias. De acordo com Marx, o “intercâmbio não cria a diferença entre as esferas de produção, mas as coloca em relação e as transforma assim em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social global”. O intercâmbio de mercadorias impulsiona a decomposição dos órgãos particulares de um todo em conexão com as sociedades que se baseiam na divisão puramente fisiológica do trabalho. Esses órgãos “se autonomizam até o ponto em que a conexão entre os diferentes trabalhos é mediada pelo intercâmbio dos produtos como mercadorias” (MARX, 1985a, p. 277).

Para nosso tema, é importante apreendermos o que foi a divisão manufatureira do trabalho e de que modo ela forneceu novas condições para dar continuidade à subordinação do trabalho ao capital, à acumulação incessante de mais-valia pelo capital.

Para Marx, a divisão do trabalho pode ser compreendida em diferentes níveis do real: a divisão do trabalho em geral se refere à “separação da produção social em seus grandes gêneros, como agricultura, indústria etc.”; a divisão do trabalho em particular se refere à diferenciação desses grandes gêneros de produção “em espécies e subespécies”; e, a “divisão do trabalho em detalhe” à “divisão do trabalho dentro duma oficina”. Além disso, a divisão do trabalho implica na “limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares” (MARX, 1985a, p. 277). Neste item, não examinaremos as profissões existentes no período manufatureiro, nem as espécies e subespécies dos grandes gêneros da produção (agricultura, indústria, etc.), nem os grandes gêneros desse período. A divisão manufatureira do trabalho será observada da maneira que ela se manifesta de forma geral dentro das oficinas manufatureiras, a fim de observarmos as alterações na produção, na relação entre o trabalhador e as condições de trabalho na manufatura, desse período particular da história do modo de produção capitalista.

Segundo nosso autor:

A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho (MARX, 1985a, p. 286, grifos nossos).

A divisão manufatureira do trabalho é uma das formas que o capital encontra para acelerar a sua acumulação, aumentando a autovalorização do capital. O capital obtém esse resultado ao aumentar a força produtiva social do trabalho por meio de uma nova forma de organizar a produção, a subordinação do trabalho ao capital desenvolve uma nova organização do trabalho social. Com a divisão manufatureira, a produção passa a exigir uma determinada proporção de cada tipo de trabalhador e a um determinado grau de qualidade entre eles a depender dos processos necessários para a produção. Isso é o que mais caracteriza a cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho e significa dizer que, além de o capital estabelecer a quantidade mínima necessária de trabalhadores para configurar a produção capitalista de fato – o que ocorre desde a cooperação capitalista simples –, ele quem vai estabelecer os tipos de trabalhadores agora parciais (qualificados ou não) e a quantidade de cada tipo para a efetivação do processo produtivo.

Essa nova organização é desenvolvida a partir da atividade artesanal, da diferenciação e especificação dos instrumentos de trabalho, da formação de um tipo de trabalhador especial e de uma nova forma de agrupar e de combinar os trabalhadores manufatureiros. Mais abaixo, exporemos melhor todos esses meios que produzem uma nova forma de organização social do trabalho que elevam a força produtiva do trabalho na manufatura.

A cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho, enquanto

forma especificamente capitalista do processo de produção social [...] é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital — o que se denomina riqueza social [...] — à custa dos trabalhadores. Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada (MARX, 1985a, p. 286, grifos nossos).

A divisão manufatureira do trabalho desenvolve a força produtiva do trabalho para o capital, para que ele possa extrair dos trabalhadores um maior *quantum* de mais-valia.

Portanto, além de “progresso histórico” e “momento necessário” para o desenvolvimento econômico da sociedade, visto que desenvolve a força produtiva do trabalho, ela é também uma forma de exploração severa dos trabalhadores porque faz isso sob o domínio e para o capital. Uma das diferenças entre a cooperação capitalista simples e a cooperação predominante no período manufatureiro propriamente dito é que essa última se desenvolve à custa dos trabalhadores, mais especificamente, por meio da “mutilação” do trabalhador individual, por meio de novas e cruéis condições de domínio do capital sobre o trabalho.

A partir da divisão manufatureira, as transformações no processo de trabalho alcançam o modo de trabalho do indivíduo, diferentemente do que ocorre na cooperação capitalista simples. Para que compreendamos as características dessa forma da produção capitalista, iniciaremos apresentando a origem dúplice da manufatura, e o porquê dela permitir que compreendamos as alterações do modo de produzir a partir da atividade artesanal do trabalhador individual anterior à manufatura, enfatizando as novas condições de domínio do capital sobre o trabalho que particularizam a cooperação baseada na divisão manufatureira.

De acordo com Marx (1985a, p. 269), a divisão manufatureira do trabalho é “uma espécie particular da cooperação e algumas de suas vantagens decorrem da natureza geral e não dessa forma particular da cooperação”. Por isso, sem ignorarmos os efeitos da forma geral da cooperação que destacamos no item anterior, apontaremos, neste item, apenas as características que são próprias dessa sua forma particular.

Segundo Marx,

A origem da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é [...] dúplice. De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado a manufatura introduz, portanto, a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro lado, ela combina ofícios anteriormente separados. Qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma — um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos (MARX, 1985a, p. 268).

Seja combinando ofícios autônomos e distintos e retirando-lhes a autonomia, seja decompondo um só tipo de ofício em várias operações autônomas, as manufaturas dão vida a um organismo produtivo uno, indiviso, cujos membros são trabalhadores individuais. No

primeiro caso, surge uma manufatura heterogênea; no segundo, uma manufatura homogênea. A forma da articulação da manufatura que se desenvolve – se heterogênea ou homogênea – depende do tipo do produto e do modo que ele era anteriormente produzido nos ofícios. O produto “ou se constitui por composição meramente mecânica de produtos parciais autônomos ou deve sua figura acabada a uma sequência de processos e manipulações conexas” (MARX, 1985a, p. 271).

Quando o produto é produzido por uma composição mecânica de produtos parciais autônomos observa-se o desenvolvimento de uma manufatura heterogênea; para apresentá-la, Marx utiliza o exemplo da produção do relógio e de uma carruagem. Quando o produto final é resultado de uma sequência de processos conexos, observa-se o surgimento de uma manufatura homogênea, como ocorre na produção de agulhas. Utilizando os mesmos exemplos de Marx, iremos apresentar os dois tipos de manufatura a partir do processo de produção artesanal de um relógio e de uma agulha.

A manufatura que produz relógios constitui-se como manufatura heterogênea, ao reunir uma quantidade numerosa de trabalhadores parciais – em sua fase madura – que executam os processos heterogêneos responsáveis por cada parte do relógio somente reunidas no final de todo o processo. A produção do relógio, que era antes “obra individual de um artífice”, é fracionada “em numerosos processos heterogêneos” e se transforma em “produto social de inumeráveis trabalhadores parciais”. Na produção de um relógio, tem-se o envolvimento os inúmeros trabalhadores parciais, dentre eles, temos “o fazedor das peças em bruto, o fazedor das molas, o fazedor dos mostradores, o fazedor da mola espiral, o fazedor dos furos para as pedras e as alavancas com rubis, o fazedor dos ponteiros, o fazedor da caixa, o fazedor dos parafusos, o dourador [...]”, etc.. Nessa situação, “só poucas partes do relógio passam por diferentes mãos, e todos esses *membra disjecta* são reunidos somente na mão que os combina finalmente para formar um todo mecânico” (MARX, 1985a, p. 271-2). Aqui, ofícios que eram anteriormente separados são combinados.

O mesmo ocorre com a manufatura de carruagens. Mas, para além disso, a dinâmica dentro da manufatura não para por aí, na mera combinação ofícios autônomos. Segundo Marx, “logo sucede uma modificação essencial” (MARX, 1985a, p. 267). Através do caso da manufatura de carruagens, Marx explica o seguinte:

O costureiro, o serralheiro, o correeiro etc., que se ocupam apenas com a feitura de carruagens, perdem pouco a pouco com o costume a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda a sua extensão. Por outro lado, a sua

atividade tornada unilateral adquire a forma mais adequada para a sua restrita escala de ação. *Originalmente, a manufatura de carruagens aparecia como uma combinação de ofícios autônomos. Progressivamente, ela se transforma em divisão da produção de carruagens em suas diversas operações particulares, em que cada operação cristaliza-se em função exclusiva de um trabalhador, e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais.* Do mesmo modo surgiram a manufatura de panos e toda uma série de outras manufaturas, da combinação de diferentes ofícios sob o comando do mesmo capital (MARX, 1985a, p. 267, grifos nossos).

Nesse caso, o trabalhador, que possuía a capacidade de executar um ofício em sua totalidade, vai perdendo essa capacidade, suas habilidades vão se restringindo à execução de uma atividade parcial, unilateral, ao mesmo tempo em que as torna mais adequadas para essa atividade restrita. Aos poucos, a subordinação do trabalho ao capital vai impondo a repartição da produção em operações parciais. Uma só operação se torna única atribuição de um único trabalhador parcial e essa repartição da produção exige que a reunião desses trabalhadores parciais para a efetivação do processo produtivo. Como ele perde sua capacidade anterior de produzir o produto inteiro, essa reunião se torna condição da produção devido à mutilação do trabalhador. Vê-se, portanto, que a divisão manufatureira do trabalho aparece na manufatura heterogênea e não estaciona na mera combinação de diferentes ofícios sob o comando de um capital, não estaciona na cooperação capitalista simples.

A manufatura homogênea apresenta outras características, nela, a divisão do trabalho também é introduzida ou acentuada, mas de outra forma. Na primeira etapa da manufatura em cooperação simples, são reunidos pelo mesmo capital e na mesma oficina “muitos artífices que fazem o mesmo ou algo da mesma espécie” (MARX, 1985a, p. 268). Por isso, a modificação essencial se passa de outra forma nesse tipo de manufatura.

Cada um desses artífices (talvez com um ou dois ajudantes) produz por inteiro a mercadoria e leva a cabo portanto sucessivamente as diferentes operações exigidas para a sua fabricação. Ele continua a trabalhar de acordo com o seu antigo modo artesanal. Contudo, circunstâncias externas levam logo a utilizar-se de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos. Um *quantum* maior de mercadorias prontas tem, por exemplo, de ser fornecido em determinado prazo. O trabalho é por isso dividido. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma seqüência temporal, elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. Essa divisão accidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho. Do produto individual de um artífice autônomo, que faz muitas coisas, a mercadoria transforma-se no produto social de uma união de artífices, cada

um dos quais realiza ininterruptamente uma mesma tarefa parcial (MARX, 1985a, p. 268).

O trabalho também é repartido aqui em diferentes operações. A concentração e a simultaneidade de trabalhos iguais ou semelhantes num mesmo local – cooperação capitalista simples – permite que, agora, as diferentes operações sejam realizadas sucessivamente, de forma isolada, e com cada operação sendo realizada por um só trabalhador parcial. De acordo com Marx, em sua fase completa ou madura, a manufatura homogênea “produz artigos que percorrem fases interligadas de desenvolvimento, uma sequência de processos gradativos, como, por exemplo, o arame, na manufatura de agulhas para costura, que passa pelas mãos de 72 e até de 92 trabalhadores parciais específicos” (MARX, 1985a, p. 272). É o fato de as fases da produção do produto final serem interligadas e de o objeto de trabalho atravessá-las sucessivamente que caracteriza a manufatura homogênea. Nesse tipo de manufatura, a mesma matéria-prima ou o mesmo objeto de trabalho passa por muitos e diferentes processos produtivos e, portanto, por inúmeros e diferentes tipos de trabalhadores parciais até assumir sua forma final.

Assim como na manufatura heterogênea, encontramos na homogênea um tipo de trabalhador especial: o trabalhador parcial, unilateral. A seguir apresentaremos quem é esse trabalhador parcial que aparece nos dois tipos de manufatura. O desenvolvimento desse tipo de trabalhador e de sua ferramenta especializada correspondem ao desenvolvimento da divisão do trabalho manufatureira e é um dos meios a partir do qual o capital cria uma nova forma de organização do trabalho, e assim, novas condições de domínio do capital sobre o trabalho para a extração da mais-valia. De acordo com Marx, “o trabalhador detalhista e seu instrumento constituem os elementos simples da manufatura” (MARX, 1985a, p. 271). Mas, que tipo de trabalhador é esse que caracteriza a cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho? Logo abaixo, veremos como Marx explica suas características e porque esse tipo de trabalhador especial se desenvolveu.

Conforme o autor:

Descendo agora aos pormenores, é desde logo claro que um trabalhador, o qual executa a sua vida inteira uma única operação simples, transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e portanto necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações. O trabalhador coletivo combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, compõe-se porém apenas de tais trabalhadores parciais unilaterais. Em comparação com o ofício autônomo produz por isso mais em menos tempo ou eleva a força produtiva do trabalho. O método do trabalho parcial também se aperfeiçoa, após tornar-se

autônomo, como função exclusiva de uma pessoa. A repetição contínua da mesma ação limitada e a concentração da atenção nela ensinam, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de gasto de força. Mas como diferentes gerações de trabalhadores sempre convivem simultaneamente e cooperam nas mesmas manufaturas, os truques técnicos do ofício assim adquiridos se consolidam, acumulam e transmitem rapidamente (MARX, 1985a, p. 269).

Através, principalmente, do trabalhador parcial, unilateral, que se dedica a realizar uma atividade restrita, a manufatura madura permite o surgimento de uma nova força produtiva do trabalho social, superior à encontrada na cooperação simples. Como o trabalhador se dedica e devota toda a sua atenção a uma atividade simples, ele vai superar o tempo que um artífice gasta para realizar a mesma atividade. Ao promover uma configuração diferente na produção, a subordinação do trabalho ao capital se intensifica porque impede que o trabalhador exerça autonomamente um ofício por inteiro. Com o desenvolvimento do trabalhador parcial, esse trabalhador perde, ao longo do tempo em que executa apenas uma atividade restrita, a habilidade e a capacidade de exercer o ofício por completo.

A divisão manufatureira do trabalho produz, portanto, “a virtuosidade do trabalhador detalhista, *ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios, que já encontrou na sociedade, e ao impulsioná-la sistematicamente ao extremo*” (MARX, 1985a, p. 269, grifos nossos). A repetição das operações parciais e simples por um indivíduo por toda uma vida limita seu desenvolvimento espiritual e físico. O impulso sistemático dessa diferenciação até seu limite é o que caracteriza e diferencia a manufatura – durante o período manufatureiro propriamente dito – de modos de produzir anteriores em que o trabalhador parcial também aparece (MARX, 1985a, p. 269). Inclusive os “manejos simples” que qualquer pessoa pode realizar e que são necessários a todo e qualquer processo de produção também são isolados do processo total dos ofícios e transformados em uma atividade parcial, operada por um só indivíduo; assim, a manufatura cria “uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados” (MARX, 1985a, p. 276). Dessa forma, além de limitar física e espiritualmente o trabalhador manufatureiro, a manufatura impõe uma hierarquia entre os próprios trabalhadores (BARRADAS, 2014, p. 93), entre trabalhadores qualificados e não qualificados.

A manufatura, portanto, além de desenvolver a “especialidade inteiramente unilateralizada” à custa da perda da capacidade de o trabalhador executar todo o processo de produção, ela desenvolve um trabalhador isento de qualquer especialidade (MARX, 1985a, p. 276). De um lado, o trabalhador perde sua autonomia em realizar de maneira completa o

processo de produção; de outro lado, ele perde a necessidade de qualquer especialidade e, por consequência, de qualquer conhecimento. Tudo isso, porém, aumenta a força produtiva do trabalho sob domínio do capital. Tudo o que o trabalhador individual perde, os trabalhadores ganham em seu conjunto. Conforme aponta Marx, “na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (MARX, 1985a, p. 284).

Não só o trabalhador se especializa, mas também o seu instrumento em decorrência da especialização da atividade artesanal. Segundo Marx,

[...] tão logo as diversas operações de um processo de trabalho se dissociam e cada operação parcial adquire na mão do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e portanto exclusiva, tornam-se necessárias modificações nas ferramentas anteriormente utilizadas para fins diferentes. O sentido de sua mudança de forma resulta da experiência das dificuldades específicas ocasionadas pela forma inalterada. A diferenciação dos instrumentos de trabalho, que atribui aos instrumentos da mesma espécie formas fixas particulares para cada emprego útil particular, e sua especialização, que faz com que cada um desses instrumentos particulares só atue com total plenitude na mão de trabalhadores parciais específicos, caracterizam a manufatura (MARX, 1985a, p. 270).

A criação da ferramenta especializada faz parte dos meios responsáveis pelo desenvolvimento da força produtiva e pela intensificação da exploração do trabalho que caracterizam a cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho. Porém, ainda que essa forma da organização do trabalho social mutile o modo de trabalho individual e o próprio trabalhador, o modo artesanal da produção na manufatura impede uma mutilação ainda maior. A atividade artesanal do trabalhador, seu ofício, ainda constitui a base técnica da manufatura e os instrumentos só são completamente eficazes quando manuseados pelo trabalhador parcial específico de certa operação. É preciso que haja familiaridade com a ferramenta para que ela seja efetivamente eficaz, porque o trabalho realizado na manufatura depende ainda da habilidade manual do trabalhador, a qual decorre ainda da atividade artesanal que fora desenvolvida naturalmente nos ofícios autônomos.

A acumulação de capital e esse seu método de elevação da força produtiva do trabalho, até aqui, ainda dependem de certa forma do trabalhador, da forma concreta do processo de trabalho que é executada por ele e que deriva de sua antiga atividade artesanal transferida de geração a geração – sem a intervenção massiva da ciência. O trabalhador parcial e sua ferramenta, elementos simples da manufatura, dão corpo ao trabalhador coletivo combinado (“combinação de muitos trabalhadores parciais”), e este, por sua vez, constitui a

“maquinaria específica do período manufatureiro” (MARX, 1985a, p. 275). Se na grande indústria a maquinaria é o ponto de partida do revolucionamento do modo de produção, na manufatura o ponto de partida é a força de trabalho (MARX, 1985b, p. 7) A força produtiva social do trabalho é desenvolvida, primeiro, à custa e por causa da força de trabalho. Por causa da força de trabalho, porque o aumento da força produtiva decorre do trabalho coletivo combinado, que nesse momento se configura apenas como a união de trabalhadores parciais, mais ou menos qualificados. E, à custa dela, porque “ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas”, obstaculizando o desenvolvimento individual do trabalhador. De acordo com Marx, “o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial” (MARX, 1985a, p. 283).

Afirmar que o ponto de partida do revolucionamento do modo de produção na manufatura é a força de trabalho não quer dizer que os meios de trabalho não possam também ser revolucionados (como ocorre com a ferramenta parcial do trabalhador parcial). Aliás, a própria máquina é fruto do período manufatureiro. De acordo com Barradas (2014), “o aprimoramento dos meios de trabalho cria condições para que oficinas se especializem e passem a produzir os próprios instrumentos de trabalho” (BARRADAS, 2014, p. 104). Essas circunstâncias vão permitir o desenvolvimento da máquina, que, na maquinaria, vai revolucionar o modo de produção capitalista na grande indústria, ao superar “a atividade artesanal como princípio regulador da produção social” (MARX, 1985a, p. 289). Só nesse período de uma produção capitalista madura, as transformações no modo de produção capitalista originadas pela subordinação do trabalho ao capital vão liberar a acumulação de capital de sua dependência do saber e das habilidades adquiridas pela experiência prática do trabalhador; mas, sem liberá-la da atividade do trabalhador, elemento essencial de todo e qualquer forma de trabalho.

A cooperação baseada na divisão do trabalho na manufatura supera, em termos de grau de força produtiva, o modo artesanal de produção dos ofícios autônomos (independentes ou ligados às corporações de ofício) e a cooperação simples existente no máximo no início da manufatura. Porém, a base técnica da atividade do trabalhador parcial, de seu ofício, permanece artesanal. Essa também é uma das razões que justifica a não consolidação do modo de produção capitalista no período de vigência da produção manufatureira, pois a base técnica artesanal ainda impõe alguns limites ao processo de acumulação do capital, impedindo que o modo capitalista de produzir possa se generalizar e destruir a indústria subsidiária artesanal. A

superação dos limites técnicos do trabalho na manufatura e a consolidação do modo de produção capitalista se dão por meio do predomínio da forma de organização do trabalho social denominada grande indústria.

Essa forma particular da produção capitalista toma a maquinaria, um meio de trabalho, como método para revolucionar o modo de produção, aumentar a força produtiva do trabalho e, assim, extrair uma maior quantidade de mais-valia necessária para a reprodução sempre ampliada do capital. Veremos como isso se dá no próximo capítulo.

4 A CONSOLIDAÇÃO DA SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

Entre a fase de gênese e de consolidação da subordinação do trabalho ao capital e, por consequência, do modo de produção capitalista, há inúmeros elementos que sinalizam a continuidade de algumas das condições de exploração do trabalhador pelo capital na manufatura. No entanto, há outros elementos inteiramente novos que surgem com a grande indústria e que a particularizam. Neste capítulo, apresentaremos o que se altera significativamente na grande indústria e o que permite que a caracterizemos não só como uma das formas particulares da produção capitalista, mas como a forma da produção que permite que a consolidação da subordinação do trabalho ao capital e do modo de produção especificamente capitalista ocorram.

Essa consolidação se configura, em grande parte, devido às alterações que a Revolução Industrial provoca na forma da produção. As modificações que esse momento histórico impôs à produção constituem um marco na história do modo de produção capitalista. Com a Revolução Industrial, a estrutura industrial transita da oficina artesanal ou manufatureira para a da fábrica mecanizada. A maquinaria que caracteriza a produção fabril permite que o domínio do capital sobre o trabalho se consolide ao generalizar a estrutura fabril mecanizada na maioria dos ramos produtivos. Dada a diversidade da forma e do tempo em que ocorrem as alterações na produção, devemos nos deter às características essenciais que determinam essa consolidação, descrevendo o que configura a produção mecanizada e o que determina a consolidação da subordinação do trabalho ao capital.

Neste capítulo, pretendemos expor apenas os elementos essenciais para compreender como o trabalho se subordina ao capital na grande indústria e permite, assim, a consolidação e a generalização do modo de produção capitalista. Além da maquinaria, há ainda outras circunstâncias que caracterizam a produção fabril propriamente dita. Dentre essas

circunstâncias, encontramos a extinção de qualquer resquício – decorrente do trabalho artesanal – do domínio do trabalho vivo sobre o trabalho morto, a generalização da forma de produzir da grande indústria à grande maioria dos ramos produtivos, a extinção da indústria rural subsidiária do período manufatureiro, a generalização do trabalho assalariado livre, etc. Além disso, na grande indústria, encontramos novos efeitos da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora provenientes da forma particular de o capital subordinar o trabalho que mais se expressa nessa forma da produção, isto é, a subordinação real do trabalho ao capital.

4.1 A Revolução Industrial e a maquinaria

A Revolução Industrial “não constituiu um único acontecimento”, mas, um período histórico no qual ocorre uma reestruturação radical na indústria através da introdução da produção mecanizada. Ela é capaz de demarcar a consolidação do modo de produção capitalista porque, dentre outros motivos, supera a base técnica artesanal da manufatura. O revolucionamento da organização da produção através da maquinaria não atinge o mesmo nível de produção mecanizada ao mesmo tempo nas indústrias de um país ou num só ramo industrial, nem mesmo em setores de uma só indústria. Segundo Dobb (1977), uma das principais características da Revolução Industrial é a desigualdade de seu desenvolvimento. Sendo assim, o revolucionamento da manufatura, do artesanato e do trabalho domiciliar pela grande indústria dura muito mais do que uma ou duas décadas (DOBB, 1977, p. 316).

Nesse mesmo sentido, Hobsbawm (2004) afirma que “a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim”. De acordo com o autor, não faz sentido nos perguntarmos quando ela se completa, quando é seu fim, pois, a essência da Revolução Industrial é que a “mudança revolucionária se tornou norma desde então”. Contudo, segundo o Hobsbawm, é consenso entre os estudiosos que ela tem início por volta da década de 1780 na Inglaterra, já que os resultados de uma análise cuidadosa apontaram que “todos os índices estatísticos relevantes deram uma guinada repentina, brusca e quase vertical” nessa década, em direção aos que os economistas chamam de “partida para o crescimento autossustentável” (HOBSBAWM, 2004, p. 51), isto é, em direção ao aumento da força produtiva do trabalho a um nível capaz de superar a escassez e alcançar a abundância.

Durante a Revolução Industrial, as transformações no modo de produção não são apenas de ordem técnica, as relações sociais de produção também são transformadas em decorrência das revoluções técnicas que culminam na maquinaria. Embora seja o sistema autônomo de máquinas a transformação mais imponente desse período, há uma série de

alterações na combinação social no processo de trabalho que caracterizam, junto com a maquinaria, a grande indústria. No entanto, as alterações na base técnica são as que mais determinam, nesse período e daí em diante, a configuração da produção capitalista.

A partir da grande indústria, uma dinamicidade jamais vista nos modos de produção anteriores se desenvolve no modo de produção capitalista. Essa dinamicidade no campo da produção caracteriza a diferença entre a burguesia e as outras classes industriais e entre esse modo de produção e os anteriores a ele. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels escrevem o seguinte:

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais. A conservação inalterada dos antigos modos de produção era a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais (ENGELS; MARX, 2008, p. 13-14).

O decorrer histórico desse modo de produção demonstra que o revolucionamento do processo real de trabalho faz parte do modo de ser do sistema social da burguesia. A evolução da totalidade da sociedade capitalista impõe mudanças para que a subordinação do trabalho ao capital se mantenha, exigindo que ela altere suas formas histórico-concretas, isto é, as condições de exploração do trabalho.

Com a Revolução Industrial e a consequente transição para a empresa fabril mecanizada, a produção capitalista da grande indústria “supera tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, com sua anexação por toda a vida de um ser humano inteiro a uma operação de detalhe”, ao transformar o trabalhador em mero “acessório consciente de uma máquina parcelar”. Além da introdução da maquinaria, a grande indústria introduz o “trabalho feminino, infantil e não qualificado como nova base da divisão do trabalho” (MARX, 1985b, 87). Contudo, a introdução do trabalho feminino, do trabalho infantil e do trabalho não qualificado como base na nova divisão do trabalho, só é possível com a introdução da maquinaria no processo produtivo.

Na grande indústria, o revolucionamento do modo de produção tem início a partir da transformação do meio de trabalho, diferentemente do que ocorre na manufatura. Na manufatura, o revolucionamento do modo de produção tem “como ponto de partida a força de trabalho” (MARX, 1985b, p. 7), ainda que, depois, as ferramentas parciais especializadas se desenvolvam a partir da divisão manufatureira do trabalho. Se na manufatura a combinação

social dos trabalhadores e dos processos de trabalho inicia o revolucionamento do modo de produção capitalista, na grande indústria é o desenvolvimento técnico do meio de trabalho que resulta na maquinaria que impulsiona o revolucionamento de todo o modo de produzir. Tendo em vista a importância da maquinaria na grande indústria, iremos expor suas características e diferenciações de outros meios de trabalho.

Na grande indústria, o meio de trabalho passa por transformações significativas que o particularizam, diferentemente do que ocorre em momentos anteriores da produção capitalista. Antes, o meio de trabalho era uma ferramenta e agora, na produção capitalista fabril, é uma máquina. Ele deixa de ser instrumento manual e se transforma na máquina de trabalho ou máquina-ferramenta, que compõe, junto com a máquina-motriz e o mecanismo de transmissão, um mecanismo completo denominado de maquinaria (MARX, 1985b, p. 7-8). Apresentaremos essas três partes da maquinaria.

A máquina-motriz é a “força motora de todo o mecanismo”. Segundo Marx, ela pode produzir sua própria força motriz, como ocorre com a máquina a vapor e com a máquina eletromagnética, ou pode receber “o impulso de uma força natural já pronta fora dela”, como, por exemplo, da força natural de uma queda d’água no caso da roda d’água e da força natural do vento no caso do moinho. Por sua vez, o mecanismo de transmissão, composto por rodas-dentadas, roda-piões, barras, cabos, eixos, correias, etc., “regula o movimento, modifica onde necessário, sua forma, por exemplo, de perpendicular em circular, o distribui e transmite para a máquina-ferramenta”. Essas duas partes do mecanismo completo – a maquinaria – “só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta” (MARX, 1985b, p. 8). Já a máquina-ferramenta compõe a parte principal de todo o mecanismo. Ela “se apodera do objeto do trabalho e modifica-o de acordo com a finalidade” por meio do movimento que lhe é transmitido. Na máquina, ou “reaparecem, [...] sob forma muito modificada, os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador de manufatura trabalham”, ou ela toda é “uma edição mecânica mais ou menos modificada do antigo instrumento artesanal, como no caso do tear mecânico, ou os órgãos ativos implantados na armação da máquina de trabalho são velhos conhecidos, como fusos na máquina de fiar” (MARX, 1985b, p. 8-9).

Mas, se os instrumentos ou ferramentas artesanais reaparecem na máquina-ferramenta de forma modificada ou na forma antiga, qual seria exatamente a diferença entre ela e a ferramenta que caracteriza momentos da produção capitalista anteriores à grande indústria? De acordo com Marx, uma das diferenças entre a ferramenta e o corpo propriamente dito da máquina está na origem delas: as ferramentas ainda eram “produzidas em sua maior parte de

modo artesanal ou manufatureiro e só posteriormente afixadas no corpo da máquina de trabalho, este produzido de modo mecanizado”. Outra diferença importante reside no fato de que a ferramenta deixa de pertencer ao homem quando ela é afixada na máquina e passa a pertencer a um mecanismo (MARX, 1985b, p. 8-9).

Tudo isso permite que a máquina-ferramenta realize movimentos semelhantes aos que executava um trabalhador com as suas ferramentas. Desse modo, a ferramenta continua a existir, mas deixa de ser manipulada pelo trabalhador individual e passa a ser movimentada por um mecanismo, assim como as palavras de Marx, “a máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes” (MARX, 1985b, p. 9).

De acordo com Marx,

O número de instrumentos de trabalho com que ele [o homem] pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corpóreos. [...] [Já] O número de ferramentas com que a máquina-ferramenta joga simultaneamente está, de antemão, emancipado da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador (MARX, 1985b, p. 9).

Sendo assim, através do mecanismo da maquinaria obtém-se um resultado fantástico que caracteriza essencialmente a grande indústria, obtém-se um salto imenso no grau de desenvolvimento das forças produtivas do capital. Isso ocorre porque uma só máquina-ferramenta contém uma grande quantidade de ferramentas e opera com elas simultaneamente. O número de ferramentas que uma máquina contém e opera jamais chegaria perto do que um trabalhador individual pensou em operar; na verdade, ele é incapaz de operá-las sozinho, ao mesmo tempo. Um trabalhador só pode operar um número de instrumentos de trabalho que seus dois pés e suas duas mãos consigam comportar. Porém, com a máquina, o limite corpóreo do trabalhador é superado. Se na manufatura e no artesanato, o manejo da ferramenta depende da virtuosidade do trabalhador, de sua habilidade e destreza, na grande indústria, essa barreira técnica é superada porque a máquina se encarrega da movimentação das ferramentas tomando o lugar do trabalhador, sendo “dona da habilidade e da força, a máquina toma o lugar do trabalhador, ela mesma é a virtuose, possui alma própria, encarnada nas leis da mecânica que agem nela” (MARX *apud* ROSDOSLKY, 1977, p. 204).

Com isso, observamos que a ferramenta não desaparece na grande indústria. O que muda é que elas reaparecem nessa fase capitalista da produção “não como ferramentas do

homem, porém agora como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas” (MARX, 1985b, p. 8-9). De “ferramenta anã do organismo humano”, ela se converte em “ferramenta de um mecanismo criado pelo homem” (MARX, 1985b, p. 17). A ferramenta pode também aumentar de tamanho e peso quando passa a ser movimentada por um mecanismo e não mais pelos órgãos naturais do ser humano. Depois, o aumento do tamanho da máquina-ferramenta e do número e do tamanho das ferramentas que ela opera vai exigir uma força motriz mais potente do que a força humana (MARX, 1985b, p. 9-17).

Quanto à máquina-motriz:

Só depois que as ferramentas se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas de um aparelho mecânico, a máquina-motriz adquiriu forma autônoma, totalmente emancipada dos limites da força humana. Com isso, a máquina-ferramenta que examinamos até agora reduz-se a simples elemento da produção mecanizada. Uma máquina motriz podia agora mover, ao mesmo tempo, muitas máquinas de trabalho. Com o número das máquinas de trabalho movidas simultaneamente, cresce a máquina-motriz e a expansão do mecanismo de transmissão transforma-o num aparelho de grandes proporções (MARX, 1985b, p. 11-12).

Isso faz com que o aumento da força produtiva do trabalho, sob o comando do capital, dê um salto espetacular ainda maior do que antes com a introdução da máquina ou da ferramenta-mecânica na produção. Ao se emancipar da barreira que o corpo natural do trabalhador impunha, a produtividade do trabalho aumenta assustadoramente. É possível produzir muito mais em menos tempo e com um menor número de trabalhadores. A partir daqui, a forma de subordinar o trabalho através do aumento da força produtiva, ao transformar tempo de trabalho necessário em tempo de mais-trabalho, se estabelece definitivamente no modo de produção capitalista como veremos no próximo item. Na verdade, a partir da grande indústria, o revolucionamento na produção através do aumento produtividade do trabalho se torna uma característica essencial do modo de produção capitalista, a partir da introdução da maquinaria.

De acordo com Marx:

A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção (MARX, 1985b, p. 89).

A partir da base técnica, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais dos processos de produção são alteradas. Na cooperação capitalista baseada no artesanato e na cooperação baseada na divisão do trabalho manufatureira, essas alterações se dão a partir da força de trabalho e na grande indústria, a partir da base técnica. Em todas elas, há um aumento da força produtiva do trabalho que permite a transformação do tempo de trabalho necessário em tempo de mais-trabalho, mas – na grande indústria –, ele decorre da implantação da maquinaria na produção, da base técnica da produção. Ressalte-se que, da mesma forma que os outros métodos de intensificar a exploração do trabalho pelo capital, a implantação da maquinaria “utilizada como capital” não alivia a situação do trabalhador.

Como ela é essencialmente meio para a acumulação de mais-valia, ela é força produtiva do capital. De acordo com John Stuart Mill, “é de se duvidar que todas as invenções mecânicas até agora feitas aliviaram a labuta diária de algum ser humano” (MILL *apud* MARX, 1985b, p. 7). Isso é assim sobretudo no modo de produção capitalista, no qual a finalidade social da produção não é a satisfação das necessidades humanas, mas a extração de um maior *quantum* de mais-valia. A “aplicação capitalista da maquinaria”, ao invés de “tornar o trabalhador mais independente e atenuar sua exploração, serve para confiscar uma parte crescente de seu tempo de trabalho na forma de mais-trabalho, de modo a perpetuar e fortalecer o poderio do capital, que lhe é hostil” (ROSDOLSKY, 2001, p. 206). Seria uma surpresa se as invenções e métodos que intensificam a exploração do trabalho pelo capital aliviassem as condições dos trabalhadores.

A maquinaria é a invenção, o meio de trabalho, que vai revolucionar a produção e inaugurar a grande indústria, resultando na Revolução Industrial. Seu desenvolvimento se dá a partir da máquina-ferramenta – e não da máquina-motriz. Ela é o ponto de partida do revolucionamento pelo qual o modo de produção capitalista atravessa durante a Revolução Industrial. A máquina-ferramenta substitui o trabalhador. Enquanto este pode apenas manejar uma ou duas ferramentas simultaneamente, o mecanismo da máquina-ferramenta opera uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, sendo movimentada por uma única força motriz (MARX, 1985b, p. 10). Até aqui, não importa se a força motriz vem do homem ou de uma máquina, pois, conforme o próprio Marx aponta, no início, inclusive, a Revolução Industrial “deixa para o homem [...] antes de tudo ainda o papel puramente mecânico de força motriz” (MARX, 1985b, p. 9).

Entretanto, a máquina é apenas elemento simples da produção mecanizada. Ela não determina sozinha a existência da produção fabril propriamente dita, pois a máquina que

caracteriza a produção fabril pode servir de base para a produção artesanal da pequena empresa ou da manufatura de modo esporádico ou transitório. De acordo com Marx, “à medida que uma única máquina de trabalho toma o lugar da cooperação ou da manufatura, ela mesma pode novamente servir de base à produção de caráter artesanal”. (MARX, 1985b, p. 70). Não é a utilização de uma única máquina na produção que caracteriza a produção fabril mecanizada, afinal, conforme Leo Huberman aponta, a invenção de máquinas cujo objetivo é substituir uma atividade executada pelo ser humano no processo de trabalho é muito antiga (HUBERMAN, 1983, p. 194).

É a associação de uma força motriz mecânica (vapor ou água) a uma máquina que caracteriza a transição para a produção fabril. De acordo com Marx, a “reprodução do artesanato com base na maquinaria constitui apenas a transição para a produção fabril que, em regra, surge assim que a força motriz mecânica, vapor ou água, substitui os músculos humanos na movimentação da máquina” (MARX, 1985b, p. 70). Em sentido semelhante, Leo Huberman atribui “o nascimento do sistema fabril em grande escala” ao “aparecimento da máquina movida a vapor” (HUBERMAN, 1983, p. 184). Segundo esse autor, da associação da máquina à força do vapor decorre uma alteração significativa no método de produção (HUBERMAN, 1983, p. 184). Sendo assim, embora o revolucionamento que caracteriza a grande indústria tenha início com a máquina-ferramenta, esta é apenas um dos elementos simples da produção fabril. É a sua associação com uma força motriz mecânica que determina a existência de fato da produção fabril mecanizada.

Com a nova forma capitalista de produção, a estrutura tradicional das antigas formas de organização da produção é completamente revolucionada. Isso ocorre em momentos distintos em países, regiões e em setores industriais, ainda que observemos somente a Revolução Industrial na Inglaterra. A transição para a empresa fabril que caracteriza a grande indústria vai se estabelecendo com o aparecimento da produção em larga escala, que associa uma máquina a uma força motriz mecânica, substituindo a força humana na movimentação da máquina da empresa fabril. De acordo com Marx, se a produção em larga escala não adquiria desde o início a característica de produção fabril, a transição costumava ocorrer, primeiro, sob a estrutura da empresa artesanal e depois sob a estrutura da empresa manufatureira até chegar à estrutura da empresa fabril. A passagem por essas formas transitórias de organização da produção se dá em um curto período tempo de um modo geral, a exceção da manufatura heterogênea, que demora mais para se mecanizar e se transformar em uma empresa fabril por conta da “multiplicidade de processos díspares”, da reunião de processos de trabalho distintos

com os quais ela se constitui (MARX, 1985b, p. 70-1). Porém, há casos em que uma ou duas dessas etapas transitórias são ultrapassadas, a transição não ocorre sempre de maneira gradual.

A maquinaria, esse aparelho de grandes proporções, pode compor a cooperação entre muitas máquinas da mesma espécie ou o sistema de máquinas distintas, a depender da organização manufatureira anterior à organização na empresa fabril. Na produção de base artesanal da manufatura, a cooperação capitalista era realizada pelos trabalhadores na cooperação baseada no artesanato e na cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho. Mas, com a grande indústria, a cooperação é realizada pelas máquinas de mesmo tipo trabalhando simultaneamente ou pela cooperação de máquinas de diferentes tipos, num sistema de máquinas autêntico.

No primeiro caso, a mesma máquina de trabalho “executa todas as diversas operações que um artesão executava com sua ferramenta [...] ou que artesãos executavam com ferramentas diferentes em série, autonomamente ou como membros de uma manufatura” e faz o produto inteiro como ocorre com o sistema de maquinaria na tecelagem. Na fábrica, essa máquina justaposta a outras da mesma espécie operam “simultaneamente em conjunto”, operam em cooperação simples, tendo em vista a “conglomerada espacial de máquinas de trabalho da mesma espécie” (MARX, 1985b, p. 12). Isso possibilita que o conjunto da maquinaria apresente uma unidade técnica. Ao invés de serem acionadas por forças-motrizes diferentes (humana ou mecânica) como ocorre na manufatura, na fábrica, a maquinaria se associa a uma única força-motriz mecânica que conecta todo o mecanismo. É isso que fornece a unidade técnica.

De acordo com Marx,

à medida que as muitas máquinas de trabalho da mesma espécie recebem, ao mesmo tempo e do mesmo modo, seu impulso da batida cardíaca do primeiro motor comum, levado a elas através do mecanismo de transmissão, que em parte também lhes é comum, já que dele se ramificam saídas individuais para cada máquina-ferramenta. Exatamente como muitas ferramentas constituem os órgãos de uma máquina de trabalho, muitas máquinas de trabalho constituem agora apenas órgãos da mesma espécie do mesmo mecanismo motor (MARX, 1985b, p. 12).

Para a máquina de trabalho não importa se a sua força motriz é humana ou provém também de uma máquina, para que a produção se caracterize enquanto fabril é preciso que o conglomerado de máquinas de uma mesma espécie em cooperação simples tenha um motor em comum e que elas mesmas se convertam em órgão desse mecanismo motor. Se a máquina de trabalho opera numa manufatura, encontramos as ferramentas que se configuram como

seus órgãos de máquina; mas, se ela opera numa fábrica, ela mesma se transforma em órgão da máquina-motriz do motor que fornece a “batida cardíaca” ao mesmo tempo e da mesma maneira.

No segundo caso, a cooperação aparece não entre máquinas de uma mesma espécie, mas no sistema de máquinas. Nesse caso, a cooperação que aparecia entre grupos de trabalhadores parciais na manufatura aparece agora no conjunto de máquinas parcelares de trabalho. Segundo Marx:

Um autêntico sistema de máquinas só substitui, no entanto, a máquina autônoma individual quando o objeto de trabalho percorre uma seqüência conexa de diferentes processos graduados, que são realizados por uma cadeia de máquinas-ferramentas diversificadas, mas que se complementam mutuamente. Aí reaparece a cooperação por meio da divisão do trabalho, peculiar à manufatura, mas agora como combinação de máquinas de trabalho parciais (MARX, 1985b, p. 12).

O sistema autêntico de máquinas que encontramos na fábrica constitui um mecanismo combinado de ferramentas cujo “fundamento naturalmente desenvolvido da divisão e portanto da organização do processo de produção” advém da manufatura (MARX, 1985b, p. 13). Na produção manufatureira, ao contrário, encontramos uma combinação de diferentes trabalhadores parciais com sua ferramenta manual específica. Aqui, encontramos uma combinação de máquinas de trabalho parciais, diversificadas e em cadeia. Assim, apesar de superar tecnicamente a manufatura, o capital também “reproduz ainda mais monstruosamente” a divisão manufatureira do trabalho na fábrica propriamente dita, ao transformar o trabalhador em “acessório consciente de uma máquina parcelar” (MARX, 1985b, p. 87).

Na produção manufatureira, o trabalhador é adequado a cada processo parcial específico, porém “o processo é adaptado antes ao trabalhador”. Já na fábrica propriamente dita, considerando o sistema autêntico de máquinas, o “princípio subjetivo da divisão [do trabalho] é suprimido na produção mecanizada”: o processo parcial deixa de ser adaptado antes ao trabalhador e o modo para executar cada processo parcial e combinar os diversos processos parciais passa a ser “resolvido por meio da aplicação técnica da Mecânica, Química, etc., no que, naturalmente, a concepção teórica precisa ser depois como antes aperfeiçoada pela experiência prática acumulada em larga escala” (MARX, 1985b, p. 13), só depois o trabalhador vai se adequar ao funcionamento dessa máquina parcelar. Daí decorre o papel decisivo da ciência na produção capitalista a partir da grande indústria. Em geral, ao

invés de o trabalhador manual aperfeiçoar seus conhecimentos para a execução e organização do processo de trabalho a partir da experiência prática acumulada, será a ciência que, a partir da grande indústria, se aperfeiçoará para executar e organizar a produção.

A partir da grande indústria, a máquina individual dá lugar a “um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantesco, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos” (MARX, 1985b, p. 14). Todo sistema articulado de máquinas de trabalho – da mesma espécie ou de espécies diferentes – que recebe “seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão” configura “a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida” (MARX, 1985b, p. 14), que caracteriza a grande indústria e permite que a subordinação do trabalho se consolide. Nessas circunstâncias, o sistema de maquinaria automático permite que a máquina de trabalho execute “todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana, precisando apenas de assistência humana” à custa do empobrecimento do trabalhador individual, cuja função está limitada, agora, ao auxílio da maquinaria (MARX, 1985b, p. 14).

Depois de apresentada a relação entre a Revolução Industrial e a maquinaria, principal elemento da grande indústria, iremos explicitar, no próximo item, o porquê de a consolidação da subordinação do trabalho ao capital e de a generalização do modo de produção capitalista acontecerem no período da grande indústria.

4.2 A subordinação do trabalho ao capital na grande indústria

Neste item, pretendemos esclarecer porque a subordinação do trabalho ao capital se consolida com a grande indústria. Ao afirmarmos que a subordinação do trabalho ao capital se consolida com a introdução da maquinaria na produção, deixamos de lado outras características desse período, umas decorrem da introdução da maquinaria e outras não, mas todas distinguem a grande indústria de momentos anteriores da produção capitalista. Dentre essas características, temos a introdução da legislação fabril, a introdução do trabalho feminino e infantil, a extinção de qualquer resquício do domínio do trabalho morto pelo trabalho vivo, decorrente do trabalho artesanal, e a aplicação massiva da ciência no processo produtivo demonstradas no item anterior; a generalização da forma de produzir da grande indústria à grande maioria dos ramos produtivos, a extinção da indústria rural subsidiária do período manufatureiro, a generalização do trabalho assalariado livre, etc. Tudo isso, junto

com os novos efeitos da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora, decorre da subordinação que o capital exerce sobre o trabalho na grande indústria. Com a grande indústria consolidada, a subordinação real do trabalho se estabelece no modo de produção capitalista e consolida a subordinação do trabalho ao capital, sem eliminar a subordinação formal, “a forma *geral* de todo processo capitalista de produção” (MARX, 1978, p. 51, grifos do autor).

Para iniciarmos a análise sobre como a subordinação do trabalho ao capital na grande indústria inova e provoca a consolidação dessa subordinação e do modo de produção capitalista, é preciso que comparemos as formas de extração da mais-valia desenvolvidas na manufatura e na fábrica, como elas se expressam e se relacionam em cada momento da produção capitalista. Antes, no entanto, é preciso que apresentemos a jornada de trabalho e as partes que a compõem porque as alterações na grandeza das partes componentes da jornada de trabalho indicam qual o método utilizado para a extração da mais-valia, e, por consequência, indicam também qual a forma de subordinação utilizada pelo capital.

A jornada de trabalho, “ainda que não seja uma grandeza fixa, mas fluente”, possui um limite mínimo e um máximo. Seu limite máximo é duplamente determinado, tanto pela limitação física da força de trabalho, quanto por limites morais. O limite físico se expressa no *quantum* de força vital que uma pessoa pode despender durante 24h, a duração de um dia natural. Já os limites morais se expressam no “tempo para satisfazer a necessidades espirituais e sociais” do trabalhador e o número e a extensão dessas necessidades “são determinados pelo nível geral de cultura”, segundo o filósofo. Essas barreiras físicas e sociais são bem elásticas e permitem grandes variações. Já quanto ao seu limite mínimo, a coisa muda de figura, visto que seu limite mínimo é indeterminável (MARX, 1985a, p. 188).

Se o mais-trabalho corresponde a zero, o limite mínimo corresponde à parte da jornada de trabalho que o trabalhador trabalhar necessariamente para sua auto sustentação. Essa parte da jornada é denominada de parte necessária. Conforme Marx, essa parte compreende o tempo em que o trabalhador tem que trabalhar para produzir diariamente a sua força de trabalho, isto é, o tempo necessário para “a produção dos meios de subsistência médios diários do trabalhador” (MARX, 1985a, p. 187-8). Mesmo na produção capitalista, essa parte da jornada é imprescindível à continuidade da produção, pois permite que a força de trabalho permaneça em atividade e possa ser explorada. Portanto, na produção capitalista, o trabalhador, “durante parte do processo de trabalho, apenas produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência de que necessita” (MARX, 1985a, p. 176).

Entretanto, “com base no modo de produção capitalista, [...] o trabalho necessário pode constituir apenas parte da jornada de trabalho, isto é, a jornada de trabalho não pode jamais reduzir-se a esse mínimo” (MARX, 1985a, p. 188). Isso é assim porque a produção capitalista é necessariamente produção de mais-valia, a qual é obtida quando o processo de trabalho ultrapassa a parte necessária da jornada de trabalho, conforme vimos no item 2.2. Portanto, a duração de uma jornada de trabalho tem de ultrapassar o tempo de trabalho necessário em que é produzido o valor dos meios de subsistência do trabalhador.

A outra parte da jornada de trabalho corresponde ao tempo de trabalho excedente, isto é, corresponde à parte da jornada em que o trabalhador trabalha para o capitalista, a parte que sobra ao ser deduzida a parte necessária da jornada de trabalho. Não à toa o capitalista deseja sempre aumentar a parte excedente da jornada de trabalho. Para isso, se o capitalista quer extrair o mais-trabalho ou a mais-valia a partir da exploração da força de trabalho, ele pode fazer isso através de dois métodos diferentes: prolongar a duração da jornada de trabalho para extrair a denominada mais-valia absoluta ou reduzir a parte que corresponde ao tempo de trabalho necessário e alterar a “proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho” para extrair a mais-valia relativa (MARX, 1985a, p. 251). Esses dois métodos aparecem em momentos diferentes, interagem de diferentes formas ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista e determinam a forma de subordinação do trabalho pelo capital.

Para pontuar as observações decorrentes do estudo sobre a subordinação do trabalho ao capital, apresentaremos a interação entre as diferentes formas de extração da mais-valia, ou por meio do prolongamento da jornada total ou através do encurtamento da parte do tempo de trabalho necessário, durante a gênese e a consolidação da subordinação do trabalho ao capital.

De acordo com Marx, quando o processo de trabalho se converte em meio do processo de valorização de capital ou de produção de mais-valia, a subordinação do trabalho ao capital só aparece sob sua forma formal, a qual se caracteriza pela transformação do processo de trabalho em processo do próprio capital. Ela aparece quando “o capitalista se enquadra nele [no processo de trabalho] como dirigente, condutor” e quando o processo de trabalho se converte em “um processo de exploração do trabalho alheio” (MARX, 1978, p. 51). Com base nos nossos estudos, isso ocorre desde o início da manufatura, quando o capital se insere diretamente na produção. De acordo com Marx, enquanto a produção capitalista se mantém sob uma relação apenas formal, ela “só pressupõe pequenos capitalistas, que no tocante ao modo de formação e ocupações, pouco se diferenciam dos próprios operários” (MARX, 1978, p. 58). Nesse primeiro momento, em que há apenas a subsunção ou subordinação formal do

trabalho pelo capital, os trabalhadores mantêm grande parte de seu domínio sobre o processo de trabalho, que continua sendo artesanal e individual.

A única coisa que se altera a partir do momento que o capital vai subordinar formalmente o trabalho é que os trabalhadores passam a trabalhar para o capitalista. O pequeno capitalista (antigo mestre, comerciante ou trabalhador assalariado) passa a dirigir a produção e a extrair mais-valia dos trabalhadores que antes ou estavam envolvidos em uma relação de subordinação de escravidão, servidão, vassalagem, patriarcais, etc. ou eram independentes e trabalhavam para si mesmo onde a propriedade privada havia sido obtida com o próprio trabalho. No primeiro caso, reduz-se “a relação entre o possuidor das condições de trabalho e o próprio operário a uma simples *relação de compra e venda* ou *relação monetária*, eliminando da relação de exploração todos os enredamentos patriarcais e políticos, ou mesmo religiosos” ainda que a nova relação de subordinação produza suas próprias expressões políticas (MARX, 1978, p. 57-8, grifos do autor). No segundo caso, a transformação dos trabalhadores em assalariados é intervalada pelo florescimento da propriedade privada baseada no próprio trabalho e pela posterior expropriação ou separação do produtor direto de suas condições de trabalho. No entanto, eles também se subordinam apenas formalmente ao capital em primeiro momento, quando se convertem em trabalhadores assalariados, pois, a relação de subordinação a que se sujeitam é também “formalmente voluntária, *puramente econômica*” (MARX, 1978, p. 59, grifos do autor), sem a coação direta dos antigos modos de exploração do trabalho.

Quando a subordinação do trabalho ao capital é apenas formal, a subordinação decorre apenas de uma relação de compra e venda, mais precisamente, da venda da força de trabalho para o possuidor dos meios de produção, os quais irão confrontar o trabalhador como propriedade alheia a ele. De acordo com Marx, nesse momento, “é *somente* na condição de possuidor das condições de trabalho que, nesse caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência *econômica*” (MARX, 1978, p. 57, grifos do autor). Até aqui, as condições de produção estão dadas, o modo de produzir é herdado, é preexistente, as condições objetivas e subjetivas do processo de trabalho são adquiridas pelo capitalista da forma que ele as encontra no mercado, por isso o capital só pode extrair mais-valia ao prolongar a duração da jornada de trabalho. Isso ocorre assim no começo do domínio do capital sobre o trabalho, quando só há essa maneira de produzir a mais-valia absoluta, pois,

[...] à base de um modo de produção preexistente, ou seja de *determinado* desenvolvimento da força produtiva de trabalho e da modalidade de trabalho

correspondente a essa força produtiva de trabalho e da modalidade de trabalho correspondente a essa força produtiva, só se pode produzir mais valia através do *prolongamento do tempo de trabalho*, isto é, sob a forma de *mais-valia absoluta*. A essa modalidade, como forma única de produção de mais-valia, corresponde, pois, a *subsunção formal do trabalho ao capital*. (MARX, 1978, p. 53, grifos do autor).

Isso permanece assim até que a cooperação capitalista se desenvolva e modifique o processo real de trabalho, dando origem à subordinação real do trabalho ao capital nas formas de produção capitalista. A partir daí, a mais-valia relativa se junta à forma absoluta de extração de trabalho excedente como mais um método de exploração do trabalho, assim como a subordinação real do trabalho ao capital se junta à subordinação formal. Apesar da subordinação formal do trabalho ao capital ser a única forma de subordinação no início do desenvolvimento da produção capitalista e consistir em “uma forma particular, a par do modo de produção especificamente capitalista”, ela é também ao mesmo tempo “a forma geral de todo processo capitalista de produção”, tendo em vista que os elementos que a caracterizam – os meios de produção confrontando o trabalhador como propriedade alheia, a compra e venda da força de trabalho, o capitalista como dirigente da produção e a extração da mais-valia absoluta, por meio do prolongamento da jornada – se mantêm ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, não são superados quando a subordinação real do trabalho ao capital aparece.

O modo de trabalho realizado individualmente passa por várias transformações ao longo do processo de subordinação do trabalho pelo capital, mas, elas não têm início assim que a utilização da força de trabalho passa a pertencer ao capitalista. Só depois de um tempo, a subordinação do trabalho ao capital vai provocar alterações no processo real de trabalho. Marx afirma que “a transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde” (MARX, 1985a, p. 154). O modo específico de produzir um valor de uso ou de realizar um trabalho concreto útil não se altera apenas com a “intromissão do capitalista” nesse processo, o capitalista “tem de tomar a força de trabalho, *de início*, como a encontra no mercado e, portanto, também seu trabalho da maneira como se originou em um período em que ainda não havia capitalistas” (MARX, 1985a, p. 154, grifo nosso). Depois que essa modificação ocorre, a mais-valia relativa aparece junto da subordinação real do trabalho ao capital, no entanto, nas primeiras formas de produção capitalista, ela só aparece de modo residual, sem exercer peso algum na totalidade da

reprodução social. Apenas com o surgimento da grande indústria, a mais-valia relativa se estabelece como método de exploração do trabalho do atual modo de produção.

Esse método de exploração do trabalho depende do revolucionamento do modo de produzir junto com a redução da parte necessária da jornada de trabalho, isto é, a diminuição do valor da força de trabalho. Assim, ele requer que a mesma quantidade de meios de subsistência que antes se produzia em um tempo maior se produza agora em um tempo menor. “Isso porém é impossível, sem aumentar a força produtiva do trabalho”. O aumento da força produtiva do trabalho, por sua vez, só pode ser feito por meio da alteração dos meios de trabalho ou dos métodos de trabalho, ou ainda por meio da alteração de ambos juntos (MARX, 1985a, p. 250). Ainda de acordo com Marx, “a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 1985b, p. 106).

Marx compreende

por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor quantum de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior quantum de valor de uso. Enquanto pois na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada [a absoluta], o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação de trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor (MARX, 1985a, p. 250-1).

No entanto, isso só ocorre assim a partir da consolidação do modo de produzir da grande indústria. A extração da mais-valia relativa ainda é muito residual na manufatura, na verdade, ela só é extraída de modo especial, isto é, só o capitalista individual a realiza, sem que o tempo de trabalho socialmente necessário da mercadoria final seja diminuído e afete a acumulação do capital global. A mais-valia relativa é extraída de modo específico porque é obtida por meio da diferença entre o valor socialmente necessário e o valor individual da mercadoria produzida pelo capitalista da indústria que revoluciona seu modo de produzir. Isso ocorre assim porque a produção capitalista detém o caráter residual durante a gênese do modo de produção capitalista, ela não se esparrama pela maioria dos ramos produtivos, o que

impede que as condições sociais médias de produção sejam alteradas com a introdução da cooperação capitalista na produção, seja ela baseada no artesanato ou na divisão do trabalho manufatureira. Desse modo, o tempo de trabalho socialmente necessário não atinge a capacidade de diminuir o valor da força de trabalho e, por isso, não impacta a produção social total. Sendo assim, a mais-valia relativa é produzida de forma residual e sob forma especial para o capitalista individual que realiza as alterações no modo de produzir.

Marx afirma que “para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los” (MARX, 1985a, p. 251). Isso só ocorre com a grande indústria, visto que só ela foi capaz de se esparramar pela maioria dos ramos industriais que determinam o valor da força de trabalho²³, inclusive, só com a grande indústria a produção capitalista toma para si a tecelagem e a fiação, base da indústria doméstica rural. Na manufatura, o revolucionamento do modo de produzir ocorre, mas é pontual, não atinge a maioria dos ramos produtivos, e por isso, não afeta o valor da força de trabalho porque não barateia seus meios de subsistência. Já com a grande indústria, na verdade a partir dela, o revolucionamento do modo de produzir vira regra e, junto com ele, a subordinação real do trabalho ao capital se estabelece.

Como decorrência dessa forma histórica-particular da subordinação do trabalho ao capital que se estabelece na grande indústria, encontramos a inversão total da relação entre o trabalhador e as condições objetivas do processo de trabalho. Na grande indústria, temos, mais especificadamente, uma alteração radical da relação entre o meio de trabalho e o trabalhador. De acordo com o que afirma Marx, o fato de o revolucionamento do modo de produzir na fase capitalista da grande indústria ter por base os meios de trabalho “modifica profundamente a relação original entre o trabalhador e esses meios” (ROSDOLSKY, 2001, p. 204). A relação entre o trabalhador e o meio de trabalho se altera de modo que se distancia

²³ Ressalte-se que conforme Marx, o “valor de uma mercadoria não é determinado apenas pelo quantum de trabalho que lhe dá sua forma definitiva, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção” (MARX, 1985a, p. 251). Isso significa dizer que o trabalho passado contido também participa da composição ou da determinação do valor de uma mercadoria, desse modo, o valor da força de trabalho pode ser reduzido através do barateamento dos elementos materiais do capital constante e variável para a produção desses meios de subsistência.

muito daquela que caracteriza o sistema natural de produção, quando a atividade do trabalhador é realizada integralmente por um indivíduo, como observamos no item 2.1.

Roman Rosdoslky afirma que a ferramenta simples utilizada no processo produtivo individual aparece de uma forma diferente na produção se a compararmos com a máquina e com a maquinaria enquanto sistema automático. Utilizaremos os trechos de algumas obras de Marx que Rosdoslky cita para esclarecer o que ocorre com o meio de trabalho quando ele se converte em maquinaria. Em um desses trechos, encontramos que a maquinaria “sob nenhum ponto de vista aparece como meio de trabalho do trabalhador individual”, nem mesmo transmite “ao objeto a atividade do trabalhador” (MARX *apud* ROSDOSLKY, 2001, p. 204), como ocorre com o meio de trabalho no processo de trabalho individual que apresentamos ao tratarmos da natureza geral do trabalho. Com a grande indústria, “a atividade se organiza agora de outra maneira: o que se transfere à matéria-prima é o trabalho, ou a ação, da própria máquina, à qual [o trabalhador] vigia e impede que se danifique” (MARX *apud* ROSDOSLKY, 2001, p. 204). Desse modo, na grande indústria, a produção se configura de outra forma, de modo que o meio de trabalho aparece com funções diferentes na produção.

Quando o processo de trabalho se realiza com uma ferramenta simples, o trabalhador utiliza o meio de trabalho como se fosse uma extensão de seu próprio corpo, e assim, pode transferir através dele o movimento, a ação, de sua força de trabalho ativa para o objeto de trabalho. Desse modo, a habilidade, a destreza do trabalhador ao manejar a ferramenta, se constitui enquanto elemento importante para a efetivação do processo de trabalho. Ela decorre da antiga produção artesanal e é característica elementar do artesanato. No início do desenvolvimento da produção capitalista, a virtuosidade do trabalhador ainda permanece e determina, de um modo ou de outro, a produção. Por exemplo, na cooperação capitalista que se baseia no artesanato, a única coisa que se modifica é que os trabalhadores passam a trabalhar em conjunto sob o comando do capital, mas o trabalho artesanal individual não é alterado. Com o desenvolvimento da manufatura e da divisão manufatureira do trabalho, a atividade do indivíduo vai ser alterada, mas sua base artesanal permanece. O trabalhador perde a habilidade de produzir o produto sozinho, pois sua atividade é fragmentada e especializada ao máximo, restando a cada trabalhador responsável, a tarefa de realizar uma das atividades parciais do processo inteiro. Mas, apesar de tudo, o trabalho realizado pelo trabalhador individual parcial continua possuindo base artesanal. Já com a introdução da maquinaria, da cooperação de máquinas, é a máquina que vai deter a habilidade e a força para a execução da atividade na grande indústria. Antes elas eram de responsabilidade do

trabalhador individual no artesanato ou na manufatura; no entanto, na grande indústria é a máquina-ferramenta que vai manipular o objeto de trabalho e transferir seu movimento a ele através do mecanismo mecânico completo. De acordo com Marx (1985b, p. 29), “na maquinaria se autonomizam o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho em face do operário”. Agora, ao trabalhador, cabe apenas a função de observar e vigiar a maquinaria para que ela não seja danificada e/ou outros tipos de funções acessórias para a assistência da realização da atividade da maquinaria. Esse é um dos efeitos da subordinação do trabalho pelo capital que atingem o trabalhador.

Como a atividade é predominantemente realizada pela maquinaria, os resquícios do trabalho artesanal do trabalhador são eliminados completamente do processo de produção e substituídos pela ação mecânica do mecanismo automático completo, que possui sua própria força-motriz. Isso provoca uma inversão total da relação entre o trabalhador e o meio de trabalho que, por sua vez, implica na alteração da atividade realizada na produção. Apesar disso, a inversão da relação entre o trabalhador e os meios de produção não decorre apenas da introdução da maquinaria no processo produtivo, mas, antes, decorre da conversão do trabalho em processo de valorização do capital. Afinal, antes mesmo da grande indústria, nas primeiras formas da produção capitalista, os meios de produção sob a forma de capital já utilizam o trabalhador com o objetivo de extrair mais-valia, conforme exposto no item 2.2. No entanto, é só com a grande indústria que a maquinaria, seu meio de trabalho específico, permite que essa inversão se complete e se torne de fato visível.

Conforme Marx (1985b, p. 43-44):

Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva.

Se na produção capitalista anterior à grande indústria, o trabalhador ainda regulava, mediava e controlava parte do processo de trabalho, agora, ele só vigia e regula o movimento do mecanismo automático, enquanto a maquinaria (trabalho morto sob a forma de capital) passa a controlar, mediar e regular todo o processo produtivo, estabelecendo a posição do trabalhador na produção, quais funções ele deve realizar, em qual ritmo, a que momento.

Desse modo, a maquinaria determina o modo de operar do trabalhador e a organização do processo de trabalho, com o intuito de satisfazer seus próprios objetivos; a maquinaria como capital só deseja uma coisa: autovalorizar-se.

Conforme aponta Marx, a atividade do trabalhador “passa a ser totalmente determinada e regulada pelo movimento da maquinaria, e não o contrário”, desse modo, a produção não é mais controlada pelo trabalho. Com a consolidação da subordinação do trabalho ao capital na grande indústria, o trabalho se converte apenas em “órgão consciente, disperso sob a forma de diversos trabalhadores vivos, presentes em muitos pontos do sistema mecânico”, em “apenas um elo de um sistema cuja unidade não está mais localizada nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa)” (MARX *apud* ROSDOSLKY, 2001, p. 205). Portanto, a espinha dorsal de toda a produção não é mais o conjunto dos trabalhadores vivos, mas o monstro mecânico automático que ocupa grande parte da estrutura fabril e que “revolucionaria radicalmente a natureza do processo de trabalho, pois outorga ao trabalhador a função, totalmente modificada, de um mero ‘vigilante e regulador’ desse processo” (ROSDOSLKY, 2001, p. 207).

A atividade do trabalhador não determina, como antes, o processo de trabalho, agora a habilidade e a força incorporadas pela maquinaria vão determinar todo o processo de produção, as qualidades necessárias do trabalhador, as suas funções no processo produtivo, etc. Até o caráter cooperativo da produção se transforma em imposição do meio de trabalho, na fábrica propriamente dita. De acordo com Marx,

Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. [...] O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho (MARX, 1985b, p. 17).

Com a supressão do princípio subjetivo da divisão do trabalho, encontramos na fábrica, um organismo de produção inteiramente objetivo, sem que haja qualquer limite anterior imposto por características adquiridas pela experiência ou do corpo orgânico do trabalhador. Contudo, vale salientar aqui que a natureza geral do processo de trabalho ainda permanece intacta, mesmo com a consolidação da subordinação do trabalho com a grande indústria, as condições absolutas do processo de trabalho permanecem, não são alteradas. Apesar de tudo, a maquinaria não consegue destituir a força de trabalho do seu lugar de

elemento necessário do processo de trabalho junto aos meios de produção. Desse modo, a força de trabalho resiste ao lado da maquinaria, adaptando-se à sua natureza.

Sendo assim, como é o mecanismo do sistema de máquinas, isto é, o próprio meio de trabalho que controla o processo produtivo e a atividade do trabalhador, a grande indústria permite, portanto, que a inversão da relação entre o trabalhador e suas condições de trabalho se complete. Com essa inversão, ao invés de os meios de produção “serem consumidos por ele [pelo trabalhador] como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital consiste apenas em seu movimento como valor que valoriza a si mesmo” (MARX, 1985a, p. 244). Para manter-se vivo, o capital precisa consumir a força de trabalho e valorizar-se em escala sempre ampliada. Durante a condução de seu processo vital, ao explorar extensivamente ou intensivamente a força de trabalho, ele intervém nas condições de subordinação, de exploração, da classe trabalhadora, que se manifestam como efeitos sobre o trabalhador.

De acordo com Marx, a produção mecanizada da grande indústria produz alguns efeitos imediatos sobre a classe trabalhadora, que passam por modificação ao longo de seu desenvolvimento, dentre eles, está a exploração de forças de trabalho baratas e imaturas, independente de sexo e idade. A maquinaria é o elemento da grande indústria que permite que o trabalho infantil e o trabalho feminino sejam introduzidos no processo de produção. Se a força do trabalhador não é mais requisito necessário, o trabalho feminino e o infantil podem ser utilizados na produção. De acordo com Marx:

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! (MARX, 1985b, p. 23)

A introdução do trabalho feminino e do trabalho infantil na produção possibilita o aumento da jornada combinada total de trabalho, porque transforma todos os membros da família em trabalhadores da indústria “sob o comando imediato do capital”. É assim que a maquinaria “poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados” (MARX, 1985b, p. 23). Aqui, as duas formas de subordinar o trabalho se relacionam, a transformação do modo de produzir através da introdução da maquinaria, que provoca o aumento da produtividade do trabalho com o revolucionamento do modo de produzir, permite que mulheres e crianças sejam incorporadas

ao processo produtivo pelo capital aumentando a extração da mais-valia através do prolongamento da jornada de trabalho, levando em consideração inclusive a totalidade das jornadas.

A utilização dos dois métodos de extração da mais-valia, isto é, das duas formas de subordinar o trabalho em conjunto não é incomum, principalmente, durante a forma capitalista da grande indústria. Inclusive, no início do desenvolvimento da grande indústria, a extração de mais-valia por meio do prolongamento da jornada de trabalho é um dos principais efeitos imediatos da produção mecanizada. Marx afirma:

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portadora do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural. Ela cria, por um lado, novas condições que capacitam o capital a dar livre vazão a essa sua tendência constante e, por outro lado, novos motivos para aguçar seu apetite voraz por trabalho alheio (MARX, 1985b, p. 28-29).

O prolongamento da jornada de trabalho até seus limites mais extenuantes e mais insuportáveis para o corpo humano é outro dos efeitos imediatos da produção mecanizada. Tal prolongamento impõe a criação das leis fabris com o objetivo de limitar a duração da jornada para garantir a sobrevivência do trabalhador – que, como vimos no item 2.1, permanece como determinação absoluta para a realização de qualquer processo de trabalho – e, portanto, para a continuidade da reprodução do capital. Há ainda outros efeitos imediatos, como a intensificação do trabalho, no entanto, não iremos nos deter nessa questão. Para nós, é importante que apresentemos agora algumas das circunstâncias que permitem a consolidação da subordinação do trabalho ao capital e do modo de produção capitalista.

A subordinação do trabalho pelo capital só se consolida porque a maquinaria permite que o domínio do capital sobre o trabalho se generalize ao generalizar a estrutura fabril mecanizada à maioria dos ramos produtivos. Não é somente a introdução da maquinaria na produção que permite a consolidação da subordinação do trabalho ao capital, mas todo o conjunto de circunstâncias que permite que o modo de produzir da grande indústria se generalize. Além da introdução da maquinaria nos diversos ramos produtivos, a destruição da indústria doméstica rural, e o revolucionamento do sistema de transporte e comunicação, por exemplo, permitem a consolidação do atual modo de produção. Todas essas circunstâncias provocam uma reestruturação radical na produção, possibilitando a subordinação do trabalho ao capital se consolide.

Ao ser destruída, a indústria subsidiária rural, a agricultura, se separa da indústria. Segundo Marx, a dissolução da indústria doméstica rural só se completa na grande indústria. A permanência da indústria doméstica durante a manufatura impede o domínio da produção social total pelo capital e conforme Marx afirma, “o período manufatureiro propriamente dito não leva a nenhuma reestruturação radical”, esta só ocorre com a grande indústria. Isso ocorre porque a manufatura “só se apodera da produção nacional de forma muito fragmentária e sempre se baseia sobre os ofícios urbanos e sobre a pequena indústria doméstica rural como fundamento amplo” (MARX, 1985b, p. 284). Marx expôs porque isso ocorreu no caso particular da Inglaterra. Segundo o autor:

Quando a manufatura destrói uma forma dessa indústria doméstica, em ramos específicos de negócio e em determinados pontos, provoca o surgimento da mesma em outros, porque precisa dela, até certo grau, para o processamento da matéria-prima. Ela produz, portanto, uma nova classe de pequenos rurícolas, os quais exercem o cultivo do solo como atividade subsidiária e o trabalho industrial para a venda dos produtos à manufatura — diretamente ou pelo rodeio do comerciante — como negócio principal (MARX, 1985b, p. 284).

Aqui, o produtor direto liga a indústria ao cultivo do solo, à agricultura. O capital precisa destruir essa indústria doméstica rural que fornece matéria-prima para a manufatura para consolidar seu próprio modo de produção, porque ela pertence a uma classe de pequenos ruralista independentes. De acordo com Dobb (1977), no período de gênese do modo de produção capitalista, o artesão que detinha a posse da terra tinha maiores chances de garantir sua independência, diferente do artesão pobre. Se fosse um pequeno proprietário agrícola próspero e tivesse, por exemplo, a tecelagem como atividade secundária, ele “podia proporcionar subsistência à família e dispor de matérias-primas por intervalo considerável e assim, sendo independente do crédito e dos favores de um comprador” (DOBB, 1977, p. 187-8). Desse modo, ele não cairia na dependência do capitalista e poderia decidir como e quando produzir em sua propriedade. Ele teria, portanto, o controle sobre seu próprio processo de trabalho, o que ocorre quando a propriedade privada é baseada ainda no próprio trabalho e o produtor direto exerce o controle sobre o processo de produção.

Segundo Dobb (1977),

A indústria doméstica, e sua sujeição incompleta ao capital, mantinham sua base enquanto a independência teimosa de uma classe de pequenos proprietários agrícolas e de dimensões médias continuava. Desse modo, a pequena propriedade em terra e meios de produção na indústria se achavam ligados entre si. Esta base para a indústria doméstica só foi finalmente

solapada quando a concentração de propriedade fundiária marchara o bastante para anunciar o fim dessa classe (DOBB, 1977, p. 189).

A concentração de terras e a conseqüente separação entre a indústria e a agricultura no final do período decorrem da acumulação primitiva de capital, compreendida no período que vai do século XV ao século XVIII, conforme observamos no item 3.2. Durante esse período, os momentos e métodos fundamentais da acumulação primitiva provocam destruição paulatina da indústria doméstica rural. Mas essa destruição só se completa, sob a grande indústria, pois, de acordo com Marx, com ela, a produção capitalista “conquista para o capital industrial todo o mercado interno” (MARX, 1985b, p. 284). Os antigos artesãos independentes e pequenos proprietários rurais, expropriados de toda e qualquer propriedade de seus meios de produção, são impedidos de produzir seja na agricultura, seja na indústria doméstica rural; desse modo, impedidos de produzir seus próprios meios de subsistência, eles são obrigados a vender sua força de trabalho para adquiri-los no mercado abastecido pelo capital industrial. Além disso, enquanto a acumulação primitiva fornece uma quantidade de força de trabalho abundante para o capital industrial nascente ao expropriar lentamente o povo do campo, no final desse processo, a grande indústria se apodera das raízes da indústria rural subsidiária que fora destruída, isto é, da tecelagem e a fiação, separando-as da agricultura, e assim, passa a fornecer “com as máquinas, a base constante da agricultura capitalista” (MARX, 1985b, p. 284) – diferente da manufatura, que dependia da indústria doméstica rural para a obtenção de suas matérias-primas. Daí, podemos obter o significado da destruição dessa indústria subsidiária para o amadurecimento do modo de produção capitalista.

A consolidação ou o amadurecimento do modo de produção capitalista também é produto de transformações na comunicação e no transporte. De acordo com Fiuza, “a revolução nos meios de comunicação e transportes despontava, para Marx, como um dos desafios medulares à consolidação do sistema capitalista como um todo” (MELLO, 1999, p. 94). Quando a grande indústria atinge certo nível de desenvolvimento, ela entra “tecnicamente em conflito com sua base artesanal e manufatureira” (MARX, 1985b, p. 15). Os meios de comunicação e transporte herdados do período manufatureiro obstaculizam o desenvolvimento da grande indústria, por isso sofrem modificações. O aumento do tamanho das partes da maquinaria e a maior diversidade de seus componentes são algumas das circunstâncias que forçam esse conflito, mas a grande indústria resolve o problema ao revolucionar sua própria base decorrente do período manufatureiro e se esparramar em outros ramos de produção, na indústria e na agricultura. Com isso, ela provoca inclusive o

revolucionamento das “condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte” (MARX, 1985b, p. 15).

Segundo Mello, os meios de transporte e de comunicação

[...] legados do período manufatureiro [...] logo haviam se tornado pesados obstáculos à produção em larga escala, que necessitava deslocar massas cada vez mais crescentes de capital e de trabalhadores de um ramo produtivo para outro e fazer circular um volume inusitado de mercadorias no circuito de um mercado mundializado (MELLO, 1999, p. 94).

O desenvolvimento de navios fluviais a vapor, ferrovias, transatlânticos a vapor e telégrafos, por exemplo, vão adaptar o sistema de comunicação e de transporte a essas novas necessidades do modo de produção da grande indústria: a circulação de um grande volume de mercadorias, de meios de produção, trabalhadores e meios de subsistência.

Além disso, a adaptação desse sistema às necessidades da grande indústria também possibilita a criação de “ciclópicas máquinas”. De acordo com Marx, para se consolidar, “a grande indústria teve [...] de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Só assim ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés” (MARX, 1985b, p. 16). Essa é uma das condições essenciais para o amadurecimento do modo de produção capitalista. No entanto, embora a maquinaria passe a fabricar máquinas-ferramentas no início do século XIX, só no final desse século, com a adaptação dos meios de comunicação e de transporte, principalmente com “a colossal construção de ferrovias e a navegação transatlântica a vapor”, é possível produzir máquinas gigantes e seus enormes componentes de forma mecanizada. Desse modo, o ajuste do sistema de comunicação e transportes às necessidades da grande indústria permite ainda a ampliação de sua base técnica, cuja criação foi necessária para que a grande indústria pudesse se estabelecer.

Por fim, ressaltamos que só a grande indústria estabelece de fato a forma de extração da mais-valia por meio do aumento da produtividade do trabalho e da redução da parte necessária da jornada de trabalho. Por consequência, a subordinação real do trabalho ao capital, que se expressa pelo revolucionamento do modo de produção – seja por meio de combinação diferente do agrupamento social envolvido, seja por meio de alteração da base técnica da produção, ou pelos dois motivos juntos – também só se estabelece a partir da grande indústria, junto ao modo de produção especificamente capitalista. No entanto, embora o revolucionamento do modo de produzir se torne regra na produção a partir da grande indústria, os momentos em que a mais-valia é extraída com base em um modo de produção

permanecem assim como permanece a subordinação formal do trabalho pelo capital. No entanto, os “períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se cada vez mais curtos” (MARX, 1985b, p. 199). Analisar a interação entre essas duas formas de subordinar o trabalho às necessidades do capital nas formas particulares da subordinação do trabalho pelo capital no modo de produção capitalista, é acompanhar a perda do controle do processo de trabalho pelo trabalhador e a apropriação desse controle pelo capital, é acompanhar, também, como o capital produto da criação humana passou a dominar seu criador, o ser humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações e as advertências feitas na Introdução dessa dissertação, sintetizaremos agora algumas das considerações retiradas durante o período de pesquisa. Lembramos que há ainda muitas lacunas a serem preenchidas acerca de nosso objeto de estudo, que se trata da gênese e a consolidação da subordinação do trabalho ao capital, a partir do livro primeiro de *O Capital*. Tivemos como foco a subordinação direta do trabalho, exercida primeiro pelo capital mercantil moderno ou industrial nascente e depois pelo capital industrial propriamente dito, mas não deixamos de mencionar de que modo o capital comercial e usurário exploravam o trabalho de modo indireto. O capital adquire diferentes funções desde o seu aparecimento na história da humanidade até hoje; no entanto, buscamos compreender apenas as funções que ele adquiriu ao entrar na produção por volta do século XIV e XV até a consolidação de seu domínio integral sobre a produção entre o final do século XVIII e o início do século XIX, na Inglaterra, além de buscarmos apreender quais as consequências de sua dominação para a realização do trabalho e para o trabalhador.

Para acompanharmos a processualidade histórica da subordinação do trabalho ao capital durante a gênese e a consolidação do modo de produção capitalista, foi preciso compreender primeiro a natureza geral do processo de trabalho e seus elementos simples e abstratos, e isso se impôs porque as formas histórico-concretas da subordinação do trabalho ao capital apresentam formas de interação distintas entre esses elementos ao longo da sua evolução. Sem distinguir meio de trabalho, objeto de trabalho e força de trabalho na produção capitalista, seria impossível compreender a interação entre eles e a inversão da relação entre os meios de produção e o trabalhador, o que caracteriza a subordinação do trabalho ao capital. Também seria impossível acompanhar as alterações que o trabalho sofre ao longo do

desenvolvimento do modo de produção capitalista. Desse modo, o conteúdo do item 2.1, mostrou-se fundamental para nosso objeto de pesquisa.

Vimos, por exemplo, que o trabalho é a categoria universal da humanidade, que se encontra e sempre estará presente em qualquer forma social, pois além de primeiro ato histórico que distingue o ser social (a humanidade) do ser natural orgânico, ele é pressuposto de qualquer tipo de sociedade humana, tendo em vista que sua função social consiste em apropriar-se da matéria natural a fim de produzir os meios de subsistência e de produção necessários para satisfazer as necessidades dos seres humanos. O trabalho é, portanto, uma eterna necessidade da vida humana. Quando observada a natureza geral do trabalho, sem as determinações histórico-concretas de momentos particulares da história humana, o trabalho se apresenta como se fosse atividade realizada por um indivíduo apenas. Da forma que ele se apresenta, o trabalhador exerce o controle do processo de trabalho, decide quando, de que forma vai operar, onde vai realizar o processo, sem a necessária intervenção de outras pessoas. Desse modo, o processo simples de trabalho se apresenta como consumo produtivo dos meios de produção pelo trabalhador.

No entanto, quando a produção capitalista se desenvolve, podemos verificar que essa produção vai assumir outro caráter em decorrência de sua mediação pela forma mercadoria, que possui um duplo aspecto, qual seja: ser valor de uso e ser valor de troca, simultaneamente. Além do resultado do processo de trabalho, todas as condições objetivas (meios de produção) e subjetivas do trabalho (força de trabalho) se convertem em mercadoria na produção capitalista. Quando a forma mercadoria se converte em forma geral do produto, a produção assume um duplo aspecto, o de ser processo de trabalho em geral e de ser processo de autovalorização do capital. Os diferentes elementos do processo de trabalho contribuem de formas distintas para a valorização do capital, enquanto os meios de produção apenas transferem o trabalho passado contido neles ao serem consumidos na produção, a força de trabalho, ao ser consumida, pode gerar mais valor do que o que ela contém, do que o trabalho passado que ela precisa para sobreviver. Desse modo, a diferença específica da força de trabalho é a de poder gerar mais valor do que ela utiliza para se reproduzir.

A partir do processo de autovalorização do capital, a produção aparece, portanto, como consumo da força de trabalho ativa pelo capitalista, e o capital aparece como dirigente de seu próprio processo de valorização. De outro lado, o trabalhador vai perdendo o controle sobre o processo de trabalho, dando lugar ao capital, que vai se converter em sujeito do processo produtivo através de seu movimento autônomo. No entanto, embora o processo de

valorização do capital se apresente a partir do momento em que o capital entra na produção e o capitalista passa a explorar diretamente o trabalho, ele só se generaliza com a grande indústria quando passa de fato a caracterizar o modo de produção e o capital se converte em sujeito da produção social total.

Só depois que apresentamos o duplo caráter da produção capitalista em abstrato, nos outros dois capítulos, pudemos apresentar as condições de exploração do trabalho desde a gênese até a consolidação da subordinação do trabalho ao capital. Pudemos concluir o seguinte: com a consolidação do modo de produção capitalista, a consequência fundamental para o trabalhador é que ele se subordina ao processo de autovalorização do capital e, com isso, a produção deixa de atender às necessidades humanas para atender às necessidades de valorização do capital. O trabalho se converte em mero meio do processo de autovalorização do capital. Do mesmo modo, a consequência mais fundamental para os trabalhadores é que nesse processo de consolidação de sua subordinação pelo capital, o trabalhador individual vai perdendo o controle sobre o processo de trabalho, paulatinamente, a cada revolucionamento do modo de produção provocado pelo capital.

A perda do controle do processo produtivo chega a tal ponto que o trabalhador se converte em mero elo consciente do mecanismo automático da grande indústria, convertendo-se em assistente e vigilante da atividade da maquinaria, em um mero acessório. Daí decorre outra importante conclusão de nosso estudo: com a consolidação da subordinação do trabalho ao capital, inverte-se completamente a relação entre as condições de trabalho e o trabalhador; se no sistema natural de produção é o trabalhador quem consome, usa os meios de produção para satisfazer suas necessidades, no modo de produção capitalista consolidado, os meios de produção sob a forma de capital usam a força de trabalho ativa com o objetivo de se autovalorizar, de produzir mais-valia.

Tudo isso vai caracterizar a produção capitalista madura, já consolidada, a partir do aparecimento da grande indústria. No entanto, a perda do controle do processo de trabalho pelo trabalhador, a inversão da relação entre o trabalhador e os meios de produção, e a transformação do capital em sujeito da produção social total não ocorre do dia para a noite. Há um longo caminho percorrido pelo capital, até que ele consolide seu próprio modo de produção, esse caminho abrange a acumulação primitiva do capital, que por sua vez, abarca o período manufatureiro. Começamos a observar esse processo somente a partir do ingresso do capital na produção na Inglaterra, por volta do século XIV e XV, quando o capital passa a

subordinar diretamente o trabalho, isto é, a partir do interior da produção, sem nos determos nas formas antediluvianas de capital e na sua relação com o trabalho.

A acumulação primitiva do capital agrupa as condições necessárias para o surgimento da produção de fato capitalista, possibilitando que o capitalista industrial nascente ou o capital mercantil moderno se desenvolva e encontre os meios necessários para efetivar o processo produtivo. Devido ao processo da acumulação primitiva do capital, o capitalista encontra meios de produção transformados em capital, força de trabalho disponível como mercadoria e uma quantidade de riqueza suficiente em seus bolsos para reuni-los em um mesmo local, reunidos com o intuito de produzir um determinado tipo de mercadoria. A expropriação violenta do povo do campo, camponeses, servos, artesãos é a base do processo de acumulação primitiva e vai do último terço do século XV até o final do século XVIII. Durante esse período, grandes massas humanas são lançadas no mercado, a terra é transformada em mercadoria e os grandes senhores de terras se transformam em proprietários privados modernos.

Isso tudo ocorre devido a acontecimentos em larga medida independentes da atuação da burguesia nascente, como por exemplo, a usurpação das terras comunais pelos grandes senhores feudais; o roubo dos bens da Igreja por meio da Reforma Protestante; a usurpação legal de terras imposta pelos proprietários fundiários; o roubo dos domínios do Estado em grande escala com a Revolução Gloriosa; a apropriação de terras por meio das leis de cercamento da terra comunal e a concentração dos arrendamentos nas mãos dos grandes arrendatários. Só depois que esses acontecimentos retiram do povo do campo as garantias de existência que possuíam em decorrência das velhas instituições feudais, é que se tornam força de trabalho disponível para a indústria.

Da última metade do século XIV até o final do século XV, a classe de trabalhadores que existia estava protegida em virtude da predominância da economia camponesa independente e das corporações de ofício nas cidades. Alguns dos trabalhadores eram também camponeses e a posse do pedaço de terra que detinham permitia que não estivessem à mercê do mercado para adquirir alguns meios de subsistência essenciais. Tudo isso, junto com a pouca oferta de mão-de-obra, permitia a riqueza do povo e excluía a riqueza do capital. Contudo, isso muda no século XVI. No intervalo de tempo de um século a outro, os trabalhadores observam suas condições de vida mudarem. O povo do campo é paulatinamente expropriado de sua base fundiária, o que os obriga a se converterem em trabalhadores assalariados e, nesse processo, alguns servos se transformam lentamente em arrendatários

capitalistas – propriamente ditos – depois de já terem assumido diversas formas intermediárias, já os capitalistas industriais têm seu desenvolvimento mais acentuado e impulsionado pelo mercado mundial.

No começo da manufatura e no início do processo de subordinação do trabalho pelo capital, o trabalhador perde a propriedade dos meios de produção, do valor de uso de sua própria força de trabalho e do produto, isso ocorre porque ele foi separado dos meios de produção, sendo forçado – sem que haja coação direta – a vender sua própria força de trabalho e perdendo, assim, a propriedade sobre o produto. No entanto, ele ainda detém controle sobre o processo de trabalho, herdado do modo de produzir artesanal no início da manufatura, mas, com o passar do tempo, esse controle vai sendo retirado dele paulatinamente. Até esse momento, no início do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a mais-valia só pode ser extraída através do prolongamento absoluto da jornada de trabalho. Nesse momento, não há produção estritamente capitalista, os mestres e trabalhadores estão ainda “socialmente próximos” por volta do século XIV e XV, e estão protegidos pela economia camponesa e corporativa no campo e na cidade, assim “a demanda de trabalho assalariado cresce” com a acumulação capitalista e parte da riqueza produzida “ainda entrava no fundo de consumo do trabalhador” (MARX, 1985b, p. 277).

Nesse momento, encontramos a subordinação apenas formal do trabalho ao capital, que corresponde à situação em que o trabalhador passa a trabalhar para o capitalista apenas porque as suas condições de trabalho lhe foram tomadas, o que significa dizer que, nesse contexto, se o trabalhador recuperar suas condições de trabalho, nada mais o impede de executar o processo de trabalho. Até aqui relação-capital encontra-se formalmente estabelecida.

As primeiras alterações no processo de trabalho decorrentes da subordinação do trabalho ao capital começam a aparecer na manufatura. Primeiro, o capitalista põe os trabalhadores em uma oficina, e, assim, decide onde vai se realizar a produção. As condições objetivas do processo de trabalho são alteradas porque os trabalhadores são reunidos pelo capitalista em um só local alterando os meios de trabalho no sentido amplo e o próprio lugar onde o processo se realiza. Ao reunir muitos trabalhadores em um só local, em uma jornada de trabalho combinada, ele economiza nos meios de produção, aumentando a produtividade do trabalho, mesmo que não haja conexão nenhuma entre os trabalhadores. O aumento da produtividade do trabalho alcança o estágio em que o capitalista é liberado do trabalho manual e a produção passa a exigir uma determinada grandeza de capital. Depois, o capital

vai impor em parte como deve se realizar o trabalho, e posteriormente, a manufatura sob a cooperação baseada no artesanato vai exigir que um conjunto de trabalhadores executem suas atividades ao mesmo tempo, no mesmo lugar e sob a direção do capitalista.

De acordo com Marx, a primeira modificação no modo de produção aparece com a cooperação capitalista, quando o processo real de trabalho é alterado e, é a partir daí, que aparece, de fato, a forma capitalista de produção. Vimos que, de acordo com Marx (1985a, p. 257), “a produção capitalista começa [...] de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes”. A cooperação revoluciona as condições objetivas da produção, sem modificar o modo de trabalho individual do trabalhador, com ela, há um aumento da força produtiva do trabalho por meio do consumo coletivo dos meios de produção e da jornada de trabalho combinada. O capitalista se torna necessário à produção, pois os membros do trabalhador coletivo precisam dele agora para executar seu trabalho, assim como uma orquestra precisa de um maestro. Além disso, a partir da cooperação capitalista, uma grandeza mínima muito maior que o máximo medieval é necessária para a realização do processo de trabalho.

É com o aparecimento da cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho na manufatura propriamente dita que o trabalhador individual começa a perder o controle sobre o processo de trabalho. As vantagens e exigências da organização da produção decorrentes da cooperação capitalista, baseada no artesanato, permanecem. Mas, com cooperação baseada na divisão manufatureira do trabalho, o modo de trabalho individual do trabalhador é alterado. Com o tempo, o trabalhador já não pode mais produzir o produto inteiro, porque, agora, se limita a produzir apenas uma parte do produto. Assim, se torna dependente da oficina manufatureira do capitalista, e, também, dos outros trabalhadores parciais para poder realizar seu trabalho. Se por algum motivo, ele é expulso da oficina do capitalista, ele fica impedido de realizar o ofício por inteiro. A atividade do trabalhador se simplifica e se especializa ao mesmo tempo, provocando o aumento da produtividade do trabalho. Entretanto, o aumento da produtividade se dá à custa do trabalhador individual, empobrecendo-o e impedindo que ele realize o ofício integralmente.

Nesse momento, para a efetivação da produção, o capital exige uma determinada quantidade de cada espécie de trabalhadores parciais diferentes e que eles trabalhem em conjunto, como parte de um mesmo mecanismo. Aqui, observa-se que o capital, por intermédio de sua personificação, o capitalista, não só determina o local onde o processo de

trabalho vai se realizar, mas também o modo como ele deve se realizar, afetando, inclusive, o modo de trabalho individual do trabalhador. No entanto, aqui, o capital ainda dependia da habilidade, da força e da destreza do trabalhador com as suas ferramentas. Mesmo na manufatura desenvolvida, o revolucionamento do meio de produção é restringido pela barreira orgânica do corpo do trabalhador, limitando a quantidade de ferramentas que pode ser manejada, e pelas habilidades, pelas condições subjetivas do trabalhador, que são ainda resquícios da atividade artesanal desenvolvida anteriormente. Desse modo, embora o capital tenha alterado o modo de trabalho individual ao fragmentá-lo, a divisão manufatureira do trabalho respeita primeiro as habilidades herdadas do artesanato pelo trabalhador e só depois o trabalhador se adapta à nova divisão de tarefas.

Na manufatura, o revolucionamento da grande indústria tem como ponto de partida a força de trabalho, condição subjetiva de existência do trabalho, diferentemente da grande indústria, cujo revolucionamento do meio de trabalho – umas das condições objetivas do processo de trabalho – é o ponto de partida. Por isso, podemos corroborar Marx quando ele diz que o “princípio subjetivo da divisão [do trabalho] é suprimido na produção mecanizada” (MARX, 1985b, p. 13). Com o predomínio do modo de produzir da grande indústria, o revolucionamento do modo de produção não considera mais as condições subjetivas do trabalho, isso não mais importa para o capital; agora, nem as habilidades, nem a força, nem o corpo orgânico do trabalhador apresentam obstáculos para o revolucionamento do modo de produção e para a conseqüente extração da mais-valia.

Com a produção mecanizada, o revolucionamento só precisa se adaptar às condições objetivas do meio de trabalho, superando-as por meio da aplicação da ciência natural no processo produtivo. Relegado a mero auxiliar e vigia do sistema mecânico automático, o trabalhador não só se converte em mero instrumento do processo de valorização do capital na grande indústria, mas se transforma em acessório do meio de trabalho, que agora passa a controlar o processo produtivo. É, portanto, a maquinaria que passa a controlar, por exemplo, quais as funções que o trabalhador deve realizar dentro da produção e a posição que ele vai ocupar nela, seu modo de operar, seu ritmo, e etc. Desse modo, a produção não é mais controlada pelo trabalho, mas pelo meio de trabalho, cujo movimento e atividade operativa se autonomizou em relação ao trabalhador.

Portanto, podemos sistematizar algumas considerações encontradas a partir de nossa pesquisa, quais sejam: 1) no trabalho em geral é o trabalho vivo que se apresenta na direção de sua própria atividade e consome os meios de produção (trabalho morto), para a fabricação

de valores de uso, as condições de trabalho são o meio e o material para a atividade racional do trabalhador; no trabalho realizado sob o comando do capital, ocorre o inverso, o trabalho vivo, a força de trabalho ativa, é consumida pelo capitalista por intermédio dos meios de produção (trabalho morto), para a produção da mais-valia; 2) a inversão da função da relação entre trabalho vivo e trabalho morto na produção tem início a partir das primeiras formas histórico-concretas de subordinação do trabalho pelo capital e se completa com a grande indústria, quando a maquinaria é introduzida na produção e se manifesta enquanto elemento tecnicamente palpável dessa inversão; 3) durante a inversão da relação entre o trabalho e os meios de produção, a introdução da produção mecanizada representa um marco na evolução do modo de produção capitalista, e completa essa inversão, a qual se manifesta na perda do controle do processo produtivo pelo trabalhador e na apropriação desse controle pelo capital por meio da maquinaria, um organismo completamente objetivo e aprimorado tecnicamente através da aplicação das ciências; 4) só com a observação das formas históricas particulares da subordinação do trabalho ao capital que apresentamos e a compreensão dos dois métodos de extração da mais-valia e da inter-relação entre eles é que podemos apreender os fundamentos da subordinação do trabalho pelo capital (e assim nos tornamos capazes para enfrentar as formas contemporâneas da subordinação do trabalho pelo capital).

REFERÊNCIAS

BARRADAS, Liana. **Divisão social do trabalho em Marx**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André (SP): estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1977.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Global, 1985.

ENGELS, MARX. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, Maria Lúcia. **A teoria marxiana do valor-trabalho**. São Paulo: Ensaio, 1992.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GORZ, André (org.). **Crítica da divisão do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 18ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1983.

KOFLER, Leo. **Contribución a la historia de la sociedad burguesa**. Buenos Aires: Amorrortu editores, [1971?].

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Trabalho e proletariado: no capitalismo contemporâneo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

LUXEMBURGO, Rosa. O segundo e o terceiro volumes d'O capital. *In: Crítica Marxista*. São Paulo, Ed. Unesp, n.29, 2009, p.135-143.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Global, 1980.

_____. **Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie**. Werke. Band 23. Institut für Marxismus-Leninismus Beim ZK d. SED. Berlin: Dietz Verlag, 1962.

_____. **O Capital: crítica da Economia Política**. Volume I (Livro Primeiro), tomo 1. 2ª ed.. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1985.

_____. **O Capital: crítica da Economia Política**. Volume I (Livro Primeiro), tomo 2. 2ª ed.. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1985.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Os economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. Livro terceiro. Volume IV. Tomo I.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Os economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. Livro terceiro. Volume V. Tomo II.

_____. **O Capital: livro I, capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **Le Capital**. Gesamtausgabe (MEGA). Band 7. Institut für Marxismus-Leninismus Beim Zk der Sed. Berlin: Dietz Verlag, 1989.

MELLO, Alex Fiuza de. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1) 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ROMERO, Daniel. **Marx e a Técnica: Um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSDOSLKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SOUZA, Reivan Marinho de. **Controle capitalista e reestruturação produtiva: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP**. Maceió: EDUFAL, 2011.

ANEXO

Quadro 1 – Termos Subordinação e Subsunção

Paralelo entre a edição brasileira traduzida a partir da 4ª edição alemã, a 4ª edição alemã, e a 1ª edição francesa de *O Capital*

	NOVA CULTURAL, 1985a e 1985b	DIETZ VERLAG, 1962	DIETZ VERLAG, 1989
1	<p>Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (p. 150, a).</p>	<p>Nicht daß er nur eine Formveränderung des Natürlichen bewirkt; er verwirklicht im Natürlichen zugleich seinen Zweck, den er weiß, der die Art und Weise seines Tuns als Gesetz bestimmt und dem er seinen Willen unterordnen muß. Und diese Unterordnung ist kein vereinzelter Akt. Außer der Anstrengung der Organe, die arbeiten, ist der zweckmäßige Wille, der sich als Aufmerksamkeit äußert, für die ganze Dauer der Arbeit erheischt, und um so mehr, je weniger sie durch den eignen Inhalt und die Art und Weise ihrer Ausführung den Arbeiter mit sich fortreibt, je weniger er sie daher als Spiel seiner eignen körperlichen und geistigen Kräfte genießt (p. 193).</p>	<p>Ce n'est pas qu'il opère seulement un changement de forme dans les matières naturelles ; il y réalise du même coup son propre but dont il a conscience, qui détermine comme loi son mode d'action, et auquel il doit subordonner sa volonté. Et cette subordination n'est pas momentanée. L'oeuvre exige pendant toute sa durée, outre l'effort des organes qui agissent, une attention soutenue, laquelle ne peut elle-même résulter que d'une tension constante de la volonté. Elle l'exige d'autant plus que par son objet et son mode d'exécution, le travail entraîne moins le travailleur, qu'il se fait moins sentir à lui, comme le libre jeu de ses forces corporelles et intellectuelles ; en un mot, qu'il est moins <i>attrayant</i> (p. 146).</p>

2	<p>A natureza geral do processo do trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo. Mas também o modo específico de fazer botas ou de fiar não pode alterar-se de início pela intromissão do capitalista. Ele tem de tomar a força de trabalho, de início, como a encontra no mercado e, portanto, também seu trabalho da maneira como se originou em um período em que ainda não havia capitalistas. A transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde e deve por isso ser considerada somente mais adiante (p. 154, a).</p>	<p>Die allgemeine Natur des Arbeitsprozesses ändert sich natürlich nicht dadurch, daß der Arbeiter ihn für den Kapitalisten, statt für sich selbst verrichtet. Aber auch die bestimmte Art und Weise, wie man Stiefel macht oder Garn spinnt, kann sich zunächst nicht ändern durch die Dazwischenkunft des Kapitalisten. Er muß die Arbeitskraft zunächst nehmen, wie er sie auf dem Markt vorfindet, also auch ihre Arbeit, wie sie in einer Periode entsprang, wo es noch keine Kapitalisten gab. Die Verwandlung der Produktionsweise selbst durch die Unterordnung der Arbeit unter das Kapital kann sich erst später ereignen und ist daher erst später zu betrachten (p. 199).</p>	<p>La nature générale du travail n'est évidemment point du tout modifiée, parce que l'ouvrier accomplit son travail non pour lui-même, mais pour le capitaliste. De même l'intervention de celui-ci ne saurait non plus changer soudainement les procédés particuliers par lesquels on fait des bottes ou des filés. L'acheteur de la force de travail doit la prendre telle qu'il la trouve sur le marché, et par conséquent aussi le travail tel qu'il s'est développé dans une période où il n'y avait pas encore de capitalistes. Si le mode de production vient lui-même à se transformer rofondément en raison de la subordination du travail au capital, cela n'arrive que plus tard, et alors seulement nous en tiendrons compte (p. 152).</p>
---	---	--	---

3	<p>O leitor recorda-se que a produção de mais-valia ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista, abstraídas as transformações do próprio modo de produção que possam surgir da subordinação do trabalho ao capital. Recordarse-á que, do ponto de vista desenvolvido até agora, apenas o trabalhador independente e, portanto, legalmente emancipado contrata como vendedor de mercadorias com o capitalista. Se, portanto, em nosso esboço histórico desempenha papel importante, de um lado, a moderna indústria e, de outro, o trabalho dos que são física e juridicamente menores, a primeira funcionou apenas como esfera específica, o segundo como exemplo particularmente convincente da exploração do trabalho (p. 235, a).</p>	<p>Der Leser erinnert sich, daß die Produktion von Mehrwert oder die Extraktion von Mehrarbeit den spezifischen Inhalt und Zweck der kapitalistischen Produktion bildet, abgesehen von jedweder aus der Unterordnung der Arbeit unter das Kapital etwa entspringenden Umgestaltung der Produktionsweise selbst. Er erinnert sich, daß auf dem bisher entwickelten Standpunkt nur der selbständige und daher gesetzlich mündige Arbeiter als Waren Verkäufer mit dem Kapitalisten kontrahiert. Wenn also in unsrer historischen Skizze einerseits die moderne Industrie eine Hauptrolle spielt, andererseits die Arbeit physisch und rechtlich Unmündiger, so galt uns die eine nur als besondere Sphäre, die andre nur als besonders schlagendes Beispiel der Arbeitsausaugung (p. 315).</p>	<p>Le lecteur se souvient que l'objet spécial, le but réel de la production capitaliste, c'est la production d'une plus-value ou l'extorsion de travail extra, abstraction faite de tout changement dans le mode de production, provenant de la subordination du travail au capital. Il se souvient qu'au point de vue développé jusqu'ici, il n'y a que le travailleur indépendant, légalement émancipé, qui, en qualité de possesseur de marchandise, puisse passer contrat avec le capitaliste. Si dans notre esquisse historique nous avons donné un rôle important d'une part à l'industrie moderne, d'autre part au travail d'enfants et de personnes mineures physiquement et juridiquement, cette industrie n'était cependant pour nous qu'une sphère particulière, et ce travail qu'un exemple particulier de l'exploitation du travail. (p. 252-3).</p>
4	<p>Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de</p>	<p>Wie die durch die Kooperation entwickelte gesellschaftliche Produktivkraft der Arbeit als Produktivkraft des Kapitals erscheint, so die Kooperation selbst als eine spezifische Form des kapitalistischen Produktionsprozesses im Gegensatz zum</p>	<p>Si la puissance collective du travail, développée par la coopération, apparaît comme force productive du capital, la coopération apparaît comme mode spécifique de la production capitaliste. C'est là la première phase de transformation que</p>

	trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres. É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital . Essa modificação se dá naturalmente (p. 265, a).	Produktionsprozeß vereinzelter unabhängiger Arbeiter oder auch Kleinmeister. Es ist die erste Änderung, welche der wirkliche Arbeitsprozeß durch seine Subsumtion unter das Kapital erfährt. Diese Änderung geht naturwüchsig vor sich (p. 354).	parcourt le procès de travail par suite de sa subordination au capital . Cette transformation se développe spontanément (p. 287).
5	A mesma consciência burguesa, que festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação do trabalhador por toda a vida a uma operação parcial e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva, denuncia com igual alarido qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção como uma infração dos invioláveis direitos de propriedade, da liberdade e da “genialidade” autodeterminante do capitalista individual. (p. 280, a).	Dasselbe bürgerliche Bewußtsein, das die manufakturmäßige Teilung der Arbeit, die lebenslängliche Annexation des Arbeiters an eine Detailverrichtung und die unbedingte Unterordnung der Teilarbeiter unter das Kapital als eine Organisation der Arbeit feiert, welche ihre Produktivkraft steigert, denunziert daher ebenso laut jede bewußte gesellschaftliche Kontrolle und Regelung des gesellschaftlichen Produktionsprozesses als einen Eingriff in die unverletzlichen Eigentumsrechte, Freiheit und sich selbst bestimmende „Genialität“ des individuellen Kapitalisten (p. 377).	Et cette Conscience bourgeoise qui exalte la division manufacturière du travail, la condamnation à perpétuité du travailleur à une opération de détail et sa subordination passive au capitaliste , elle pousse des hauts cris et se pâme quand on parle de contrôle, de réglementation sociale du procès de production ! Elle dénonce toute tentative de ce genre comme une attaque contre les droits de la Propriété, de la Liberté, du Génie du capitaliste (p. 306).
6	A subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais	Die technische Unterordnung des Arbeiters unter den gleichförmigen Gang des Arbeitsmittels und die eigentümliche Zusammensetzung des	La subordination technique de l'ouvrier à la marche uniforme du moyen de travail et la composition particulière du travailleur collectif d'individus des deux

	diversos níveis etários geram uma disciplina de caserna, que evolui para um regime fabril completo, e desenvolve inteiramente o trabalho de supervisão, já antes aventado, portanto ao mesmo tempo a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores do trabalho, em soldados rasos da indústria e suboficiais da indústria (p. 44, b).	Arbeitskörpers aus Individuen beider Geschlechter und verschiedenster Altersstufen schaffen eine kasernenmäßige Disziplin, die sich zum vollständigen Fabrikregime ausbildet und die schon früher erwähnte Arbeit der Oberaufsicht, also zugleich die Teilung der Arbeiter in Handarbeiter und Arbeitsaufseher, in gemeine Industriesoldaten und Industrieunteroffiziere, völlig entwickelt (p. 446-7).	sexes et de tout âge créent une discipline de caserne, parfaitement élaborée dans le régime de fabrique. Là, le soldat travail de surveillance et la division des ouvriers en simples soldats et sous-officiers industriels, sont poussés à leur dernier degré de développement (p. 363-4).
7	Ela supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital.	Sie unterstellt also eine spezifisch kapitalistische Produktionsweise, die mit ihren Methoden, Mitteln und Bedingungen selbst erst auf Grundlage der formellen Subsumtion der Arbeit unter das Kapital naturwüchsig entsteht und ausgebildet wird. An die Stelle der formellen tritt die reelle Subsumtion der Arbeit unter das Kapital.	Obs.: Os quatro parágrafos sobre mais-valia absoluta e relativa na edição alemã eram, antes, apenas dois parágrafos na 1ª edição francesa. Os dois parágrafos foram transcritos abaixo:
8			Une fois celui-ci établi et généralisé, la différence entre plus-value relative et plus-value absolue se fait sentir dès qu'il s'agit d'élever le taux de la plus-value. Supposé que la force de travail se paye à sa juste valeur, nous arrivons évidemment à cette alternative: les limites de la journée étant données, le taux de la plus-value ne peut être élevé que par l'accroissement, soit de la
9	Basta uma mera alusão a formas híbridas, em que a mais-valia não é extraída do produtor por coação direta nem sucedeu a subordinação formal deste ao capital. O capital ainda não se apoderou aqui diretamente do processo de trabalho. Ao lado dos produtores autônomos que exercem seus ofícios ou lavram a terra de modo	Es genügt bloßer Hinweis auf Zwitterformen, worin die Mehrarbeit weder durch direkten Zwang dem Produzenten ausgepumpt wird, noch auch dessen formelle Unterordnung unter das Kapital eingetreten ist. Das Kapital hat sich hier noch	

10	<p>tradicional, patriarcal, surge o usurário ou o comerciante, o capital usurário ou o capital comercial, que os suga parasitariamente. A predominância dessa forma de exploração numa sociedade exclui o modo de produção capitalista, para o qual, por outro lado, como nos fins da Idade Média, pode constituir a transição. Finalmente, como mostra o exemplo do moderno trabalho domiciliar, certas formas híbridas são reproduzidas aqui e acolá na retaguarda da grande indústria, ainda que com fisionomia totalmente modificada.</p> <p>Se para a produção da mais-valia absoluta basta a subordinação meramente formal do trabalho ao capital, por exemplo, que artesãos, que trabalhavam antes para si mesmos ou como oficiais de um mestre de corporação, tornem-se agora trabalhadores assalariados sob controle direto do capitalista, mostrou-se, por outro lado, como os métodos para a produção da mais-valia relativa são, ao mesmo tempo, métodos para a produção da mais-valia absoluta (p. 106, b).</p>	<p>nicht unmittelbar des Arbeitsprozesses bemächtigt. Neben die selbständigen Produzenten, die in überlieferter, urväterlicher Betriebsweise handwerkern oder ackerbauen, tritt der Wucherer oder Kaufmann, das Wucherkapital oder das Handelskapital, das sie parasitenmäßig aussaugt. Vorherrschaft dieser Exploitationsform in einer Gesellschaft schließt die kapitalistische Produktionsweise aus, zu der sie andererseits, wie im spätern Mittelalter, den Übergang bilden kann. Endlich, wie das Beispiel der modernen Hausarbeit zeigt, werden gewisse Zwitterformen auf dem Hintergrund der großen Industrie stellenweis reproduziert, wenn auch mit gänzlich veränderter Physiognomie.</p> <p>Wenn zur Produktion des absoluten Mehrwerts die bloß formelle Subsumtion der Arbeit unter das Kapital genügt, z.B. daß Handwerker, die früher für sich selbst oder auch als Gesellen eines Zunftmeisters arbeiteten, nun als Lohnarbeiter unter die direkte Kontrolle des</p>	<p>productivité du travail. Par contre, si l'intensité et la productivité du travail restent les mêmes, le taux de le plusvalue ne peut être élevé que par une prolongation ultérieure de la journée.</p> <p>Néanmoins, quelle que soit la durée du travail, il ne rendra pas de plusvalue sans posséder ce minimum de productivité qui met l'ouvrier à même de ne consommer <i>qu'une partie de sa journée</i> pour son propre entretien. Nous sommes donc amenés à nous demander s'il n'y a pas, comme on l'a prétendu, une <i>base naturelle</i> de la plus-value ? (p. 441-2).</p>
----	---	--	--

		Kapitalisten treten, zeigte sich andererseits, wie die Methoden zur Produktion des relativen Mehrwerts zugleich Methoden zur Produktion des absoluten Mehrwerts sind (p. 533).	
11	A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital (p. 188, b).	Die Reproduktion der Arbeitskraft, die sich dem Kapital unaufhörlich als Verwertungsmittel einverleiben muß, nicht von ihm loskommen kann und deren Hörigkeit zum Kapital nur versteckt wird durch den Wechsel der individuellen Kapitalisten, woran sie sich verkauft, bildet in der Tat ein Moment der Reproduktion des Kapitals selbst. (p. 641-2)	La reproduction du capital renferme celle de son grand instrument de mise en valeur, la force de travail (p. 535).
12	A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal , isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificadamente capitalista (p. 277, b).	Die Unterordnung der Arbeit unter das Kapital war nur formell , d. h. die Produktionsweise selbst besaß noch keinen spezifisch kapitalistischen Charakter (p. 766).	Le mode de production technique ne possédant encore aucun caractère spécifiquement capitaliste, la subordination du travail au capital n'était que dans la forme (p. 655). <u>Obs.: Não há o termo equivalente _____ a "technique" na edição brasileira e na alemã.</u>
13	Enquanto artesanato e manufatura constituem o fundamento geral da produção social, a subsunção do produtor a um ramo exclusivo de	Solange Handwerk und Manufaktur die allgemeine Grundlage der gesellschaftlichen Produktion bilden, ist die Subsumtion des	Tant que le métier et la manufacture forment la base générale de la production sociale, la subordination du travailleur à une

	<p>produção, o rompimento da diversidade original de suas ocupações, é um momento necessário do desenvolvimento (p. 88, b).</p>	<p>Produzenten unter einen ausschließlichen Produktionszweig, die Zerreiung der ursprünglichen Mannigfaltigkeit seiner Beschftigungen, ein notwendiges Entwicklungsmoment (p. 509-510).</p>	<p>profession exclusive, et la destruction de la variété originelle de ses aptitudes et de ses occupations peuvent être considérées comme des nécessités du développement historique (p. 422).</p>
--	---	---	--